UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES

JUVENTUDES E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA- análise das Políticas Sociais e Desafios dos Jovens Egressos de Instituições de Acolhimento



Niterói – RJ

Set/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES

JUVENTUDES E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA: análise das Políticas Sociais e Desafios dos Jovens Egressos de Instituições de Acolhimento

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito para obtenção do Grau de Doutora.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Sociais

ORIENTADOR: Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão

Niterói – RJ

Set/2026

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S676j Soares, Suziane Hermes de Mendonça
JUVENTUDES E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA : análise das Políticas Sociais e Desafios dos Jovens Egressos de Instituições de Acolhimento / Suziane Hermes de Mendonça Soares. - 2026.
159 p.: il.

Orientador: André Augusto Pereira Brandão.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2026.

1. Juventudes. 2. Acolhimento institucional. 3. Redes de proteção social. 4. Produção intelectual. I. Brandão, André Augusto Pereira, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES

JUVENTUDES E REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA: análise das Políticas Sociais e Desafios dos Jovens Egressos de Instituições de Acolhimento

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito para obtenção do Grau de Doutora.

Área de Concentração: Avaliação de Políticas Sociais

Aprovado em 28/09/2026.

BANCA EXAMINADORA

André Augusto Pereira Brandão
Assinado de forma digital por André Augusto Pereira Brandão
Dados: 2026.10.28 09:27:45 -03'00'

Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão - Orientador
Universidade Federal Fluminense

gov.br
Documento assinado digitalmente
ELISA MARIA BARBOSA DE AMORIM RIBEIRO
Data: 29/09/2026 11:24:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Fª Drª Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro – 1ª Examinadora
Universidade Federal da Bahia

gov.br
Documento assinado digitalmente
HELOISA HELENA MESQUITA MACIEL
Data: 29/09/2026 22:42:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Drª Heloisa Mesquita Maciel – 2ª Examinadora
Pontifícia Universidade Católica

gov.br
Documento assinado digitalmente
RODRIGO SILVA LIMA
Data: 19/10/2026 09:31:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Rodrigo Silva Lima – 3° Examinador
Universidade Federal Fluminense

gov.br
Documento assinado digitalmente
AMANDA LACERDA JORGE
Data: 28/09/2026 19:23:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Drª Amanda Lacerda Jorge – 4ª Examinadora
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas me perguntam por que escolhi escrever sobre acolhimento. Este agradecimento é, de certa forma, a resposta.

Agradeço, antes de tudo, por ter tido uma família. Uma família construída à sua maneira por uma avó que me criou como pôde e como soube, e por uma mãe que, ainda adolescente,

aprendeu a dar o que tinha, e deu. Entre o que faltou e o que sobrou fui criada, e é dessa criação que nasce grande parte do que hoje pesquiso e escrevo.

Agradeço às Deusas e ao universo pela força que me sustentou diante de tantas dificuldades na infância e adolescência. Uma força que me manteve de pé quando eu ainda não tinha idade para escolher ficar.

Agradeço à minha tia e à minha prima, que estiveram sempre por perto, fazendo parte dessa rede de mulheres que se acolhem e se sustentam umas às outras, muito antes de eu ter uma palavra acadêmica para nomear o que elas já praticavam.

Agradeço à vida das minhas irmãs, que criei eterno afeto, com quem cresci e vivi. Foi ali, no meio do que não deveria ter acontecido, que aprendi na prática o que só depois consegui explicar em teoria.

Agradeço à minha esposa, mulher surpreendente, companheira e incentivadora. Sem ela, eu não saberia comemorar minhas próprias vitórias. Obrigada por comemorar comigo trazendo um símbolo de conquista, nosso *Lindt*, com o mesmo brilho, em todos os nossos dias.

Agradeço aos professores da UFF, que me formaram como Assistente Social e me apoiaram na construção deste doutorado.

Agradeço ao meu orientador, André, por ter me aceitado como orientanda.

Agradeço a CAPES pela primeira bolsa que recebi na vida. Sei o quanto foi difícil manter os estudos sem apoio financeiro, sempre pela rede pública, até chegar a um doutorado.

E agradeço... e agradeço. A cada pessoa, cada gesto, cada acolhimento que me trouxe até aqui.

Obrigada!

RESUMO

Esta tese analisou a articulação entre políticas sociais e redes de proteção social no processo de transição para a vida adulta de jovens egressos do acolhimento institucional, partindo da hipótese de que a configuração dessa articulação pode produzir, favorecer ou aprofundar situações de desproteção social, sobretudo quando ocorre de forma seletiva, descontínua e centralizada em determinados atores institucionais. Do ponto de vista teórico, a pesquisa fundamenta-se na tradição crítica do Serviço Social brasileiro, preservando como eixo explicativo das determinações histórico-estruturais a perspectiva marxista do Serviço Social crítico. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, com predominância qualitativa, de caráter exploratório-analítico, desenvolvida como estudo de caso no município

de Nova Iguaçu (RJ), articulando análise documental e normativa, dados secundários do Censo SUAS, formulário de mapeamento respondido por 17 assistentes sociais, três entrevistas em profundidade e Análise de Redes Sociais (ARS), com apoio do software Gephi. Os resultados evidenciam diferenças entre a rede normativo-estatal, formalmente prevista pela legislação, e a rede efetivamente praticada pelos profissionais no cotidiano institucional, marcada pela centralização de fluxos em determinados atores, por descontinuidades no acompanhamento pós-acolhimento e por vazios institucionais na articulação intersetorial entre assistência social, educação, saúde e justiça. A pesquisa conclui que a autonomia dos jovens egressos não pode ser compreendida como atributo individual a ser alcançado independentemente das condições relacionais e materiais de proteção, mas como processo condicionado pela configuração concreta das redes institucionais, exigindo, para sua efetivação, tanto o reconhecimento dos vínculos construídos ao longo da trajetória de acolhimento quanto a garantia material e redistributiva da continuidade protetiva por parte do Estado.

Palavras-chave: Juventudes; Acolhimento institucional; Redes de proteção social.

ABSTRACT

This thesis analyzed the articulation between social policies and social protection networks in the transition to adulthood of young people leaving institutional care. It was based on the hypothesis that the configuration of this articulation can produce, foster, or deepen situations of social vulnerability, particularly when it is selective, discontinuous, and centralized around specific institutional actors. Theoretically, the research draws on the critical tradition of Brazilian Social Work, retaining the Marxist perspective of critical Social Work as its explanatory framework for understanding historical and structural determinants. Methodologically, the study adopts a mixed-methods approach, with a qualitative

predominance, and an exploratory-analytical design. It was conducted as a case study in the municipality of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brazil, combining documentary and normative analysis, secondary data from the SUAS Census, a network-mapping questionnaire completed by 17 social workers, three in-depth interviews, and Social Network Analysis (SNA), supported by Gephi software. The findings reveal a significant gap between the state network formally established by legislation and the network actually activated by professionals in their institutional practice. This gap is characterized by the concentration of flows around specific actors, discontinuities in post-care follow-up, and institutional gaps in intersectoral coordination among social assistance, education, health, and justice. The thesis concludes that the autonomy of young people leaving institutional care cannot be understood as an individual attribute to be achieved independently of the relational and material conditions of protection. Rather, it is a process shaped by the concrete configuration of institutional networks and requires both recognition of the relationships built throughout the care trajectory and state-guaranteed material support and redistribution to ensure continuity of protection.

Keywords: Youth; Institutional care; Social protection networks.

LISTA DE GRAFOS E TABELAS

Grafos:

Grafo 1 – Rede normativo-estatal 85

Grafo 2 – Rede de proteção acionada pelos profissionais do Serviço Social.....
.....90

Grafo 3 – Rede específica de Nova Iguaçu 92

Grafo 4 – Rede de articulação interinstitucional 110

Grafo 5 – Sobreposição da rede normativo-estatal e da rede acionada pelas instituições de acolhimento 118

Tabelas:

Tabela 1 – Políticas Federais Relacionadas aos Jovens.....40

Tabela 2 – Oferta de acolhimento por Unidade da Federação …….....65

Tabela 3 – Serviços destinados a jovens egressos e oferta de Repúblicas para Jovens por Unidade da Federação 70

Tabela 4 – Categorias analisadas na configuração da rede de proteção.....103

Tabela 5 – Correspondência entre as questões do roteiro de entrevistas e os conteúdos identificados nas transcrições 109

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ARS – Análise de Redes Sociais

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MP – Ministério Público

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
1.1.1 Delineamento da Pesquisa 18
1.1.2 Procedimentos e fases da pesquisa 21
2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDES: PERCEPÇÃO, RECONHECIMENTO E TRATAMENTO DAS JUVENTUDES AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL 23
2.1 - SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 24
3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: CONTRADIÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL À JUVENTUDE 32
3.1 Estado, neoliberalismo e políticas públicas para a juventude 32
3.2 Juventude, políticas públicas e limites da proteção estatal 38
3.3 Instituições de acolhimento e as contradições da proteção social 42
4 REDES E ATORES NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA: DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E DESAFIOS DO EGRESSO DO ACOLHIMENTO 47
4.1 Redes institucionais e mediação da autonomia: fundamentos teóricos para a transição do acolhimento 48
4.2 Desinstitucionalização e transição do acolhimento, as redes de apoio e autonomia relacional 56
4.3 A rede de proteção social intersetorial na transição do acolhimento 59
5 CONFIGURAÇÕES DAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS NA TRANSIÇÃO PÓS-ACOLHIMENTO: FLUXOS INSTITUCIONAIS, MEDIAÇÕES E CONTINUIDADE PROTETIVA 75
5.1 Procedimentos metodológicos: Análise de Redes Sociais (ARS) e construção dos grafos 76
5.1.1 Fontes de dados e estratégias de construção do banco relacional 77
5.1.2 Configuração relacional da rede de proteção em Nova Iguaçu 107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 124
7 REFERÊNCIAS 130
APÊNDICE A - Questionário para entrevistas em aprofundamento 141
APÊNDICE B - Respostas ao formulário eletrônico aplicado aos profissionais 155
ANEXO 158

1 INTRODUÇÃO

O desligamento de jovens das instituições de acolhimento em razão do atingimento da maioridade constitui uma expressão das tensões presentes na organização das políticas sociais brasileiras e na capacidade das redes de proteção social de assegurar continuidade protetiva. Embora o ordenamento jurídico nacional tenha avançado significativamente no reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, posteriormente, da institucionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a transição para a vida adulta de jovens egressos do acolhimento institucional permanece marcada pela descontinuidade da proteção social, pela fragilidade da articulação intersetorial e pela ausência de acompanhamento sistemático no período pós-desligamento institucional.

Para muitos jovens, a saída das instituições de acolhimento representa a ruptura abrupta com vínculos institucionais construídos ao longo da trajetória de acolhimento. Em um contexto de desigualdades estruturais, precarização das políticas sociais e aprofundamento das vulnerabilidades sociais, o desligamento institucional frequentemente ocorre sem garantia concreta de acesso continuado à moradia, educação, trabalho, saúde, renda e suporte psicossocial. Tal cenário evidencia a contradição existente entre a formalização normativa dos direitos e sua efetiva materialização na vida cotidiana desses sujeitos.

A problemática torna-se ainda mais complexa quando observada à luz das particularidades que atravessam as juventudes brasileiras. Esta tese compreende as juventudes como categoria histórica, social e heterogênea, atravessada por determinações de classe, raça, gênero, território e acesso desigual às políticas públicas, distanciando-se de perspectivas universalizantes ou biologizantes da experiência juvenil (Pais, 2003; Abramo, 2005; Dayrell, 2003). Embora a pesquisa reconheça que as experiências juvenis são atravessadas por relações de classe, raça, gênero e território, o material empírico produzido não permitiu realizar uma análise relacional desagregada segundo esses marcadores. Tais dimensões permanecem, portanto, como determinações fundamentais do objeto, mas não constituíram variáveis específicas de comparação na construção da rede empírica. Nessa perspectiva, a juventude não é compreendida como etapa homogênea da vida, mas como construção social marcada pelas condições concretas de existência e pelas formas diferenciadas de inserção social.

Como assinala Bourdieu (1984), a juventude constitui categoria socialmente produzida, cujos significados variam conforme as estruturas sociais e as relações de poder presentes em cada sociedade. Assim, os processos de transição para a vida adulta não ocorrem de maneira

linear ou universal, sendo profundamente condicionados pelas desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Para jovens pertencentes às classes populares e historicamente submetidos a processos de exclusão social, as possibilidades de autonomia e inserção social tornam-se significativamente mais restritas.

Tal condição assume contornos específicos quando considerada a experiência de jovens inseridos em territórios periféricos, nos quais as desigualdades sociais e econômicas interferem diretamente nas possibilidades de inserção e mobilidade social. A discussão de Brandão (2002) sobre pobreza urbana e desfiliação permite compreender que a fragilização dos vínculos sociais não se reduz à ausência de renda, mas envolve a deterioração dos suportes que possibilitam a integração social.

No caso específico de jovens egressos do acolhimento institucional, tais desigualdades assumem contornos ainda mais severos. Trata-se de sujeitos cujas trajetórias podem ser marcadas por violações de direitos, fragilização de vínculos familiares, pobreza, violência, negligência e circulação por diferentes dispositivos institucionais da rede de proteção social. Ao atingirem a maioridade, muitos passam a experimentar processos de desproteção social em contextos marcados também pela baixa articulação entre os serviços e instituições responsáveis pela garantia de direitos.

Por tal motivo, a presente tese parte da compreensão de que o acolhimento institucional deve ser analisado de forma ampla que atravesse a formação social brasileira e a configuração contemporânea das políticas sociais. Conforme destaca Yazbek (2012), as políticas sociais no contexto neoliberal passam a operar sob forte lógica de focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo a universalização da proteção social e aprofundando desigualdades historicamente constituídas.

É nesse contexto de desigualdades que a proteção social destinada às juventudes se insere em um cenário de disputas em torno do papel do Estado, marcado pelo avanço de racionalidades neoliberais, pela precarização das políticas públicas e pela responsabilização crescente dos indivíduos diante das expressões da questão social (Harvey, 2008; Dardot; Laval, 2016). Tais transformações impactam diretamente a capacidade estatal de garantir continuidade, integralidade e articulação das ações destinadas aos jovens egressos do acolhimento institucional.

Ainda que o arcabouço legal brasileiro reconheça a necessidade de proteção integral, convivência familiar e comunitária e promoção da autonomia, observa-se, na prática, a permanência de lacunas institucionais significativas no acompanhamento desses jovens após o

desligamento das instituições. A discussão sobre juventudes e políticas sociais no Brasil possui produção acadêmica consolidada em diferentes áreas do conhecimento. A literatura disponível apresenta ampla produção sobre as experiências vivenciadas durante o período de institucionalização, enquanto a transição para a vida adulta e, particularmente, a articulação efetiva entre redes de proteção social e demais políticas sociais permanecem menos exploradas.

Autores como I. Rizzini e Rizzini (2004) e Baptista (2006) evidenciam que os processos de institucionalização e desligamento de jovens historicamente ocorreram em contextos marcados pela insuficiência de políticas públicas integradas e pela fragilidade das ações voltadas ao acompanhamento continuado. Entretanto, embora existam pesquisas relevantes acerca das trajetórias de jovens egressos e das dificuldades de inserção social, permanece relativamente menos explorada a análise integrada dos fluxos institucionais, os níveis de articulação intersetorial e os padrões de funcionamento das redes de proteção destinadas a esses sujeitos.

Tal lacuna torna-se particularmente relevante diante da centralidade assumida pelas redes socioassistenciais no âmbito das políticas públicas contemporâneas. Conforme destaca Sposati (2009), a intersetorialidade e a articulação em rede passaram a ocupar posição estratégica na organização das políticas sociais brasileiras, especialmente após a consolidação do SUAS. Entretanto, a existência formal das redes não garante, necessariamente, a efetividade da proteção social, sendo fundamental analisar seus modos concretos de funcionamento, suas conexões institucionais e seus limites operacionais.

Partindo dessa problemática, esta tese tem como objeto de estudo a articulação entre políticas sociais e redes de proteção social, considerando sua configuração relacional no processo de transição para a vida adulta. Embora os jovens egressos do acolhimento institucional constituam os sujeitos centrais da problemática investigada, eles não participaram diretamente da etapa de produção de dados primários desta pesquisa. O objeto empírico consiste na configuração das redes institucionais de proteção social acionadas pelos profissionais durante a transição para a autonomia, considerando os atores envolvidos, os vínculos estabelecidos, os fluxos de encaminhamento e as formas de articulação entre serviços, instituições e políticas públicas. A produção de dados primários foi realizada com profissionais que atuam nessa rede, por meio de entrevistas em profundidade e formulário eletrônico de mapeamento. Aqui, a noção de redes de proteção social pode ser compreendida a partir das relações estabelecidas entre diferentes serviços, instituições, políticas públicas e atores envolvidos na garantia de direitos, ultrapassando os limites de uma única política setorial e

envolvendo mecanismos de articulação, complementaridade e interdependência entre diferentes campos da proteção social (Sposati, 2009; Baptista, 2006; Yazbek, 2012).

Essa delimitação implica distinguir dois planos de investigação. Investigar diretamente as condições de vida dos jovens exigiria produzir dados sobre suas experiências, trajetórias e acesso efetivo a direitos. Esta pesquisa, por sua vez, examina a rede institucional que deveria assegurar as condições de proteção necessárias à transição para a vida adulta. Seu foco recai, portanto, sobre a capacidade de articulação entre os serviços e as políticas, e não sobre a mensuração direta das condições de vida dos jovens ou sobre suas narrativas individuais. As condições materiais são consideradas como dimensões necessárias à autonomia e como finalidade da proteção social, cuja efetivação depende, entre outros fatores, da atuação articulada das instituições.

A partir desse debate, a pesquisa busca responder à seguinte questão central, de que maneira a articulação, ou a ausência dela, entre políticas sociais e redes de proteção social interfere nos processos de proteção e desproteção social de jovens egressos do acolhimento institucional durante a transição para a vida adulta?

Como objetivo geral, a tese propõe analisar de que forma a articulação entre políticas sociais e redes socioassistenciais interfere na proteção social de jovens egressos do acolhimento institucional no processo de transição para a vida adulta. Como objetivos específicos, busca-se discutir as juventudes enquanto categoria social heterogênea atravessada por desigualdades estruturais; analisar a constituição histórica das políticas de proteção social voltadas à infância, adolescência e juventude no Brasil, com ênfase no acolhimento institucional; examinar os processos de articulação entre instituições, serviços e políticas públicas destinados ao acompanhamento de jovens egressos do acolhimento institucional; mapear as redes envolvidas na proteção desses jovens, identificando fluxos, vínculos institucionais, centralidades e fragmentações; analisar os limites e potencialidades das redes de proteção social na promoção da autonomia e da inserção social de jovens egressos.

No plano teórico-analítico, a pesquisa fundamentou-se em autores que discutem juventudes, desigualdades sociais, proteção social, redes institucionais e políticas públicas, articulando contribuições do Serviço Social crítico, da sociologia da juventude e dos estudos sobre proteção social. No que se refere à discussão sobre proteção social, a pesquisa dialogou com autores do Serviço Social crítico que analisam as contradições do Estado brasileiro, os limites das políticas sociais e os impactos das transformações contemporâneas sobre a garantia de direitos (Iamamoto, 2008; Yazbek, 2012). Busca-se compreender como os processos de

fragmentação das políticas públicas interferem diretamente nas possibilidades de continuidade da proteção social destinada aos jovens egressos do acolhimento institucional.

No campo específico das redes de proteção social, a tese utilizou a Análise de Redes Sociais (ARS) como instrumento metodológico para mapear vínculos institucionais, fluxos de encaminhamento, centralidades e níveis de articulação entre os diferentes atores envolvidos na proteção de jovens egressos do acolhimento institucional. Conforme aponta Sanicola (2015), a análise de redes permite compreender os vínculos entre serviços, instituições e demais atores estruturados, acionados e distribuídos na rede.

Sob essa perspectiva, a utilização da ARS não possui finalidade meramente descritiva ou ilustrativa, mas constituiu estratégia analítica para compreender como determinadas configurações institucionais podem potencializar ou limitar processos de proteção social. O mapeamento das redes permitiu identificar a concentração de fluxos em determinados atores institucionais, bem como a fragilidade da articulação entre políticas setoriais fundamentais.

À luz dessas considerações, a pesquisa compreende os vazios institucionais como descontinuidades, fragilidades de articulação, interrupções de fluxos e insuficiências relacionais presentes nas redes de proteção social responsáveis pelo acompanhamento de jovens egressos do acolhimento institucional. Dialogando com Castel (1998), entendeu-se que a fragilização dos suportes institucionais de proteção amplia processos de vulnerabilização e desfiliação social, especialmente entre sujeitos historicamente marcados por trajetórias de violações de direitos. Ao mesmo tempo, conforme problematiza Sposati (2009), a existência formal das redes de proteção social não assegura, por si só, a efetivação da proteção integral, tornando necessária a análise concreta das articulações intersetoriais e dos vazios institucionais.

No plano relacional, a pesquisa mobiliza, de forma complementar, a noção de rizoma proposta por Deleuze e Guattari (1995), como recurso interpretativo para compreender a multiplicidade, a contingência e a não linearidade de determinadas conexões produzidas na rede praticada. Essa contribuição não substitui a perspectiva crítico-dialética adotada para a análise das determinações histórico-estruturais do objeto. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, com predominância qualitativa, de caráter exploratório-analítico e desenvolvida como estudo de caso, articulando análise documental e normativa, dados secundários, formulários de mapeamento, entrevistas em profundidade e Análise de Redes Sociais (ARS). O campo empírico foi delimitado ao município de Nova Iguaçu, selecionado intencionalmente a partir das possibilidades efetivas de acesso às instituições e da relevância de sua configuração institucional para o estudo.

A relevância social e acadêmica da pesquisa reside na necessidade de aprofundar o debate acerca da proteção social destinada às juventudes egressas do acolhimento institucional, especialmente em um contexto marcado pelo agravamento das desigualdades sociais, pela precarização das políticas públicas e pela persistência de mecanismos institucionais insuficientes para garantir processos efetivos de autonomia e inserção social.

Ao analisar criticamente as redes de proteção social e seus níveis de articulação, a tese busca contribuir para o fortalecimento do debate sobre proteção integral, intersetorialidade e garantia de direitos. Busca-se, assim, ampliar a compreensão acerca das mediações existentes entre Estado, políticas públicas, redes institucionais e trajetórias juvenis, evidenciando as contradições presentes na garantia de direitos de jovens egressos do acolhimento institucional.

A tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo discute as juventudes como categoria social, histórica e heterogênea, abordando as diferentes formas de construção da condição juvenil e os processos de desigualdade que atravessam as trajetórias e as transições para a vida adulta no contexto brasileiro. O segundo capítulo analisa a constituição histórica das políticas de proteção social e das instituições de acolhimento, discutindo as transformações no papel do Estado, as contradições da proteção institucional e as lacunas existentes na garantia de continuidade protetiva para jovens que atingem a maioridade.

O terceiro capítulo desloca a análise para a dimensão relacional da proteção social, discutindo a constituição das redes socioassistenciais e intersetoriais, os processos de articulação entre políticas, instituições e atores e as relações de poder que atravessam sua configuração. O capítulo também apresenta a Análise de Redes Sociais (ARS) como perspectiva metodológica capaz de apreender posições, vínculos, centralidades, periferias e padrões de articulação, estabelecendo as bases teórico-analíticas para a interpretação da rede investigada.

O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados empíricos da pesquisa, articulando diferentes escalas e camadas de análise. Inicialmente, examina a rede normativo-estatal, construída a partir das instituições, políticas e responsabilidades formalmente previstas; em seguida, analisa a rede praticada a partir dos vínculos identificados nos dados produzidos com profissionais. Logo e, posteriormente, aprofunda a configuração relacional observada no município de Nova Iguaçu, articulando os resultados dos grafos às narrativas profissionais. A análise evidencia as distâncias entre a rede prescrita e a rede efetivamente acionada, permitindo discutir centralidades, assimetrias, descontinuidades, vazios institucionais e mediações

profissionais que atravessam a continuidade da proteção social no processo de transição para a vida adulta.

1.1 Metodologia Da Pesquisa

1.1.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa adotou como perspectiva epistemológica e teórico-analítica de sustentação a tradição crítica do Serviço Social brasileiro, a partir da qual são apreendidas as determinações histórico-estruturais que conformam a questão social, o Estado, as políticas sociais e as condições de produção e reprodução da proteção e da desproteção social. É nesse plano que se situa a explicação das condições sociais mais amplas nas quais se inserem as instituições de acolhimento e as redes de proteção analisadas nesta tese.

A arquitetura teórico-epistemológica da tese organiza-se em dois planos articulados, mas não equivalentes. No plano explicativo, a tradição crítica do Serviço Social e permite apreender as determinações histórico-estruturais da questão social, do Estado e das políticas de proteção social. No plano analítico-relacional, as contribuições de Foucault, Deleuze e Guattari, Bourdieu, Honneth, Fraser e Castel são mobilizadas para examinar dimensões específicas da configuração das redes, das relações de poder, das posições dos atores, dos vínculos e dos suportes sociais. Esses referenciais não são tratados como uma síntese teórica homogênea: sua articulação é delimitada pelo objeto e reconhece diferenças e tensões entre suas matrizes.

A análise das determinações estruturais da proteção e da desproteção social é orientada pela tradição crítica do Serviço Social. As demais contribuições operam como ferramentas conceituais delimitadas, seja por Foucault permite examinar o exercício do poder nas práticas e instituições, Deleuze e Guattari contribuem para interpretar conexões e fluxos relacionais, Bourdieu permite analisar posições e distribuição desigual de capitais, Honneth e Fraser articulam reconhecimento e redistribuição e Castel oferece elementos para compreender a vulnerabilidade e a fragilização dos suportes sociais. Essa divisão de funções evita que as abordagens relacionais substituam a explicação estrutural das desigualdades.

A articulação entre esses referenciais, contudo, é realizada de forma delimitada, considerando as especificidades e as tensões existentes entre suas diferentes matrizes teóricas. Não se pressupõe, portanto, uma compatibilidade epistemológica integral entre as perspectivas mobilizadas, mas uma utilização diferenciada de suas contribuições segundo as dimensões do objeto investigadas, como já foi dito.

Em termos territoriais, o estado do Rio de Janeiro constitui o recorte ampliado da pesquisa, utilizado para a contextualização das políticas de proteção, da oferta institucional e das redes relacionadas ao acolhimento e à transição para a vida adulta. O campo empírico, entretanto, foi delimitado ao município de Nova Iguaçu, definido como estudo de caso para o aprofundamento da análise das relações institucionais e das práticas de articulação da rede de proteção. Essa delimitação não corresponde a uma pretensão de representatividade estatística do conjunto dos municípios fluminenses, mas à escolha de um caso que possibilitou o acesso às instituições e a produção de dados empíricos necessários à investigação.

A delimitação de Nova Iguaçu como campo empírico resultou de um processo de aproximação com diferentes municípios inicialmente considerados para a pesquisa. Foram realizadas tentativas de contato com instituições de acolhimento localizadas em diferentes regiões do estado, considerando-se, inicialmente, critérios relacionados à diversidade territorial, populacional e socioeconômica. Após sucessivas tentativas de acesso, a possibilidade efetiva de interlocução com instituições de Nova Iguaçu permitiu a delimitação do município como caso da pesquisa. Diante deste cenário, a diversidade territorial inicialmente pretendida passou a constituir elemento de contextualização do estudo, enquanto o aprofundamento empírico concentrou-se na configuração da rede de proteção no município selecionado.

O conceito não foi utilizado para explicar as determinações histórico-estruturais da fragmentação das políticas sociais ou da própria existência das redes de proteção. Essas determinações permanecem situadas na análise crítica do Estado, das políticas sociais e das relações sociais capitalistas, a partir da tradição marxista do Serviço Social, especialmente de Iamamoto (2008) e Yazbek (2012), em diálogo com Harvey (2008).

Enquanto a Análise de Redes Sociais (ARS) permitiu identificar empiricamente a estrutura das relações, suas centralidades, intermediações, densidades e descontinuidades, a noção de rizoma é utilizada complementarmente para interpretar a multiplicidade e a contingência das conexões observadas. Essa articulação entre ARS e perspectiva rizomática permitiu analisar a desinstitucionalização para além de uma trajetória linear entre acolhimento e autonomia.

> A compreensão da época em que vivemos apoia-se, cada dia mais, sobre o conceito de rede. A rede atravessa hoje todos os campos do saber – da biologia às ciências sociais, passando pelas ciências exatas – seja como conceito específico, em cada um destes campos, seja como paradigma e imagem do mundo, ou ainda como redes sociotécnicas necessárias à produção do conhecimento (Parente, 2000, p. 171)

Com base nesse enquadramento, a pesquisa buscou identificar os atores e instituições envolvidos na proteção de jovens egressos do acolhimento e compreender como se estruturam as relações entre esses diferentes pontos da rede, quais atores ocupam posições de maior centralidade ou intermediação e onde se localizam conexões frágeis, periféricas ou ausentes. Para esse propósito, a Análise de Redes Sociais (ARS) constitui o principal instrumento metodológico de representação e análise da estrutura relacional investigada por meio da construção dos grafos e do cálculo de medidas de centralidade e conectividade.

Esse desenho da pesquisa adotou uma combinação de abordagens possibilitando reunir diferentes dimensões de análise, articulando dados quantitativos, documentais e relacionais às informações produzidas junto aos profissionais que atuam na rede de proteção. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a utilização articulada de diferentes métodos e técnicas podem ampliar as possibilidades de apreensão do objeto e contribuir para a análise de fenômenos complexos, considerando os procedimentos quantitativos que foram relacionados principalmente ao tratamento de dados secundários e à Análise de Redes Sociais (ARS). Enquanto os procedimentos qualitativos compreenderam a análise documental e normativa, os formulários de mapeamento e as entrevistas realizadas com profissionais da rede.

No plano quantitativo, foram utilizados dados destinados a caracterizar o campo investigado, identificar regularidades e subsidiar a construção e a análise da estrutura relacional. Conforme Borgatti, Everett e Johnson (2018), a análise de redes sociais desloca a atenção das características isoladas dos atores para as relações estabelecidas entre eles, permitindo examinar como a estrutura dessas relações condiciona posições e padrões de interação.

Já a dimensão qualitativa permitiu apreender os sentidos atribuídos pelos profissionais às práticas de articulação, aos fluxos institucionais e às dificuldades encontradas na continuidade da proteção social. As entrevistas e os formulários possibilitam acessar aspectos que não podem ser apreendidos apenas pelas medidas estruturais da rede, especialmente as estratégias de encaminhamento, as formas de mediação profissional, os obstáculos institucionais e as condições concretas em que os vínculos são acionados ou interrompidos. A articulação entre essas dimensões constitui uma estratégia de triangulação, na medida em que diferentes fontes e procedimentos são confrontados para produzir uma compreensão mais abrangente do objeto, relacionando a estrutura formal das políticas às relações efetivamente mobilizadas pelos atores no território.

Por sua vez, o caráter exploratório relacionou-se à necessidade de aprofundar a compreensão de um campo ainda pouco investigado de forma integrada, particularmente no

que se refere à configuração das redes de proteção mobilizadas na transição para a vida adulta de jovens egressos do acolhimento institucional. O caráter analítico decorreu da busca de compreender serviços e instituições que integram essa rede, as relações entre eles, quais posições ocupam e de que maneira os padrões de articulação podem favorecer ou limitar a continuidade da proteção social. Assim, o rigor da pesquisa é assegurado pela explicitação dos procedimentos de coleta, organização, tratamento e análise dos dados, e não pela pressuposição de exatidão ou representatividade estatística dos resultados.

A tese apresentou no componente relacional, a Análise de Redes Sociais (ARS) possibilitando representar e examinar as conexões estabelecidas entre os diferentes atores institucionais, permitindo identificar padrões de vinculação, posições de centralidade, intermediações, periferias e descontinuidades na configuração da rede.

O mapeamento relacional permite identificar os pontos de conexão, também as posições diferenciadas dos atores, os mecanismos de intermediação, as fragilidades dos fluxos e os vazios institucionais que podem comprometer a continuidade da proteção no processo de transição para a vida adulta. Os dados foram analisados de acordo com a natureza e a finalidade de cada fonte empírica. Os documentos legais e normativos foram examinados por meio de análise documental e normativa, buscando identificar responsabilidades institucionais, serviços previstos, interfaces entre políticas e mecanismos formalmente estabelecidos para a continuidade da proteção. O material produzido por meio do formulário eletrônico e das entrevistas foi analisado qualitativamente, considerando recorrências, convergências, divergências e dimensões relacionadas à articulação institucional, continuidade e descontinuidade da proteção, acesso às políticas públicas, mediação profissional e autonomia.

Os dados relacionais foram organizados e analisados por meio da Análise de Redes Sociais (ARS), utilizando o Gephi para a representação e análise da estrutura dos vínculos, permitindo observar a distribuição das conexões, centralidades, intermediações, posições relativas e padrões de conectividade. A interpretação dos resultados foi realizada mediante triangulação das diferentes fontes, confrontando a arquitetura normativa da proteção social, os relatos dos profissionais e a configuração relacional identificada pela ARS.

1.1.2 Procedimentos e fases da pesquisa

O estudo foi desenvolvido a partir de diferentes escalas de análise, articulando dados nacionais, informações referentes ao estado do Rio de Janeiro e dados produzidos no campo empírico local entre os anos de 2024, 2025 e início de 2026. Na escala nacional, foram utilizados dados do Censo SUAS 2024 e 2025, além de outras bases secundárias relacionadas

às instituições de acolhimento e às políticas de proteção social, permitindo caracterizar a oferta e a organização dos serviços em âmbito mais amplo. Na escala estadual, foram mobilizados dados e informações referentes ao estado do Rio de Janeiro, possibilitando contextualizar a configuração das políticas e dos serviços destinados à proteção de adolescentes e jovens. Na escala local, o município de Nova Iguaçu constituiu o campo de aprofundamento empírico, no qual foram realizadas entrevistas em 2025 com profissionais e examinadas as relações institucionais que conformam a rede de proteção.

Na segunda fase, procedeu-se ao levantamento dos dados empíricos locais, concentrado no município de Nova Iguaçu. Foram utilizados formulários de mapeamento e realizadas entrevistas com profissionais, buscando identificar os atores envolvidos, os fluxos de encaminhamento, as formas de articulação e as dificuldades encontradas na continuidade da proteção. Esses dados foram posteriormente organizados para a análise relacional e articulados às informações documentais e secundárias produzidas nas escalas nacional e estadual. Cumpre destacar que a coleta de dados ocorreu de forma sequencial: inicialmente, conduziram-se três entrevistas em profundidade com profissionais vinculados à rede de acolhimento institucional municipal. Posteriormente, visando aprofundar a compreensão acerca das articulações mencionadas nos relatos, aplicou-se um formulário eletrônico de mapeamento (via *Google Forms*), o qual obteve 17 respostas de profissionais atuantes em diferentes áreas socio-ocupacionais da rede de proteção social do município. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa conforme Parecer Consubstanciado nº 4.450.920, tendo os procedimentos de produção de dados sido conduzidos em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016, com a obtenção do consentimento livre e esclarecido dos profissionais participantes em próprio formulário no qual responderam as perguntas e por escrito nas entrevistas em profundidade.

Na terceira fase, os dados produzidos nas diferentes escalas foram sistematizados e articulados para a análise da rede de proteção social. Na escala normativa, foram identificadas as instituições, políticas e responsabilidades formalmente previstas. Posto que na escala empírica, foram examinadas as relações e os fluxos indicados pelos profissionais e, no estudo de caso de Nova Iguaçu, essas relações foram aprofundadas por meio das entrevistas e da análise da configuração institucional local. Os dados primários foram articulados às informações secundárias provenientes de bases oficiais, documentos institucionais e normativos relacionadas às políticas de proteção social e ao acolhimento institucional. Essa

articulação possibilitou confrontar a configuração formalmente prevista das políticas com as relações e práticas de articulação identificadas no campo empírico.

A distinção entre organização social e instituição social também constitui elemento relevante para a compreensão dos atores que integram a rede. A partir de uma perspectiva foucaultiana, as instituições são compreendidas como estruturas responsáveis pela regulamentação e execução de políticas e espaços nos quais se produzem relações de poder, práticas de governamento, formas de controle e disciplina (Foucault, 2007). Essa perspectiva contribui para analisar as instituições envolvidas no acolhimento e na proteção pós-acolhimento na dimensão das relações, práticas e mediações que atravessam sua atuação. A análise busca, assim, compreender como diferentes posições institucionais e formas de exercício do poder interferem na configuração da rede e nas possibilidades de continuidade da proteção social.

Na etapa de análise das relações institucionais, foi utilizado o Gephi, software de código aberto destinado à visualização e exploração de redes complexas. Conforme Cherven (2013), a ferramenta oferece recursos para a representação gráfica e a exploração de estruturas relacionais, possibilitando visualizar a distribuição dos vínculos e diferentes posições ocupadas pelos atores na rede. No presente estudo, o Gephi foi utilizado para a construção dos grafos e para o tratamento e visualização das relações identificadas no banco de dados, subsidiando a análise das centralidades, dos fluxos, das posições periféricas e das conexões que estruturam a rede de proteção social. Observa-se o avanço e prática no desenvolver dos grafos 1 até o grafo 5 no software.

A utilização articulada da Análise de Redes Sociais e do Gephi possibilitou combinar a análise estrutural das relações com a interpretação qualitativa dos dados produzidos no campo. Essa articulação permitiu confrontar a configuração normativa das políticas com as relações efetivamente identificadas, contribuindo para uma interpretação crítica das condições de continuidade e descontinuidade da proteção social no processo de pós-acolhimento.

2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE JUVENTUDES: PERCEPÇÃO, RECONHECIMENTO E TRATAMENTO DAS JUVENTUDES AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL

As juventudes constituem uma categoria social historicamente construída e atravessada por desigualdades de classe, raça, gênero e território. Nessa direção, compreender as juventudes brasileiras exige analisar as condições sociais, econômicas e políticas que conformam suas trajetórias, especialmente em um contexto marcado pelo aprofundamento de processos de vulnerabilização social, pela precarização das relações de trabalho e pelas transformações nos

processos de transição para a vida adulta. Este capítulo analisa a construção histórica e sociológica das juventudes no Brasil, enfatizando suas heterogeneidades, disputas por reconhecimento e inserção nas políticas públicas contemporâneas.

O capítulo busca detalhar as juventudes para além de definições etárias ou biologizantes, analisando-as como expressão das contradições sociais contemporâneas. A partir de revisão bibliográfica interdisciplinar, discute-se como desigualdades estruturais, precarização da proteção social e fragilização dos suportes institucionais impactam as trajetórias juvenis e os processos de transição para a vida adulta no Brasil.

2.1 - SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A sociologia da juventude compreende as juventudes como categoria plural e heterogênea, marcada por diferenças sociais, econômicas, culturais, raciais e territoriais. Conforme Feixa Pàmpols (1998), não existe uma experiência juvenil única, mas múltiplas juventudes constituídas em contextos históricos específicos e atravessadas por distintas formas de inserção social.

Abramo (2005) utiliza o conceito de ‘condição juvenil’ para analisar as experiências compartilhadas pelos jovens em determinados contextos sociais, econômicos e culturais, evidenciando como oportunidades e restrições interferem em suas trajetórias de vida. Complementando essa discussão, Pais e Castilho (2019) propõe a noção de ‘situação juvenil’, enfatizando as circunstâncias concretas vivenciadas pelos jovens em contextos específicos. Ambos os conceitos contribuem para compreender as juventudes de forma situada, reconhecendo que suas experiências são profundamente atravessadas pelas desigualdades sociais e pelas condições objetivas de existência.

Nessa perspectiva, as juventudes constituem sujeitos sociais inseridos em processos complexos de socialização e transição para a vida adulta. Essas trajetórias não ocorrem de maneira homogênea, sendo atravessados por desigualdades estruturais que impactam o acesso à educação, trabalho, renda, proteção social e participação social. Nesse contexto, a experiência juvenil é marcada por disputas, limitações e possibilidades construídas historicamente (Abramo, 2005; Dayrell, 2003; Pais; Castilho, 2019).

Tais trajetórias pessoais e coletivas são construídas nas relações estabelecidas com os diferentes espaços sociais nos quais estão inseridos, sendo atravessadas por processos de socialização, identificação, pertencimento e disputa. Nessa perspectiva, os jovens devem ser

compreendidos como sujeitos sociais que produzem sentidos sobre suas experiências e participam ativamente da construção de suas trajetórias (Dayrell, 2003; Feixa Pàmpols, 1998). As experiências juvenis, entretanto, são condicionadas por diferentes posições sociais e pelas oportunidades concretamente disponíveis, de modo que as possibilidades de construção de projetos de vida não se distribuem igualmente entre os jovens (Abramo, 2005; Pais; Castilho, 2019).

Essa heterogeneidade evidencia que as experiências juvenis são condicionadas e diferenciadas pelas relações de classe, raça, gênero, território e pelo acesso às políticas públicas (Feixa Pàmpols, 1998; Abramo, 2005). Assim, compreender as juventudes exige reconhecer que o acesso à proteção social não ocorre de maneira homogênea, sendo condicionado pela organização das políticas públicas, pela disponibilidade dos serviços e pelas formas concretas de articulação da rede de proteção (Sposati, 2009). Nessa perspectiva, a vulnerabilidade é compreendida como uma condição socialmente produzida e relacionada à fragilização dos suportes de proteção e às desigualdades no acesso a direitos e recursos sociais (Castel, 1998).

Historicamente, a constituição das idades da vida como categorias socialmente diferenciadas relaciona-se às transformações ocorridas nas formas de organização familiar, escolarização e sociabilidade. Ariès (1981), ao analisar historicamente a construção social da infância e as transformações nas relações familiares e escolares, demonstra que as formas de perceber e organizar as diferentes fases da vida não é natural ou imutável, mas historicamente produzidas. Esse argumento permite compreender que a própria juventude deve ser analisada como uma categoria social e histórica, cuja definição e significado se transformam de acordo com as configurações sociais de cada período.

Giddens (1991) contribui para compreender como as transformações da modernidade impactam os processos de construção identitária e as relações sociais contemporâneas. Nesse cenário, as juventudes passam a vivenciar trajetórias marcadas por incertezas, exigências de autonomia e instabilidade nas formas de inserção social.

A juventude brasileira contemporânea enfrenta um conjunto de desafios complexos em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse contexto, a luta por reconhecimento emerge como um elemento central sendo essencial para a inclusão, ao envolver o reconhecimento e a valorização das diversas identidades que compõem a juventude no Brasil, especialmente entre juventudes negras, periféricas e socialmente vulnerabilizadas. Contudo, essa população encontra barreiras significativas, decorrentes de padrões institucionalizados de valor cultural que os posicionam em condições de desvantagem.

As múltiplas identidades dos jovens e suas interseções geram experiências variadas de reconhecimento, exigindo, assim, uma abordagem interseccional para captar e atender melhor às suas necessidades.

Nesse cenário, as desigualdades no acesso ao capital social, cultural e econômico limitam as possibilidades de mobilidade social das juventudes brasileiras, sobretudo entre aqueles cujas trajetórias são atravessadas por processos de vulnerabilização social. Em face desse cenário, as transformações neoliberais e a precarização das políticas públicas podem aprofundar processos de exclusão e enfraquecer mecanismos de proteção social destinados às juventudes.

As condições estruturais que atravessam a juventude brasileira contemporânea são, portanto, marcadas por dinâmicas de incerteza, insegurança e precarização, intensificadas pelas transformações do capitalismo contemporâneo (Castel, 1998; Harvey, 2008). As trajetórias juvenis passam a ser marcadas por obstáculos no acesso à educação, ao trabalho digno, à proteção social e à participação política, revelando que as vivências juvenis não podem ser compreendidas de forma abstrata ou homogênea. As desigualdades educacionais também precisam ser compreendidas em sua dimensão racial, uma vez que raça e classe se articulam na produção de diferentes possibilidades de acesso e permanência nos espaços educacionais (Brandão; Silva, 2008).

> Sem uma análise da complexidade da questão e com uma cultura punitiva se criminaliza e desqualifica a população jovem, pobre, negra, moradora das periferias, urbanas e rurais… a situação de constante violação dos direitos de crianças e adolescentes pobres no Brasil filhos/as das classes trabalhadoras expondo-as às situações de violência, em que aparecem como vítimas potenciais da omissão do Estado, através do genocídio social ou, de ações extremas de extermínio direto (Barros; Santos, 2021, p. 1).

Ao longo da história, a percepção e o tratamento dos jovens no Brasil passaram por transformações significativas, espelhando as mudanças sociais, políticas e culturais do país. O termo "juventude" evoluiu, e a compreensão das necessidades e potenciais dos jovens foi revisada e ampliada. Segundo Perondi (2017), durante muito tempo a juventude foi percebida de forma tradicional e paternalista, considerada um período de transição para a vida adulta. Nessa perspectiva, os adultos viam os jovens como seres em formação, acreditando que precisavam ser orientados e controlados. Entende-se que refletir sobre a trajetória do conceito de juventude no Brasil exige reconhecer as diferentes formas de participação e resistência dos jovens ao longo das décadas, em um contexto marcado por exclusões e disputas por reconhecimento e direitos.

A trajetória das juventudes no Brasil é marcada pela emergência de diferentes formas de participação social e política em contextos históricos diversos. Ao longo das décadas, jovens estiveram presentes em movimentos estudantis, mobilizações culturais, organizações populares e lutas por direitos, assumindo papel relevante nas disputas sociais e políticas do país.

A compreensão da juventude como categoria social exige, portanto, ultrapassar sua definição exclusivamente etária e considerar as condições sociais concretas nas quais os jovens constroem suas experiências. Como afirma Dayrell (2003, p. 41), a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Essa perspectiva permite compreender que as formas de viver e significar a juventude varia segundo as condições sociais, culturais e históricas dos diferentes grupos juvenis.

A importância histórica da juventude como protagonista nas lutas por uma sociedade mais justa, ressaltando a necessidade de valorizar o papel transformador dos jovens esbarram em temas como a marginalização da juventude periférica, o genocídio da juventude negra, a mercantilização da juventude, as pautas do movimento estudantil, a juventude camponesa, a política pública de juventude nos governos Lula e Dilma, entre outros contextos brasileiros.

A trajetória da juventude no Brasil, conforme analisada por Flávio Munhoz Sofiati (2005), destaca a evolução da organização juvenil desde o século XIX com o movimento abolicionista, passando pelos movimentos de expressão política nos anos 1920, como a Semana de Arte Moderna, até as manifestações religiosas e culturais predominantes nos anos 2000. Cada época reflete as condições socioeconômicas e políticas do país, com jovens buscando espaços de expressão, seja por meio da arte, da política ou da religião, adaptando-se às mudanças sociais e buscando formas de participação e afirmação de identidade em contextos diversos. Contudo, o que encontramos é uma descrição da trajetória da juventude no Brasil, com uma narração centrada em experiências predominantemente associadas à juventude branca, refletindo uma perspectiva eurocêntrica.

Essa reconstrução histórica, contudo, pode privilegiar os movimentos e expressões culturais amplamente reconhecidos e celebrados dentro de um cânone histórico e cultural que privilegia contribuições europeias e descendentes. Ao focar em eventos como a Semana de Arte Moderna e movimentos políticos e religiosos específicos, outras narrativas, especialmente aquelas relacionadas à juventude negra e indígena, que também têm histórias ricas de resistência, expressão e organização, podem não ser tão visíveis ou valorizadas igualmente. Isso destaca a importância de uma análise mais inclusiva e representativa da história da juventude no Brasil, que considere todas as suas diversidades e complexidades.

Na década de 1960, observa-se a intensificação da mobilização estudantil e da participação política das juventudes brasileiras, especialmente em torno de questões relacionadas à educação, às reformas sociais e à participação política (Carvalho, 2002; Sofiati, 2005).

A perspectiva de José Murilo de Carvalho (2002) oferece uma análise profunda sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil. Ao abordar temas como participação política, direitos civis e relações entre Estado e sociedade, o autor destaca o processo gradual e complexo pelo qual a cidadania evoluiu no país. Essa análise permite inferir informações sobre a evolução da cidadania, incluindo a participação e as demandas da juventude em diferentes períodos históricos. Além disso, Carvalho (2002) destaca a mobilização política da década de 1960, ressaltando que ela não se limitou aos movimentos estudantis, atingindo também as bases da sociedade, com a Igreja Católica abandonando sua tradição conservadora para se engajar em diversas frentes sociais.

Podemos destacar a participação de organizações vinculadas à Igreja Católica na mobilização juvenil e nas iniciativas de educação e organização popular. A Juventude Universitária Católica (JUC) assumiu progressivamente posições de maior participação política, processo que contribuiu para a formação da Ação Popular (AP), constituída em 1962 como uma organização de caráter político vinculada à experiência dos militantes da JUC (Sofiati, 2005). Paralelamente, jovens vinculados à JUC e à Ação Popular participaram de iniciativas de educação e organização popular, entre elas o Movimento de Educação de Base (MEB), além de experiências relacionadas ao movimento estudantil e aos Centros Populares de Cultura (CPC). A atuação dessas organizações evidencia a aproximação, característica daquele período, entre juventude, educação, cultura, religião e participação política (Sofiati, 2005).

No campo estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) constituiu importante espaço de mobilização política e cultural, articulando reivindicações educacionais e participação no debate público. Os Centros Populares de Cultura vinculados ao movimento estudantil também expressaram a aproximação entre produção cultural, educação e ação política, compondo o cenário de intensa mobilização social que antecedeu o golpe de 1964 (Carvalho, 2002; Sofiati, 2005).

A partir da década de 1980, a literatura sociológica internacional passou a investigar questões como a flexibilização econômica, a precarização das condições de trabalho e a diluição dos mecanismos de mobilidade social. Pierre Bourdieu (2007) destacou a crise do sistema meritocrático francês, observando uma inflação de diplomas" que gerou uma "geração

desiludida pelas promessas não cumpridas do sistema educacional e social. Esses fatores agravam as dificuldades enfrentadas pelos jovens em sua busca por emancipação, resultando em um descompasso nos marcos tradicionais da transição para a vida adulta.

Assim, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho continuam constituindo um dos principais obstáculos à construção da autonomia juvenil e à transição para a vida adulta. No Brasil, embora tenha ocorrido redução recente da desocupação, os jovens permanecem expostos a taxas significativamente superiores à média da população. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram que, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação entre as pessoas de 18 a 24 anos era de 13,4%, enquanto a taxa média nacional correspondia a 6,4%. A desocupação juvenil, portanto, alcançava um patamar superior ao dobro da média nacional, evidenciando as dificuldades específicas enfrentadas pelos jovens na inserção laboral e na construção das condições materiais necessárias à autonomia (IBGE, 2024).

A ampliação do reconhecimento da diversidade das experiências juvenis deslocou progressivamente a compreensão da juventude como categoria homogênea para uma abordagem que considera as diferentes condições sociais, culturais, territoriais e étnico-raciais nas quais os jovens constroem suas trajetórias. Assim, Dayrell (2003) contribui para compreender a juventude como condição social e como experiência vivida de formas distintas pelos diferentes sujeitos. Fóruns e conselhos de juventude, por exemplo, tornaram-se canais importantes nos quais os jovens puderam expressar suas opiniões, discutir questões relevantes e contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Essa dinâmica mais inclusiva revela uma continuidade na complexidade dos esforços empreendidos ao longo da história brasileira para compreender e fortalecer a participação ativa da juventude na construção do país.

Embora Giddens (1991) não desenvolva uma teoria específica sobre juventude, sua análise da modernidade e das transformações das relações sociais oferece elementos para compreender como mudanças institucionais, culturais e identitárias repercutem sobre a construção das trajetórias juvenis. As pautas e formas de participação juvenil transformaram-se ao longo das últimas décadas, acompanhando mudanças sociais, políticas e culturais mais amplas.

Desde a participação em movimentos abolicionistas no século XIX até o envolvimento em iniciativas religiosas e culturais nos anos 2000, a obra de Sofiati (2005) nos oferece uma compreensão das influências das condições sociais na definição dos papéis e das ações juvenis.

A análise interseccional destaca como a marginalização, o desemprego e a baixa escolaridade, especialmente entre os jovens de classes populares, moldam suas escolhas e formas de engajamento. Portanto, Sofiati (2005) defende a necessidade de uma abordagem abrangente sobre a juventude, reconhecendo a diversidade de suas experiências e as respostas adaptativas aos desafios impostos por seus contextos de vida. O autor enfatiza, assim, a importância de políticas públicas sensíveis a essas nuances, que levem em consideração as múltiplas realidades vivenciadas pelos jovens.

A partir dos anos 2000, observa-se a consolidação progressiva de uma institucionalidade específica para as políticas de juventude no Brasil, expressa na criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, na implementação do ProJovem e, posteriormente, na aprovação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2005; Brasil, 2008; Brasil, 2013). Esse processo contribuiu para fortalecer o reconhecimento da juventude como sujeito de direitos e como categoria social diversa, superando, ainda que de forma não linear, perspectivas que a compreendiam predominantemente como uma etapa de transição para a vida adulta (Dayrell, 2003; Brasil, 2013).

> Tornou-se quase um consenso conceber a juventude em sua diversidade, tanto que a plural juventude substitui o singular e passou a ser largamente adotado. O uso do plural reage ao fato de que, nas abordagens mais tradicionais sobre juventude, os jovens são pensados como integrantes de uma cultura juvenil homogênea. Mas o modo como experimentam o que os identifica como jovens é vivido de forma diferente a partir de diferentes situações em que se encontram, em especial seu grupo social, etnia, gênero, territorialidade, religião etc. Isso implica perceber a diversidade dos modos como os jovens vivem a condição juvenil de um mesmo tempo/espaço/cultura. (Perondi, 2017, p.49)

Na década de 2010, as redes sociais emergiram como agentes centrais na configuração da experiência juvenil, transformando profundamente as formas de interação e comunicação. A instantaneidade da comunicação digital e a interconexão global propiciaram novas formas de mobilização e de articulação de demandas sociais, enquanto a juventude demonstrou uma crescente conscientização sobre questões sociais urgentes, como os direitos LGBTQ+, a justiça racial e a sustentabilidade ambiental.

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), embora o desemprego juvenil mundial tenha recuado de patamares mais elevados no pós-pandemia, a situação continua preocupante em comparação com a população adulta. No relatório Global Employment Trends for Youth 2024, a OIT apontou que em 2023 a taxa global de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos foi de 13%, ainda acima da média geral e representando cerca de 64,9 milhões de jovens desempregados no mundo. Esses números, os mais baixos em 15 anos,

revelam, porém, que muitos jovens permanecem afastados de oportunidades de trabalho decente e enfrentam desigualdades persistentes na transição para a vida adulta. Projeta-se que essa taxa global continue caindo gradualmente para 12,8% em 2024 e 2025, sinalizando uma tendência de melhora, embora desigual entre diferentes regiões e grupos populacionais.

A precarização do trabalho e a falta de mobilidade social também têm um paralelo claro na realidade brasileira, onde muitos jovens enfrentam um mercado de trabalho instável e desigual. Essa precariedade limita suas possibilidades de ascensão social e pode perpetuar a desigualdade social, um problema exacerbado pelos valores culturais que definem quem tem acesso a certas oportunidades. Paralelamente, os dados mais recentes referentes ao mercado de trabalho geral mostram que, no trimestre móvel encerrado em outubro de 2025, a taxa de desemprego no país estava em 5,4%, a mais baixa desde o início da série histórica em 2012, embora o nível de informalidade permaneça elevado, em cerca de 37,8% da população ocupada (IBGE, 2025). Essas cifras revelam um mercado de trabalho que, ao mesmo tempo em que cria emprego, não garante inserção formal qualificada para uma parcela considerável dos trabalhadores, impactando de modo mais agudo as juventudes.

A juventude brasileira é frequentemente impactada por expectativas culturais e sociais que moldam suas oportunidades de crescimento e ascensão social, reduzindo sua mobilidade. Esses padrões de valor cultural, institucionalizados e profundamente enraizados nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país, direcionam o que é considerado sucesso ou fracasso e determinam quais habilidades são mais valorizadas no mercado de trabalho, contribuindo para a exclusão de parcela significativa da juventude, sobretudo daqueles cujas trajetórias são atravessadas por processos de vulnerabilização social (Menezes; Santos, 2023). Essa dinâmica perpetua a marginalização econômica dos jovens e reforça a desigualdade social, uma vez que a formação educacional, por si só, não garante acesso a melhores condições de trabalho.

Essa dificuldade de transição para a vida adulta também aparece nos indicadores educacionais. Segundo indicadores educacionais mais recentes produzidos pelo IBGE (2025), a trajetória educacional dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos continua atravessada por desigualdades e pela persistência de barreiras de acesso ao ensino superior. Em 2024, a taxa de frequência escolar líquida no ensino superior desse grupo foi de aproximadamente 27,1%, abaixo da meta de 33% prevista na Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, indicando que menos de um terço dos jovens nessa faixa etária estava na etapa educacional esperada para sua condição etária. Esse percentual revela desigualdades estruturais, observando-se variações por raça e gênero: entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, a taxa de

escolarização foi maior, em torno de 37,6%, enquanto entre pretos ou pardos foi inferior, cerca de 27,1%, com os homens pretos ou pardos apresentando os menores percentuais de participação no ensino superior. Esses dados indicam que, embora ocorra alguma evolução no acesso educacional, a inclusão plena no ensino superior permanece desigual e insuficiente, refletindo a reprodução de desigualdades sociais e econômicas na transição educacional dos jovens brasileiros.

Enquanto o primeiro ponto de debate aborda as variáveis que afetam o reconhecimento dos direitos dos jovens no Brasil, o segundo aprofunda a análise de como as desigualdades econômicas e os padrões de valor cultural institucionalizados impactam diretamente as oportunidades de ascensão social dessa população. A relação entre essas desigualdades e as barreiras ao acesso a direitos fundamentais, como educação, emprego e saúde, revela a necessidade urgente de uma reestruturação das políticas públicas que visem à inclusão econômica e social dos jovens, especialmente daqueles que vivenciam condições mais intensas de vulnerabilização social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: CONTRADIÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL À JUVENTUDE

Este capítulo analisa a relação entre Estado, políticas públicas e proteção social das juventudes, considerando as contradições presentes na formulação e na implementação das políticas destinadas a esse segmento. Parte-se da compreensão de que o reconhecimento normativo dos jovens como sujeitos de direitos não garante, por si só, a efetivação da proteção social, uma vez que sua materialização é atravessada pelas transformações do Estado, pelas orientações neoliberais, pelas desigualdades sociais e pelas descontinuidades das políticas públicas.

Nesse percurso, discute-se a atuação estatal no campo das políticas de juventude, os limites da proteção social e, posteriormente, o lugar das instituições de acolhimento na proteção de crianças e adolescentes e os desafios relacionados à transição para a vida adulta após o desligamento institucional.

3.1 Estado, neoliberalismo e políticas públicas para a juventude

No âmbito das políticas públicas de juventude, observa-se uma tensão permanente entre o reconhecimento formal dos jovens como sujeitos de direitos e as condições concretas de

efetivação desses direitos. Embora marcos legais e institucionais representem avanços normativos importantes, sua implementação encontra limites relacionados à continuidade das políticas, à disponibilidade de recursos e à capacidade estatal de produzir respostas articuladas e territorialmente abrangentes. Essa distância entre o plano normativo e a materialização das políticas pode ser compreendida no contexto das transformações do Estado e das políticas sociais sob a orientação neoliberal, marcado pela contenção do gasto social, pela focalização das ações e pela transferência crescente de responsabilidades para indivíduos e famílias (Harvey, 2008; Perondi, 2017; Sposati, 2009). Assim, as políticas públicas voltadas às juventudes oscilam entre avanços pontuais e limites estruturais, restringindo sua capacidade de enfrentar desigualdades que incidem de forma diferenciada sobre jovens pobres, negros e periféricos.

Além dos limites inscritos no desenho das políticas, sua implementação ocorre em um território marcado por profundas desigualdades regionais. Dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado pelo Ipea a partir da PNAD Contínua, evidenciam empiricamente disparidades regionais, por exemplo, em 2022, o Sul registrou o menor nível de vulnerabilidade social do país, enquanto o Nordeste manteve o maior patamar entre as macrorregiões, padrão que se manteve estável mesmo diante da queda histórica do indicador nacional naquele ano (Ipea, 2024). Essas desigualdades territoriais somam-se a fragilidades na própria execução orçamentária das políticas voltadas à proteção social. Dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social referentes a 2023 mostram que, na Secretaria Nacional de Assistência Social, 96% da dotação orçamentária foi empenhada, mas apenas 74% foi liquidada e 72% efetivamente paga, isto evidencia que a análise da materialização financeira das políticas exige distinguir entre esses diferentes estágios, uma vez que eles não possuem o mesmo significado para a capacidade real de implementação das ações.

Entre 2015 e 2020, o orçamento de programas de qualificação educacional e profissional voltados à juventude, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), sofreu descontinuidades e restrições significativas, refletindo um contexto de restrição fiscal e de priorização de outras áreas nos orçamentos públicos. Essa redução de recursos implicou em menores volumes de vagas efetivamente oferecidas e fragilizou a capacidade do programa de alcançar sua abrangência original de reintegração de jovens ao processo educacional com qualificação profissional.

Muito nos cabe lembrar de Bourdieu (2007), que concebe o capital social como um ativo que indivíduos ou comunidades podem possuir ou não, e cuja construção está frequentemente

ligada a políticas de desenvolvimento. No entanto, a análise do autor introduz a ideia de que a manutenção ativa dessas redes é fundamental, uma vez que os benefícios do capital social são frágeis e exigem esforços contínuos e conscientes para preservar relações que, a longo prazo, possam gerar vantagens.

Incluindo no debate as falas de Putnam (2007), se o capital social é distribuído de maneira desigual, isso pode afetar o reconhecimento na sociedade. Para o autor, a falta de capital social pode ser tanto uma questão de justiça econômica quanto de reconhecimento, pois afeta tanto o acesso a recursos quanto o valor e o respeito que indivíduos e grupos recebem na sociedade. O capital social, portanto, pode ser visto como uma ponte entre a esfera do reconhecimento e a juventude, ao possibilitar que os jovens acessem as esferas da sociedade, como o mercado de trabalho, a educação e até ao ativismo, fornecendo-lhes não apenas recursos materiais, mas também visibilidade e participação nos processos sociais, políticos e culturais.

Esse problema não se restringe ao contexto brasileiro. Em diferentes países, a implementação de políticas sociais voltadas às juventudes para os jovens tem se tornado uma demanda urgente nos últimos anos. No entanto, restrições orçamentárias, privatização, ênfase no empreendedorismo e a fragilização dos direitos trabalhistas têm influenciado a formulação dessas políticas, gerando desafios significativos. Nesse contexto, é essencial compreender como o modelo capitalista e as perspectivas neoliberais impactam a consolidação de programas e políticas sociais para os jovens a longo prazo, bem como os obstáculos que esses elementos impõem à efetividade e à continuidade dessas políticas, tal como descrito abaixo:

> A reforma do Estado é condição de possibilidade de um crescimento com eqüidade e, na sua ausência, apenas cenários medíocres e negativos da proteção social podem ser projetados. Rapidamente, podemos nos referir aos termos desta reforma que venha superar, no médio prazo, as atuais características de falência do Estado: a recuperação da eficácia dos mecanismos de financiamento do setor público, em geral, e das políticas sociais, em particular; uma reforma administrativa que realmente descentralize e descontraia os poderes de decisão, democratizando o Estado, mas ao mesmo tempo restaure a sua capacidade de coordenação e planejamento. Em outras palavras, o que estamos afirmando é que ou atualizam-se os mecanismos de gestão pública, modernizando-se e acompanhando o sentido das transformações e demandas sociais, ou conviveremos com um Estado cada vez mais incapaz de responder pelas suas funções gerais, constituindo mais um dos elementos desintegrados pela crise (Draibe, 1993. p. 58)

Assim, para atingir a esperada eficiência e o equilíbrio fiscal, o modelo capitalista e as políticas neoliberais enfatizam a redução da influência do Estado na economia. Isso pode resultar em restrições ao orçamento e restrições à distribuição de recursos para programas e políticas públicas (Nunes e Teixeira, 2014), incluindo programas para jovens. A falta de

recursos dificulta implementar e manter programas de longo prazo, diminuindo seu alcance e impacto. Os jovens são diretamente afetados pelos cortes nos investimentos sociais, pois diminuem suas chances de acesso à educação, saúde, cultura e outros serviços vitais.

Pode ser destacado aqui um fator que contribui para o movimento pendular descrito por Avritzer (2018), a fraca tradição brasileira de garantia de direitos, que é frequentemente interpretada como uma questão de tolerância política privada. São constantes dinâmicas políticas nas quais há alternância entre momentos de maior abertura democrática e períodos de retrocesso autoritário. A ideia de privatização de setores como a educação, a saúde e a assistência social são frequentemente promovidas pela perspectiva neoliberal, sendo retrocesso e avanço dependendo do ponto de vista ou do ponto de poder. No entanto, os jovens mais vulneráveis podem ser prejudicados se essa privatização resultar na mercantilização desses serviços essenciais. A lógica de mercado pode dar prioridade aos que têm dinheiro, excluindo e impedindo os jovens marginalizados de acessar serviços.

Segundo Castro (2012), a ação variada e complexa do Estado tem um grande impacto no processo de desenvolvimento de uma nação. Como resultado desse conjunto de ações, a política social tem um papel significativo no processo de desenvolvimento, influenciando uma variedade de relações e dependências.

Sob a racionalidade neoliberal, o empreendedorismo e a responsabilização individual passam a ocupar posição central e a responsabilidade individual. Onde os jovens devem buscar o sucesso por conta própria. A maioria da responsabilidade nos jovens cai como uma sobrecarga, enquanto esta é deslocada da responsabilidade do Estado de garantir oportunidades igualitárias para todos (Lépore, 2014). Ainda segundo Lépore (2014), esse problema se torna mais evidente para os jovens quando enfrentam desigualdades estruturais, falta de recursos e falta de apoio para iniciar suas próprias carreiras ou negócios.

A centralidade atribuída ao mercado e à concorrência tende a ampliar processos de precarização do trabalho e fragilização dos direitos trabalhistas à precarização do trabalho e à fragilização dos direitos trabalhistas, afetando negativamente os jovens. Eles enfrentam dificuldades para se inserir e progredir no mercado de trabalho quando não há proteção social, salários justos e oportunidades de emprego estáveis. Isso aumenta sua vulnerabilidade e instabilidade econômica, prejudicando suas perspectivas de futuro e comprometendo seu bem-estar.

Nesse contexto, a consolidação de programas e políticas sociais voltados às juventudes tem sido amplamente tensionada no Brasil tem sido amplamente desafiada pelo modelo

capitalista e pelas perspectivas neoliberais. A garantia de acesso equitativo a serviços essenciais e oportunidades de crescimento para os jovens é dificultada por restrições orçamentárias, privatização, mercantilização, foco no empreendedorismo e precarização do trabalho. Assim, a justiça social, a igualdade de oportunidades e o fortalecimento dos direitos dos jovens devem ser priorizados nas políticas públicas para superar esses desafios.

A fragilização das políticas públicas e de retração da responsabilidade estatal, as instituições de acolhimento emergem como espaços ambíguos. Vejamos, ao mesmo tempo em que cumprem uma função protetiva essencial diante da ausência ou insuficiência de políticas estruturantes, também expressam os limites do Estado em garantir proteção integral, contínua e emancipatória às juventudes. A centralidade assumida por essas instituições revela a tendência de delegar à esfera institucional, muitas vezes precarizada, responsabilidades que deveriam ser asseguradas por políticas públicas universais, intersetoriais e territorialmente articuladas.

Sem deixar de mencionar o alcance dessas políticas federais, embora relevante, pode ser insuficiente para mitigar completamente os impactos da flexibilização e desregulamentação impostas pelo neoliberalismo. As políticas neoliberais, caracterizadas pela flexibilização das leis trabalhistas, desregulamentação do mercado de trabalho e redução da intervenção estatal, têm impactado profundamente as condições de trabalho dos jovens, levando à precarização dos empregos. Essa dinâmica resulta em formas de contratação que, embora promovidas como meios para aumentar a empregabilidade, frequentemente oferecem poucas garantias de estabilidade, segurança e direitos laborais, especialmente para a população jovem.

Segundo David Harvey (2008), essa flexibilização faz parte de uma estratégia neoliberal mais ampla que visa desregular os mercados para aumentar a competitividade e a eficiência. No entanto, essa abordagem tem consequências adversas para os jovens, que são frequentemente os mais afetados por essas mudanças. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da OCDE do ano de 2023 indicam que os jovens são mais propensos a estarem empregados em posições temporárias ou informais, sem acesso a benefícios básicos como seguro de saúde, férias remuneradas ou proteção contra demissão arbitrária.

Além disso, autores como Guy Standing (2014) discutem a formação de um novo "precariado", uma classe emergente caracterizada pela insegurança no emprego, falta de identidade ocupacional e baixa renda. Standing (2014) argumenta que os jovens, especialmente em economias neoliberais, estão na linha de frente dessa nova classe, enfrentando condições de trabalho que os mantêm em um estado de constante incerteza e vulnerabilidade. Essa precarização é exacerbada pela ausência de políticas públicas que ofereçam suporte adequado,

como programas de qualificação profissional acessíveis ou sistemas de proteção social robustos. Antunes (1999) e Standing (2014) observam a emergência de uma classe trabalhadora desprotegida e vulnerável diante das transformações econômicas globais.

> O processo de flexibilização, fragmentação e precarização do trabalho, sob a égide do capital, recria formas de exploração que atingem vastos contingentes da classe trabalhadora, gerando uma nova morfologia do proletariado, caracterizada pela intermitência e pela instabilidade no emprego." (Antunes, 1999, p. 23).

Dados empíricos reforçam essa perspectiva. A OCDE (2020) aponta que, em países com mercados de trabalho altamente desregulamentados, como os Estados Unidos e o Reino Unido, a proporção de jovens em empregos temporários ou semipermanentes é significativamente maior do que em países com regulamentações mais rigorosas, como Alemanha e França. Esses empregos, muitas vezes, não oferecem perspectivas de progressão na carreira, contribuindo para a estagnação profissional e limitando a mobilidade social dos jovens.

O Estado desempenha um papel fundamental na mitigação das injustiças sociais e econômicas que emergem, particularmente em contextos onde políticas neoliberais predominam. Essas políticas, ao enfatizarem a desregulamentação do mercado, a redução da intervenção estatal e a primazia do setor privado, muitas vezes resultam em maior desigualdade econômica, precarização do trabalho e exclusão social. Para contrabalançar esses efeitos, o Estado pode e deve intervir por meio de uma série de políticas públicas que promovam a redistribuição de renda, o fortalecimento da educação pública, programas sociais voltados para a juventude e a regulamentação do mercado de trabalho.

Diante dos efeitos estruturantes das políticas neoliberais na vida da juventude, é fundamental analisar como o Estado brasileiro tem respondido ou deixado de responder às demandas específicas de jovens em contextos de vulnerabilidade, particularmente aqueles que vivenciam a institucionalização e o desligamento compulsório ao atingirem a maioridade. Procuraremos nas próximas seções examinar o papel das instituições de acolhimento e as políticas públicas voltadas à juventude, discutindo suas contradições, limites e omissões. Ao reconstruir historicamente o lugar das instituições na rede de proteção, mapear o arcabouço jurídico que sustenta (ou enfraquece) essa atuação e avaliar a efetividade das ações estatais, busca-se compreender como o poder público atua ou se omite diante da transição de jovens egressos para a vida adulta. Especial atenção será dada à ausência de políticas específicas, à fragmentação intersetorial e à reprodução de práticas de exclusão que desafiam o direito à cidadania plena para essas juventudes.

3.2 Juventude, políticas públicas e limites da proteção estatal

Nas últimas décadas, observa-se a ampliação do reconhecimento internacional da juventude como sujeito de direitos, com destaque para as ações promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e para as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Organização Ibero-Americana de Juventude. Esses esforços buscam proporcionar melhores condições sociais, culturais e econômicas para os jovens em escala global (ONU, 2025). Esses esforços buscam proporcionar melhores condições sociais, culturais e econômicas para os jovens em escala global.

Apesar desses progressos notáveis, uma análise mais aprofundada, conforme exposto no Relatório Global sobre Juventude de 2005 da ONU (2025), revela uma realidade desafiadora no que tange à efetivação dos direitos humanos para uma parcela considerável da juventude ao redor do mundo. O documento destaca dados desalentadores sobre a conquista e garantia dos direitos sociais, culturais e econômicos por parte dos jovens, indicando lacunas persistentes na promoção do bem-estar dessa população.

O relatório da ONU (2025) sobre saúde mental e bem-estar da juventude sublinha a persistência de desafios estruturais como desigualdade de oportunidades, barreiras ao acesso à educação e ao trabalho decente, e exclusão social que seguem comprometendo a implementação eficaz das políticas voltadas aos jovens. O documento reforça que essas desigualdades de oportunidades estão diretamente associadas a disparidades nos resultados de saúde mental e bem-estar, o que torna ainda mais urgente a adoção de abordagens preventivas, comunitárias e sensíveis às realidades da juventude.

Considerando a amplitude dos estudos disponíveis sobre juventude, com destaque para os trabalhos Sposito e Carrano (2003) no Observatório da Juventude da UFF e demais observatórios no país, resgatamos algumas considerações sobre as ações federais pós 2000 nas quais já foram analisados os caminhos percorridos pelos municípios na implementação dessas políticas durante o período mencionado e sua análise se encontra mais sólida. Nesse contexto, os estudos de Carrano (2003) oferecem uma base aprofundada, proporcionando um panorama essencial para fundamentar e orientar nossa pesquisa.

Entretanto, é crucial destacar que essas observações constituem generalizações, uma vez que as experiências juvenis são marcadamente diversificadas, sendo profundamente influenciadas por fatores como localização geográfica, etnia e classe social (Dayrell, 2003; Feixa Pàmpols, 1998; Abramo, 2005). As tendências que emergem nesse contexto são

dinâmicas, refletindo as transformações sociais contínuas que permeiam os diferentes contextos históricos e culturais.

A juventude tem se constituído como um importante vetor para a articulação de demandas sociais, especialmente no que diz respeito aos impactos das políticas neoliberais. A crescente conscientização sobre a precarização do trabalho, o papel do Estado e a defesa dos direitos laborais ganham visibilidade nas redes sociais, permitindo um espaço de reflexão crítica sobre as intersecções entre as transformações sociais e as reconfigurações do mercado de trabalho.

As políticas neoliberais, que promovem a flexibilização das leis trabalhistas, a desregulamentação do mercado e a diminuição da intervenção estatal, têm alterado profundamente as condições de trabalho, resultando em processos de precarização das relações de trabalho (Harvey, 2008; Standing, 2014). Embora tais políticas sejam frequentemente apresentadas como uma estratégia para aumentar a empregabilidade, elas frequentemente resultam em formas de contratação que, apesar de amplamente divulgadas como soluções para a inserção no mercado de trabalho, oferecem escassas garantias de estabilidade, segurança e direitos trabalhistas, especialmente para a população jovem.

Embora essas políticas federais busquem preparar os jovens para o mercado de trabalho e incluí-los socialmente, elas muitas vezes coexistem com a realidade de um mercado cada vez mais precarizado e flexível, gerado pelas próprias políticas neoliberais. Ou seja, enquanto as políticas neoliberais tendem a reduzir a segurança e os direitos laborais, as políticas federais para a juventude procuram, em certa medida, compensar os efeitos negativos dessas dinâmicas por meio de educação e qualificação, mas sem necessariamente resolver o problema estrutural da precarização (Harvey, 2008; Standing, 2014). Vejamos na Tabela 1:

Tabela 1. Políticas Federais Relacionadas aos Jovens

Política	Ano de Criação	Descrição	Relação com os Jovens
Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000)	2000	Exige que empresas contratem jovens aprendizes, oferecendo formação técnico-profissional.	Prepara jovens para o mercado de trabalho, combinando aprendizado teórico e prático.
FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)	2001	Financia cursos superiores para estudantes que não podem arcar com os custos de mensalidades.	Permite que jovens de baixa renda acessem o ensino superior.
ProUni (Programa Universidade para Todos)	2005	Oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.	Facilita o acesso ao ensino superior para jovens de baixa renda.
ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	2005	Oferece educação básica, qualificação profissional e atividades de cidadania para inclusão social.	Promove a inclusão social e profissional de jovens vulneráveis.
Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)	2011	Expande e democratiza o acesso à educação técnica e profissionalizante com cursos gratuitos.	Melhora a qualificação técnica e oportunidades de emprego para jovens.
Juventude Viva	2012	Plano de enfrentamento à violência contra a juventude negra, ampliando oportunidades de vida.	Reduz a vulnerabilidade e promove a inclusão social da juventude negra.
Programa Estação Juventude	2013	Disponibiliza serviços de orientação, formação, cultura, lazer e inclusão digital em espaços públicos.	Garante acesso a atividades e serviços que contribuem para a formação e cidadania dos jovens.
ID Jovem (Identidade Jovem)	2016	Garante a jovens de baixa renda meia-entrada em eventos e descontos em transporte interestadual.	Amplia o acesso à cultura, esporte e mobilidade para jovens de baixa renda.

Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024)	2024	Programa de transferência de renda em forma de poupança, com incentivos por matrícula, frequência, conclusão de etapa e participação no Enem.	Incentiva a permanência e conclusão do ensino médio por jovens de baixa renda, reduzindo evasão escolar.

Fonte: elaboração própria, com base na legislação e nos documentos oficiais correspondentes às políticas apresentadas (Brasil, 2000; Brasil, 2001; Brasil, 2005a; Brasil, 2005b; Brasil, 2011; Brasil, 2012; Brasil, 2013; Brasil, 2016; Brasil, 2024).

Duas políticas recentes ilustram esse movimento de rearticulação da proteção social à juventude no campo educacional, ainda que voltadas a momentos distintos do percurso escolar. O Pé-de-Meia (Lei nº 14.818/2024) atua na prevenção da evasão, oferecendo incentivos financeiros, de matrícula, frequência, conclusão de etapa e participação no Enem, somando até R$ 9.200 ao longo do ensino médio, a estudantes de baixa renda ainda matriculados na rede pública, tendo alcançado quase 4 milhões de beneficiários já em seu primeiro ano. Já o Projovem, em sua retomada de 2024, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26/2024 para o ciclo 2024-2027, atua na reparação da evasão já consumada, oferecendo auxílio financeiro e qualificação profissional a jovens que não concluíram o ensino fundamental, nas modalidades Urbano e Campo. Essa rearticulação integra um esforço mais amplo de educação continuada, vinculado ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Decreto nº 12.048/2024), que prevê a ampliação de 3,3 milhões de matrículas na EJA até 2027 e investimentos superiores a R$ 11 bilhões no período. Ainda que distintas em seu momento de atuação, ambas as políticas evidenciam a persistência da fragmentação como marca da proteção social dirigida às juventudes: cada programa responde a uma etapa específica do percurso escolar, sem que se configure, necessariamente, uma estratégia articulada e contínua de garantia do direito à educação.

A trajetória dessas políticas evidencia, portanto, uma característica recorrente da proteção social dirigida às juventudes, o reconhecimento formal de direitos e a criação de programas específicos coexistem com desafios relacionados à continuidade, ao financiamento, à articulação intersetorial e à capacidade de implementação. A existência de uma política pública instituída não significa, necessariamente, que seus objetivos sejam materializados de forma homogênea nos diferentes territórios.

3.3 Instituições de acolhimento e as contradições da proteção social

A análise das políticas sociais voltadas à juventude evidencia que a ação estatal se organiza de forma desigual, fragmentada e frequentemente marcada por descontinuidades, especialmente nos momentos de transição da infância para a vida adulta. Se, por um lado, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a juventude como sujeito de direitos e prevê mecanismos de proteção social, por outro, a materialização dessas garantias ocorre de maneira seletiva e insuficiente, revelando contradições estruturais na atuação do Estado. É nesse contexto que as políticas públicas de proteção especial assumem centralidade, uma vez que expressam tanto o compromisso institucional com a defesa de direitos quanto os limites concretos da intervenção estatal frente às múltiplas expressões da questão social que atravessam a vida dos jovens. Inseridas no âmbito da proteção social especial, às instituições de acolhimento configuram-se como respostas estatais às situações de ameaça ou violação de direitos que atingem crianças e adolescentes, devendo ser acionadas de forma excepcional e provisória, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e pelas normativas da política de assistência social.

Entre os principais espaços nos quais o Estado exerce ou se abstém de exercer sua função protetiva junto à juventude, as instituições de acolhimento ocupam posição central. Elas não apenas materializam a política pública voltada à proteção de crianças e adolescentes em situação de risco, como também revelam os limites históricos e atuais dessa atuação. Compreender seu papel é fundamental para identificar como a proteção social tem sido estruturada e, muitas vezes, descontinuada ao longo do tempo.

A compreensão das instituições de acolhimento como dispositivos de proteção exige reconhecê-las, simultaneamente, como espaços de cuidado e como mecanismos institucionais que podem operar também na gestão das expressões da questão social. Diante desse quadro, o acolhimento institucional não pode ser analisado isoladamente de sua inserção nas formas de regulação social, especialmente em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais. As instituições de acolhimento assumem, assim, uma função ambígua, ao mesmo tempo em que materializam a proteção estatal diante de situações de violação de direitos, podem também participar de processos de administração das desigualdades e de controle das trajetórias de crianças e adolescentes.

Essa dimensão pode ser problematizada a partir da perspectiva foucaultiana sobre as instituições e as relações de poder. Para Foucault (2007), as instituições modernas operam mediante dispositivos disciplinares que organizam tempos, espaços, comportamentos e

condutas. Aplicada ao contexto do acolhimento institucional, essa perspectiva permite analisar como práticas aparentemente orientadas exclusivamente à proteção podem também produzir formas de controle sobre os corpos, os comportamentos e as trajetórias dos sujeitos.

Do ponto de vista sociopolítico, o acolhimento institucional prolongado revela uma racionalidade disciplinar que dialoga com as análises foucaultianas sobre o controle dos corpos e das trajetórias. A rotina rígida, a padronização dos tempos, a supressão da intimidade e a ausência de escolhas cotidianas produzem sujeitos adaptados à obediência e à heteronomia, em detrimento da autonomia. A instituição, nesse sentido, modela subjetividades, produzindo jovens que aprendem a sobreviver sob regras externas, mas encontram dificuldades para exercer a autodeterminação fora dos muros institucionais (Figueiró; Campos, 2013, p. 113).

Essa lógica é reforçada por uma cultura administrativa que privilegia a gestão do fluxo em detrimento da construção de projetos de vida. Nas instituições, o foco recai sobre o cumprimento de protocolos, metas e indicadores de atendimento, enquanto o acompanhamento ético, relacional e individualizado essencial para a promoção de direitos e do desenvolvimento humano frequentemente é negligenciado.

No plano normativo, o Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui um instrumento de organização do acompanhamento de cada criança ou adolescente acolhido. Previsto no art. 101, §§ 4º a 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o PIA deve ser elaborado pela equipe técnica do serviço de acolhimento, considerando a situação singular do acolhido e, sempre que possível, sua participação e a de sua família. Sua função não se restringe ao registro do ingresso no serviço: consiste em orientar o acompanhamento e as ações necessárias à garantia de direitos, à preservação ou reconstrução dos vínculos familiares e comunitários e à construção de alternativas para a continuidade da proteção. Nessa perspectiva, o PIA pode ser compreendido como um dispositivo de articulação entre a equipe do acolhimento, a criança ou o adolescente, sua família e os demais serviços e atores cuja atuação seja necessária ao atendimento das necessidades identificadas.

Essa previsão permite distinguir a existência formal de um instrumento de planejamento da efetiva constituição de uma rede articulada. A elaboração do PIA, por si só, não assegura que os serviços envolvidos compartilhem informações, assumam responsabilidades ou mantenham acompanhamento continuado. A análise da rede praticada deve, portanto, examinar em que medida as articulações observadas nos dados correspondem às funções de planejamento e corresponsabilização atribuídas ao instrumento, sem presumir que sua previsão normativa se traduza automaticamente em fluxos interinstitucionais efetivos.

Ao atuar como mecanismo de organização do cotidiano, o controle do tempo e da rotina institucional expressa uma lógica disciplinar que orienta comportamentos, e limita a apropriação pelos sujeitos de suas próprias trajetórias biográficas (Oliveira, 2010). A institucionalização prolongada, ao transformar necessidades relacionais em tarefas gerenciadas por rotinas rígidas, termina por diluir o sentido das experiências vividas, deslocando a centralidade do cuidado para a conformidade com normas e indicadores de desempenho. Oliveira (2010) argumenta que, sob esse viés, os serviços de acolhimento correm o risco de reproduzir formas de controle social que remetem às funções disciplinares clássicas das instituições totais, em detrimento de sua potencialidade emancipatória.

Esse padrão de gestão, voltado para a estabilidade dos fluxos e para a redução de incertezas administrativas, esvazia a capacidade do acolhimento de operar como espaço de reparação, de promoção de direitos e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sob a lente de Foucault (2007), determinadas práticas de organização institucional podem ser problematizadas como formas de exercício do poder disciplinar, particularmente quando o controle do tempo, das rotinas e dos comportamentos se sobrepõe à construção de processos individualizados de cuidado.

Ao mesmo tempo, para Bourdieu (1997), esses espaços institucionais moldam habitus específicos, criando disposições duradouras que orientam práticas, percepções e escolhas, mas que limitam a capacidade dos sujeitos de construir projetos de vida autônomos e de se engajar plenamente na participação social. Assim, a instituição transforma o acolhimento em um espaço-tempo liminar, no qual a vida subjetiva dos jovens é submetida às demandas administrativas e ao ritmo institucional com um ritmo que não se harmoniza com os processos de elaboração da identidade e da autonomia, convertendo a proteção em limitação estrutural.

Marília Pontes Sposito (2005), ao discutir os trabalhos de Dubet (2003), aponta que os programas de institucionalização modernos buscavam socializar os indivíduos e formar personalidade por meio de instituições, como a escola, em um processo relativamente bem-sucedido de interiorização de disciplina e aprendizagem. No contexto do acolhimento institucional brasileiro, essa perspectiva permite compreender que, embora as instituições se proponham a socializar e proteger, a lógica prolongada de controle sobre tempo, rotina e decisões dos sujeitos não elimina a dominação, mas a transforma. A ruptura da institucionalização obriga os jovens a construir autonomia e projetos de vida próprios, evidenciando a tensão entre a função de proteção formal e os desafios concretos da emancipação individual.

Essa suspensão do tempo biográfico tem efeitos profundos sobre a trajetória dos sujeitos acolhidos. A descontinuidade dos vínculos institucionais marcada pela rotatividade de educadores, pela alta rotatividade da equipe técnica e pela lógica de fluxo administrativo compromete a construção de referências relacionais estáveis, elemento apontado pela literatura como central para processos de socialização e desenvolvimento subjetivo. A permanência prolongada em contextos institucionais pode produzir processos de adaptação às rotinas, normas e formas de organização da vida cotidiana próprias de cada instituição. Sem que se estabeleça uma equivalência entre os serviços de acolhimento contemporâneos e o conceito de instituição total formulado por Goffman (1974), determinadas práticas institucionais podem apresentar características análogas aos processos de ajustamento e de redução da autonomia individual discutidos pelo autor. Considerando esses elementos, a proteção institucional pode assumir um caráter paradoxal: ao mesmo tempo em que responde a situações de violação de direitos e oferece proteção imediata, determinadas formas de organização da rotina e das relações institucionais podem limitar a construção progressiva da autonomia e dificultar a transição para contextos sociais mais amplos.

A fragilidade das equipes técnicas, a rotatividade de profissionais, a precarização dos vínculos de trabalho e a ausência de formação continuada comprometem a dimensão ética do cuidado. Pesquisas sobre o cotidiano do acolhimento institucional evidenciam que essas condições de trabalho — marcadas por terceirização, baixos salários e sobrecarga da jornada — impactam diretamente as relações estabelecidas entre educadores e crianças acolhidas, comprometendo a qualidade e a continuidade do cuidado oferecido (Godoy, 2023).

A ausência de políticas estruturadas de acompanhamento pós-desligamento revela que o Estado compreende a maioridade como um marco burocrático de encerramento de responsabilidades. Assim, a institucionalização, que prometia proteção, termina por produzir sujeitos socialmente desancorados, lançados a trajetórias marcadas pela informalidade, pela instabilidade habitacional e pela exposição a múltiplas violações.

Diante desse quadro, a crítica às instituições de acolhimento se dirige ao modo como têm sido historicamente operacionalizadas. A superação do paradigma institucionalizante exige uma reorientação profunda das políticas públicas, que reconheça o acolhimento familiar, a família extensa e as redes comunitárias como espaços privilegiados de cuidado e desenvolvimento. Implica, ainda, investir na profissionalização rigorosa das equipes, na articulação intersetorial efetiva e na construção de políticas de transição que garantam suporte material, emocional e social aos jovens egressos.

Dados recentes do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA/CNJ) reforçam a dimensão prática desse cenário, quando observado o ano de 2024, cerca de 32 mil crianças e adolescentes viviam em acolhimento institucional no Brasil, contra apenas 1.967 em serviços de família acolhedora, o equivalente a 5,8% do total (CNJ, 2024). As modalidades incluem Casa Lar, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva e Casa de Passagem, com a maioria dos acolhidos permanecendo em unidades institucionais, e não em ambiente familiar substituto. As saídas incluem retorno à família, adoção ou desligamento por maioridade, fase que, como já discutido, marca alta vulnerabilidade. A adoção enfrenta descompassos significativos: em 2025, o SNA registrava 5.506 crianças e adolescentes aptos à adoção frente a dezenas de milhares de pretendentes habilitados, uma desproporção que se intensifica no caso da adoção tardia, já que a maior parte dos pretendentes segue priorizando crianças de menor idade.

Repensar o acolhimento institucional é enfrentar a própria forma como o Estado brasileiro lida com a juventude pobre, seja entre a tutela e o abandono, entre a proteção formal e a negação concreta de direitos. A instituição deixa, assim, de ser apenas um espaço físico e passa a ser compreendida como um campo de disputas simbólicas, políticas e éticas, no qual se decide se a proteção será instrumento de emancipação ou de reprodução da invisibilidade social.

A ausência de coordenação intersetorial e a fragmentação dos serviços transformam a proteção em uma tarefa incompleta, muitas vezes limitada à provisão de acolhimento, enquanto direitos fundamentais, como a convivência familiar e comunitária, a educação, o trabalho e a construção de projetos de vida, permanecem sem respostas suficientemente articuladas. Assim, a proteção integral depende da capacidade de articulação entre políticas, serviços e instituições responsáveis por sustentar as trajetórias dos sujeitos para além da permanência institucional. É justamente nessa passagem entre a proteção institucional e a continuidade da proteção para além dela que a análise das redes de atores e das relações interinstitucionais se torna fundamental, questão que será aprofundada no capítulo seguinte.

4 REDES E ATORES NA TRANSIÇÃO PARA A AUTONOMIA: DINÂMICAS INSTITUCIONAIS E DESAFIOS DO EGRESSO DO ACOLHIMENTO

A transição da institucionalização para a autonomia constitui um momento crítico na trajetória de jovens que vivenciaram o acolhimento institucional. Retomando as reflexões de Sposito (2005) sobre a função socializadora das instituições, inserida em um conjunto mais amplo de atores, serviços e políticas que compõem a proteção social. Se, nos capítulos anteriores, foram discutidas as juventudes, a construção social da condição juvenil, as políticas públicas e o acolhimento institucional em suas dimensões históricas e contraditórias, neste capítulo o olhar desloca-se para as relações que se estabelecem entre instituições e atores no processo de transição para a vida adulta.

O presente capítulo busca aprofundar a compreensão da rede de proteção social intersetorial brasileira, articulando seus fundamentos teóricos às condições concretas de implementação das políticas sociais. O objetivo é investigar sua constituição, suas assimetrias, seus mecanismos de articulação e suas contradições. Interessa compreender como serviços,

políticas públicas, instituições e profissionais participam da construção das possibilidades de autonomia dos jovens egressos e, simultaneamente, como essas mesmas redes podem reproduzir mecanismos de tutela, controle, fragmentação e responsabilização individual.

No âmbito dessa discussão, a rede é compreendida nesta pesquisa em uma dupla dimensão. Por um lado, constitui uma forma de organização das relações entre diferentes atores, serviços e instituições. Por outro, configura-se como campo relacional atravessado por desigualdades de poder, distribuição desigual de recursos, disputas institucionais e diferentes capacidades de intervenção. Estudos sobre redes sociais interorganizacionais demonstram que a existência de múltiplos atores não implica, necessariamente, integração entre as organizações. A configuração da rede pode apresentar concentração de relações, dependência de determinados atores e baixa articulação entre os participantes, tornando necessário analisar a presença das instituições e a estrutura efetivamente produzida pelos vínculos estabelecidos (Ribeiro; Bastos, 2011), essa perspectiva é fundamental para a análise do pós-acolhimento.

4.1 Redes institucionais e mediação da autonomia: fundamentos teóricos para a transição do acolhimento

A intervenção em rede pode ser compreendida como um conjunto complexo de relações sociais e institucionais no qual indivíduos, grupos, organizações e serviços estabelecem conexões que ultrapassam os limites formais de cada instituição. Nessa perspectiva, a rede constitui uma configuração relacional na qual circulam informações, recursos, responsabilidades, conhecimentos e formas de reconhecimento. Boccacin (2001, p. 217) compreende as redes como sistemas conectados, constituídos por malhas de comunicação e pelas estratégias mobilizadas pelos indivíduos no interior das relações sociais. Sanicola (2015, p. 21), em perspectiva próxima, utiliza a imagem da rede como estrutura constituída por pontos conectados por ligações que, ao se cruzarem, formam malhas de diferentes densidades. Os pontos de ligação, compreendidos como nós, constituem lugares nos quais ocorrem trocas e mediações.

Essa formulação é particularmente pertinente porque permite deslocar a análise do serviço isolado para as relações estabelecidas entre os diferentes atores que participam da trajetória de proteção. O acolhimento institucional, nessa perspectiva constitui um ponto inserido em uma configuração mais ampla, que envolve assistência social, sistema de justiça, saúde, educação, trabalho, renda, família, comunidade e outras instituições.

A noção de rizoma, desenvolvida por Deleuze e Guattari (1995), oferece uma chave conceitual para pensar conexões que não dependem de um único centro organizador nem

seguem, necessariamente, uma sequência linear. O rizoma remete à multiplicidade, à heterogeneidade e à possibilidade de conexão entre pontos distintos, permitindo considerar que os percursos relacionais podem ser construídos por diferentes entradas, aproximações e desvios. Em contraste, a organização arborescente representa uma forma de ordenamento hierárquico, na qual as conexões se distribuem a partir de um centro ou de uma estrutura de ramificações. Nesta tese, essa distinção é empregada como recurso descritivo-interpretativo para pensar formas de conexão e organização relacional, e não como explicação das determinações estruturais da proteção social. Também não se pressupõe que uma rede institucional seja integralmente rizomática ou arborescente: os conceitos permitem formular perguntas sobre suas formas de organização, sem definir antecipadamente o que a análise empírica deverá encontrar.

As conexões entre atores não produzem necessariamente cooperação, horizontalidade ou proteção. Uma rede pode ser densa e, ainda assim, reproduzir relações hierárquicas, consegue possuir muitos atores e apresentar baixa capacidade de coordenação, pode concentrar recursos em determinados nós e produzir a marginalização de outros. Por essa razão, a análise das redes exige considerar simultaneamente sua dimensão relacional e as estruturas de poder que atravessam essas relações.

Barnes (1972), Besson (1994) e Chiesi (2001) contribuem para compreender as redes sociais como sistemas dinâmicos, dotados de propriedades próprias, nos quais as posições ocupadas pelos atores interferem na circulação de recursos, informações e possibilidades de ação. A rede participa da produção das possibilidades e dos limites de sua atuação.

A análise das redes permite observar propriedades estruturais e relacionais que ajudam a compreender como os atores se posicionam e como os vínculos se distribuem. Entre essas propriedades encontram-se a centralidade, a intermediação, a proximidade, a densidade e a coesão. A centralidade permite identificar atores que ocupam posições estratégicas na estrutura relacional, a intermediação evidencia aqueles que conectam diferentes segmentos da rede, a proximidade indica a distância relacional entre os atores, enquanto densidade e coesão permitem observar o grau de conectividade e integração do conjunto (Ribeiro; Peixoto; Miranda; Bastos, 2019).

Essas propriedades, contudo, não devem ser convertidas automaticamente em indicadores de eficácia. Uma elevada centralidade, por exemplo, pode representar capacidade de articulação, mas também concentração de poder e dependência em relação a um ator específico. Da mesma forma, uma rede mais densa pode favorecer a circulação de informações, mas também pode reproduzir relações fechadas e dificultar a entrada de novos atores. Assim,

as propriedades estruturais da rede precisam ser interpretadas em articulação com o conteúdo das relações, os recursos mobilizados, as posições institucionais dos atores e as finalidades políticas que orientam sua atuação.

A formação e a expansão das redes não ocorrem de maneira linear. Elas são produzidas por interações, negociações e disputas nas quais diferentes atores se articulam em torno de objetivos, interesses e recursos específicos. A entrada ou permanência de determinado ator na rede não depende exclusivamente de sua existência formal, mas também de sua capacidade de estabelecer conexões e fazer circular recursos materiais e simbólicos.

Assim, as redes expressam relações de poder, desigualdades e diferentes possibilidades de acesso aos recursos que circulam em determinado campo social. A contribuição de Bourdieu (1984) permite compreender que os agentes ocupam posições diferenciadas em função da distribuição desigual dos capitais econômico, social, cultural e simbólico. O conceito de capital social, nessa perspectiva, diz respeito aos recursos que podem ser mobilizados por meio das relações sociais e à posição ocupada pelo agente em determinado espaço relacional. Consequentemente, dois atores que possuem número semelhante de conexões podem dispor de capacidades bastante distintas de influência, reconhecimento e acesso a recursos.

A incorporação do conceito de habitus também permite compreender por que determinadas formas de atuação tendem a ser naturalizadas no interior das instituições. Os atores não entram na rede como sujeitos completamente livres para escolher suas práticas, suas ações são condicionadas por disposições incorporadas, trajetórias profissionais, posições institucionais e recursos disponíveis. A rede precisa ser compreendida como estrutura relacional e campo de disputas.

No campo das práticas profissionais, a intervenção em rede envolve dimensões que ultrapassam os fluxos administrativos. Sanicola (2015) chama atenção para a dimensão socioafetiva das relações, relacionada à construção e manutenção de vínculos de confiança, pertencimento e reconhecimento. Na presente pesquisa, essa dimensão é compreendida como uma mediação relevante para a continuidade das relações institucionais e para a construção de referências sociais que possam permanecer para além do período de acolhimento.

A contribuição de Honneth (2009) permite aprofundar essa discussão ao compreender o reconhecimento como elemento constitutivo da relação dos sujeitos consigo mesmos e com os outros. Experiências de reconhecimento podem fortalecer autoconfiança, autorrespeito e autoestima, enquanto experiências de desrespeito, invisibilidade ou desqualificação podem comprometer essas dimensões.

Cabe assinalar, contudo, que a incorporação da dimensão socioafetiva e do reconhecimento intersubjetivo (Sanicola, 2015; Honneth, 2009) desloca parcialmente o eixo analítico de uma perspectiva estrutural centrada nas condições materiais de trabalho, na precarização das equipes e nos limites do desenho institucional das políticas públicas para uma perspectiva relacional, centrada na qualidade dos vínculos estabelecidos entre sujeitos. Essa mudança de escala não deve ser lida como uma individualização do problema, que reduziria a efetividade da proteção social à boa vontade ou à sensibilidade dos profissionais envolvidos, isentando as estruturas institucionais e as políticas públicas de sua responsabilidade. Ao contrário, compreende-se aqui que a dimensão intersubjetiva do reconhecimento é ela própria condicionada pelas condições estruturais do trabalho: equipes precarizadas, submetidas a alta rotatividade e sobrecarga, dificilmente sustentam as condições relacionais necessárias à construção de vínculos de confiança e reconhecimento. Assim, a análise aqui proposta articula ambos os registros, sejam, estrutural e relacional, compreendendo que a garantia de direitos depende tanto da reorganização material das políticas de proteção social quanto da qualidade das relações que essas políticas são capazes de sustentar.

A contribuição de Honneth (2009) permite compreender que as experiências de reconhecimento constituem dimensão relevante para a construção da autonomia, particularmente quando se considera a importância dos vínculos, da confiança, do pertencimento e da valorização social nas trajetórias dos jovens. Entretanto, o reconhecimento não pode ser tomado como condição suficiente para a superação das desigualdades que atravessam essas trajetórias. A crítica desenvolvida por Fraser (2007; 2010) permite problematizar perspectivas que isolam a dimensão do reconhecimento das condições estruturais de existência, preservando a necessidade de considerar as bases materiais e institucionais sobre as quais os sujeitos constroem suas possibilidades concretas de participação social.

Sob esse olhar, a autonomia não pode ser compreendida exclusivamente como resultado de experiências subjetivas positivas, da ampliação da autoestima ou do fortalecimento dos vínculos interpessoais. Embora tais dimensões sejam relevantes, elas não substituem o acesso efetivo aos recursos e às condições sociais necessárias à sustentação da vida. O reconhecimento de um jovem como sujeito de direitos perde parte significativa de sua efetividade quando não encontra correspondência nas condições concretas de exercício desses direitos. Assim, a dimensão relacional da autonomia precisa ser articulada à sua dimensão material e institucional, considerando que a permanência na educação, a inserção no trabalho, o acesso à renda, à

moradia, à saúde e à proteção social constituem condições objetivas para a construção de trajetórias autônomas.

A contribuição de Fraser (2007; 2010), mobilizada o diálogo crítico com a perspectiva do reconhecimento, permite, portanto, evitar tanto uma concepção exclusivamente subjetiva da autonomia quanto uma compreensão estritamente distributiva da proteção social. No caso dos jovens egressos do acolhimento institucional, autonomia pressupõe condições materiais que reduzam a dependência de soluções emergenciais e contingentes, mas também relações sociais e institucionais capazes de sustentar pertencimento, reconhecimento e continuidade. Redistribuição e reconhecimento não são, à luz dessa análise, dimensões substituíveis, sejam na garantia de vínculos sem condições materiais de existência, não assegurando autonomia, assim como a provisão material isolada não elimina experiências de desrespeito, ruptura e desafiliação. A proteção social orientada para a transição à vida adulta exige a articulação dessas dimensões.

O reconhecimento não será considerado condição suficiente para a autonomia. A possibilidade de construir projetos de vida depende também de condições materiais e institucionais concretas. Dito isso, vínculos de confiança e reconhecimento devem ser compreendidos como dimensões relacionais articuladas ao acesso a renda, moradia, educação, trabalho, saúde e demais direitos sociais.

A contribuição de Castel (1998) permite compreender a vulnerabilidade e a desfiliação a partir da fragilização dos suportes que sustentam a integração social. Nessa perspectiva, a desfiliação não designa simplesmente uma ruptura pontual ou a ausência de vínculos, mas um processo que envolve a precarização das formas de inserção e o enfraquecimento dos apoios que permitem aos sujeitos participar da vida social. A noção de suporte, por sua vez, remete às condições e relações que oferecem sustentação à existência, não podendo ser reduzida à presença de um serviço ou à existência formal de uma política. Para pensar a transição do acolhimento à vida adulta, essa contribuição permite situar a continuidade da proteção como questão teórica: importa considerar não apenas a existência de instituições, mas a possibilidade de que os apoios sociais e institucionais tenham continuidade para além de um vínculo ou de um marco administrativo. Essa abordagem não presume que toda saída do acolhimento produza desfiliação; oferece uma referência para compreender a relevância dos suportes sociais na análise da proteção.

Essa ressalva é importante para evitar uma concepção psicologizante da autonomia. O jovem não se torna autônomo simplesmente porque desenvolveu autoestima, capacidade de

decisão ou vínculos afetivos positivos. A autonomia possui uma dimensão material, política e institucional que não pode ser substituída pela dimensão subjetiva. O fortalecimento das capacidades coletivas, a circulação de saberes e a participação social, portanto, não são compreendidos como substitutos da proteção estatal. São mediações que podem ampliar a capacidade de ação dos sujeitos quando articuladas a políticas públicas e condições objetivas de proteção.

É nesse ponto que a contribuição de Lia Sanicola (2015) adquire centralidade para a discussão sobre redes e políticas sociais. Para a autora, uma política social orientada pela lógica de redes desloca-se de modelos exclusivamente verticais, centralizados e hierarquizados, reconhecendo que a produção do bem-estar envolve múltiplos sujeitos, saberes e espaços sociais. Essa formulação aproxima-se do princípio da subsidiariedade horizontal, segundo o qual diferentes sujeitos e coletividades podem participar ativamente da construção das respostas sociais. A própria autora, contudo, reconhece o descompasso entre a orientação normativa e sua tradução no cotidiano dos serviços:

> Essa orientação da política social, que leva o nome de subsidiariedade horizontal, nem sempre encontra correspondência metodológica no nível do trabalho dos operadores de serviços, de modo que uma boa política perde o seu potencial propulsor quando é traduzida e aplicada em nível local, devido à falta de métodos e de instrumentos (SANICOLA, 2015, p. 8).

A subsidiariedade horizontal, conforme desenvolvida por Sanicola (2015), reconhece a capacidade das redes formais e informais de mobilizar recursos, vínculos e competências. A formulação de Sanicola (2015) permite distinguir a subsidiariedade horizontal de uma simples delegação administrativa de responsabilidades. Entretanto, essa distinção não elimina a necessidade de problematizar os usos políticos do discurso da corresponsabilização. Em contextos de retração ou seletividade da proteção social, a valorização das redes informais pode assumir sentidos contraditórios, aqui se pode reconhecer capacidades coletivas e ampliar a participação social, mas também pode deslocar para famílias, comunidades e indivíduos responsabilidades que permanecem vinculadas à obrigação estatal de garantir direitos.

Essa tensão será importante para a análise dos jovens egressos do acolhimento, uma vez que não se pode pressupor a existência de redes familiares ou comunitárias capazes de assumir as funções anteriormente exercidas pela instituição. A própria trajetória de institucionalização pode estar associada à fragilização, ruptura ou ausência dessas redes. Portanto, a valorização da rede não pode significar a desresponsabilização do Estado. A orientação da política social em rede parte da compreensão de que as expressões da questão social são complexas e

multidimensionais e, portanto, não podem ser enfrentadas por intervenções isoladas. A articulação entre serviços e políticas torna-se necessária especialmente em situações nas quais as demandas ultrapassam a capacidade de resposta de uma única instituição.

A intersetorialidade pressupõe comunicação, compartilhamento de informações, pactuação de responsabilidades, mecanismos de acompanhamento e capacidade institucional para produzir continuidade. Essa perspectiva exige superar formas departamentalizadas de atuação e construir mecanismos efetivos de articulação entre os diferentes campos da proteção social (Alchorne; Maciel, 2019).

É nessa dimensão que a articulação entre Bourdieu (1984), Sanicola (2015) e Honneth (2009) ganha relevância. As redes podem ser simultaneamente espaços de cooperação, reconhecimento e disputa porque sua configuração depende das posições ocupadas pelos atores, dos capitais que conseguem mobilizar e das formas de reconhecimento ou desqualificação que atravessam as relações.

A atuação em rede também valoriza saberes locais, experiências juvenis e práticas comunitárias, assim pode ampliar as possibilidades de intervenção. Entretanto, essa valorização precisa estar articulada às condições materiais de existência dos sujeitos. A interdisciplinaridade pressupõe diálogo entre diferentes saberes e reconhecimento das especificidades de cada campo profissional e institucional.

A rede assume, portanto, uma dupla dimensão. Primeiro, constitui uma categoria analítica, porque permite observar como diferentes atores, serviços e instituições se relacionam, quais posições ocupam e como se distribuem os fluxos de informação, recursos e poder. Segundo, constitui uma categoria operativa, porque a intervenção profissional pode mobilizar relações existentes e produzir novas articulações entre sujeitos, instituições e políticas. Essa dupla dimensão auxilia a compreender o que a configuração da rede revela sobre as condições de proteção e autonomia dos jovens egressos.

A partir dessa dupla compreensão, a incorporação da abordagem desenvolvida por Fábio Folgheraiter (2004) aproxima a discussão da especificidade do Serviço Social. Para o autor, a intervenção social deve considerar o campo relacional no qual se produzem tanto situações de vulnerabilização quanto possibilidades de enfrentamento coletivo.

Tal aproximação é relevante porque permite superar uma concepção da rede como mero instrumento gerencial. A rede não é apenas aquilo que o profissional desenha em um fluxograma, ela é constituída por relações efetivamente existentes entre sujeitos, instituições e serviços. Folgheraiter (2004) permite, portanto, tensionar práticas excessivamente normativas

ou procedimentais. Uma política pode possuir fluxos formalmente definidos e, ainda assim, não produzir continuidade de proteção se as relações entre os atores não forem efetivamente mobilizadas.

Raineri (2004) contribui para a operacionalização da perspectiva relacional no Serviço Social, ela demonstra que o trabalho em rede envolve leitura, ativação e reorganização das relações existentes, incluindo redes informais, organizações da sociedade civil e políticas públicas. A atuação profissional envolve a identificação de recursos disponíveis, reconhecimento de relações existentes, construção de mediações, favorecendo a comunicação entre atores e enfrentamento às barreiras institucionais que dificultam o acesso aos direitos.

Contudo, a atuação profissional ocorre dentro de condições objetivas de trabalho e de limites institucionais. O assistente social possui capacidade de mediação, mas não controla isoladamente os recursos, os serviços ou as decisões dos demais atores da rede. Esse ponto é fundamental para não individualizar a responsabilidade pelo funcionamento da rede. A articulação entre Folgheraiter (2004) e Raineri (2004) permite compreender a intervenção em rede como processo intencional e institucionalmente mediado, orientado ao fortalecimento das relações sociais em contextos marcados por desigualdades. Políticas públicas, organizações da sociedade civil e redes comunitárias podem participar da construção de respostas socialmente referenciadas, mas essa participação não elimina a responsabilidade estatal pela garantia dos direitos sociais.

Compreendida como estrutura relacional, a rede amplia as possibilidades de acesso e articulação, também pode reproduzir hierarquias, concentrar decisões e produzir dependência em relação a determinados atores. Sua análise exige, portanto, observar simultaneamente sua estrutura, os conteúdos das relações, os recursos mobilizados e as posições de poder ocupadas pelos diferentes sujeitos e instituições.

É a partir dessa compreensão que se desenvolve a análise apresentada nos itens seguintes. Se a autonomia dos jovens egressos depende da existência de suportes sociais, materiais e institucionais, torna-se necessário investigar como esses suportes são construídos no processo de desinstitucionalização e quais condições são oferecidas pelo Estado para que a saída do acolhimento não represente simplesmente a interrupção da proteção.

É justamente essa questão que conduz à seção seguinte, dedicada à desinstitucionalização e à transição do acolhimento, deslocando a discussão da teoria geral das redes para as condições concretas nas quais jovens institucionalizados enfrentam a passagem para a vida adulta.

4.2 Desinstitucionalização e transição do acolhimento, as redes de apoio e autonomia relacional

A desinstitucionalização de crianças e adolescentes constitui um processo complexo, que envolve a construção de condições objetivas e subjetivas para a continuidade da vida fora do espaço institucional. No interior dessa dinâmica, a saída do acolhimento deve ser compreendida como uma etapa de transição que envolve a necessidade de construção de novas referências de proteção, pertencimento e autonomia. O momento do desligamento, especialmente quando associado à maioridade, evidencia uma tensão importante entre o reconhecimento jurídico da capacidade civil e as condições concretas disponíveis para que esses jovens possam exercer efetivamente sua autonomia.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o acolhimento institucional possui caráter excepcional e provisório, devendo ser orientado pela preservação e reconstrução dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1990). Entretanto, a permanência de adolescentes nas instituições até a maioridade evidencia uma contradição entre o caráter provisório atribuído juridicamente à medida e as trajetórias concretas de institucionalização. Quando a reintegração familiar ou a colocação em família substituta não se efetiva, o jovem pode chegar aos 18 anos tendo construído grande parte de suas referências sociais e afetivas no interior da própria instituição, ao mesmo tempo em que se aproxima o momento em que essa proteção será formalmente encerrada.

Nesse arranjo normativo, a maioridade passa a funcionar como uma fronteira institucional entre dois regimes de proteção. De um lado, encontra-se o conjunto de direitos e mecanismos específicos destinados à criança e ao adolescente e de outro, a condição de jovem adulto, cuja inserção nas políticas públicas ocorre por meio de programas e serviços nem sempre estruturados para responder às especificidades daqueles que deixam o acolhimento.

A ruptura produzida por essa fronteira institucional permite aproximar a discussão da noção de desfiliação desenvolvida por Castel (1998), especialmente quando considerada sua expressão em contextos brasileiros marcados pela pobreza e pela fragilização dos suportes de integração social. Nessa direção, Brandão (2002), ao discutir criticamente a apropriação da categoria de desfiliação de Castel para a realidade brasileira, evidencia a necessidade de considerar as especificidades da pobreza urbana e das formas concretas de inserção social. Conforme Castel (1998, p. 26), falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A saída do acolhimento pode, Desse modo, representar uma ruptura significativa

de suportes quando o jovem deixa a instituição sem que tenham sido construídas condições capazes de sustentar sua inserção social em outros espaços.

Sob essa perspectiva, a desinstitucionalização não pode ser tomada automaticamente como sinônimo de emancipação. A retirada da tutela institucional somente poderá ser compreendida como processo de autonomia quando acompanhada pela construção de outros suportes sociais. Caso contrário, o desligamento pode representar apenas a transferência da responsabilidade pela sobrevivência do jovem para sua capacidade individual de inserção, para sua família, quando existente, ou para redes comunitárias que também se encontram submetidas às desigualdades sociais.

Essa questão ganha maior complexidade quando considerada a partir da crítica de Yazbek (2012) aos processos de responsabilização dos sujeitos diante das expressões da questão social. A valorização da autonomia, quando desvinculada das condições materiais que estruturam as trajetórias dos indivíduos, pode deslocar para o plano individual responsabilidades que possuem determinação social. Nesse sentido, a responsabilização individual pelo enfrentamento das situações de desproteção pode obscurecer as determinações sociais que produzem e reproduzem desigualdades.

A própria Sanicola (2015, p. 8) chama atenção para a distância entre a orientação normativa da política social e sua tradução metodológica no trabalho cotidiano, afirmando que essa orientação da política social, que leva o nome de subsidiariedade horizontal, nem sempre encontra correspondência metodológica no nível do trabalho dos operadores de serviços.

A observação é particularmente relevante pois permite problematizar a distância entre a existência formal de redes e sua capacidade concreta de produzir continuidade protetiva. Em contextos marcados por desigualdades sociais e pela insuficiência das políticas públicas, a valorização das redes pode produzir efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo em que reconhece vínculos e capacidades existentes nos territórios, pode contribuir, se deslocada de uma perspectiva de garantia de direitos, para a transferência de responsabilidades do Estado para famílias e comunidades.

A autonomia não pode ser pensada como atributo exclusivamente individual, uma vez que sua realização depende de relações sociais que assegurem condições de respeito, cuidado e estima. Para os jovens que passaram parte significativa de suas trajetórias em instituições de acolhimento, essa dimensão assume particular importância, sobretudo diante de experiências de ruptura de vínculos, abandono ou institucionalização. Para os jovens que passaram parte significativa de suas trajetórias em instituições de acolhimento, a construção de referências de

reconhecimento pode assumir importância particular, sobretudo diante de experiências anteriores de ruptura de vínculos, abandono ou institucionalização. Entretanto, o reconhecimento, embora constitua dimensão relevante da autonomia, não pode ser dissociado das condições materiais que possibilitam sua realização.

Um jovem pode possuir vínculos afetivos significativos e permanecer sem moradia, ou pode ser reconhecido em sua capacidade de decisão e continuar sem acesso ao trabalho, podendo ainda construir um projeto de vida e não dispor dos recursos necessários para realizá-lo. Essa compreensão também permite retomar a discussão proposta por Sanicola (2015) acerca da importância das redes na produção da proteção social. Embora a autora reconheça a necessidade de articulação entre diferentes atores e valorize a subsidiariedade horizontal como possibilidade de fortalecimento das redes sociais, a utilização dessa perspectiva no campo da proteção social exige considerar as condições concretas nas quais tais redes são mobilizadas.

A experiência argentina constitui, por essa razão, uma referência importante para pensar outras possibilidades de transição. A Lei nº 27.364/2017 instituiu o Programa de Acompanhamento para o Egresso de Adolescentes e Jovens sem Cuidados Parentais, destinado a adolescentes e jovens dos 13 aos 21 anos, estabelecendo acompanhamento pessoal e uma segunda etapa de acompanhamento que se estende do egresso do dispositivo de cuidado formal até os 21 anos. A própria legislação estabelece como finalidade do acompanhamento o fortalecimento da autonomia e a inclusão social dos jovens (Argentina, 2017). A experiência não pode ser transposta mecanicamente para o contexto brasileiro, mas permite evidenciar que a maioridade pode ser concebida não como encerramento absoluto da responsabilidade pública, mas como momento de reorganização das formas de acompanhamento.

A análise da desinstitucionalização evidencia, portanto, que a transição para a vida adulta constitui um processo atravessado por relações sociais, condições materiais e dispositivos institucionais. A autonomia não pode ser compreendida como ausência de dependência, mas como possibilidade de construção de uma vida com acesso a suportes e direitos que permitam ao sujeito participar das relações sociais em condições menos desiguais.

A questão que se coloca, a partir dessa discussão, é compreender como essa responsabilidade se organiza institucionalmente e quais atores participam efetivamente da construção da transição. A existência de direitos formalmente reconhecidos não significa que estejam igualmente disponíveis nos territórios, assim como a existência de diferentes serviços não garante, por si só, articulação entre eles. Torna-se necessário, portanto, analisar a arquitetura da rede de proteção social intersetorial, seus atores, suas competências e os

mecanismos institucionais que sustentam, ou limitam, a continuidade da proteção após o desligamento.

4.3 A rede de proteção social intersetorial na transição do acolhimento

Anteriormente, o debate concentrou-se na construção dos fundamentos teóricos que permitem compreender a intervenção em rede e a transição do acolhimento como processos sociais complexos, atravessados por disputas políticas, normativas e relacionais. No entanto, reconhecer a densidade conceitual desses debates exige avançar para além do plano teórico, interrogando de que modo tais categorias se materializam no cotidiano das políticas públicas. A transição do acolhimento não se realiza no abstrato, mas no interior de arranjos institucionais concretos, marcados por normas, fluxos administrativos, limites organizacionais e práticas profissionais situadas. Assim, torna-se necessário deslocar o olhar da rede enquanto categoria analítica para compreendê-la também como configuração operativa, composta por atores específicos, serviços, instâncias decisórias e relações interinstitucionais que sustentam ou fragilizam os processos de saída do acolhimento.

Ao mapear os atores envolvidos, examinar as dinâmicas institucionais e discutir as práticas profissionais que mediam esse processo, busca-se compreender como os princípios debatidos teoricamente no item anterior se traduzem de forma desigual e contraditória na prática cotidiana das instituições. Trata-se, portanto, de colocar a teoria em relação com o funcionamento concreto da política de acolhimento, evidenciando os elos, as lacunas e as tensões que estruturam a experiência dos jovens egressos no contexto brasileiro.

O acompanhamento dos adolescentes em idade próxima ao desligamento não se realiza por meio da ação isolada de um único órgão, mas pela atuação de uma rede de proteção social intersetorial e intersetorial, cuja efetividade depende da capacidade de articulação entre seus componentes. A rede de proteção social intersetorial brasileira, organizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ocupa lugar central nesse processo, sobretudo por meio das instituições de acolhimento e dos serviços tipificados voltados à proteção social especial. Destacam-se, nesse contexto, as Repúblicas para Jovens, já presentes em diferentes cidades do país, concebidas como estratégia de apoio à transição para a vida adulta e à construção de autonomia para adolescentes que se aproximam do desligamento institucional.

Paralelamente, os órgãos do sistema de justiça, em especial o Poder Judiciário e o Ministério Público, exercem papel fundamental na fiscalização da proteção estatal e na garantia da observância do Estatuto da Criança e do Adolescente, atuando na mediação das medidas

protetivas, no acompanhamento das trajetórias institucionais e na responsabilização do Estado frente às obrigações legais. A integralidade da proteção, entretanto, pressupõe também a inserção efetiva dos adolescentes nas políticas públicas setoriais, como educação e saúde, fundamentais para o desenvolvimento humano, bem como trabalho e habitação, especialmente relevantes no período que antecede o desligamento institucional.

O Estado mantém-se, nesse arranjo, como principal garantidor de direitos, atuando como indutor, coordenador e mediador das redes de cuidado e proteção social. Todavia, a eficácia dessa intervenção não se esgota no cumprimento formal de normas e fluxos institucionais, mas depende da construção de vínculos, da comunicação entre os serviços e da efetiva articulação intersetorial. A rede de proteção social intersetorial voltada ao acolhimento institucional e, sobretudo, à transição para a vida adulta exige articular dois planos que nem sempre se comunicam, de um lado, a oferta institucional registrada na política pública, expressa nos dados do Censo SUAS e da Vigilância Socioassistencial e de outro, a demanda social judicializada e administrada no sistema de justiça, registrada, entre outras fontes, pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA/CNJ). Não se trata apenas de somar equipamentos e contar acolhidos. O que está em questão é compreender como distintas racionalidades de registro, a do SUAS e a do Judiciário, recortam o mesmo fenômeno por ângulos diferentes, produzindo visibilidades e invisibilidades que possuem implicações diretas sobre a garantia de direitos.

Assim, o acolhimento institucional aparece como um dispositivo de proteção que, ao mesmo tempo em que revela a capacidade estatal de responder a violações graves, evidencia também a forma desigual com que o Estado organiza as portas de entrada e as portas de saída do cuidado. O dado do SNA/CNJ, consultado em dezembro de 2025, registra 32.396 crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil, com maior concentração no Sudeste, onde se encontram 15.779 acolhidos. Dentro da região, observa-se forte concentração em São Paulo, com 9.473 registros, seguido de Minas Gerais, com 3.374, Rio de Janeiro, com 1.582, e Espírito Santo, com 850. Tal concentração, longe de ser apenas demográfica, sugere também um efeito combinado entre maior densidade urbana, maior judicialização ou formalização da proteção e maior capacidade institucional de produzir e manter registros, isto é, de produzir existência administrativa para o Estado.

Quando se observa o recorte etário, o painel do SNA (2025) indica 5.026 adolescentes com 16 anos ou mais, o que corresponde a aproximadamente 15,5% do total em acolhimento. Esse contingente é estrategicamente relevante porque marca uma zona temporal liminar,

período em que o acolhimento deixa de ser apenas resposta à proteção imediata e passa a exigir políticas de continuidade, preparação gradativa e construção de condições objetivas de autonomia, envolvendo moradia, renda, escolarização, vínculos e rede de apoio. Nessa chave, o desligamento por maioridade civil não pode ser reduzido a um evento meramente administrativo. Trata-se de um ponto crítico em que o Estado pode operar como garantidor de uma transição apoiada ou, ao contrário, permitindo investigar de que modo a rede produz simultaneamente mecanismos de proteção, regulação e descontinuidade.

A discussão de Lopes (2023) contribui para sustentar que, mesmo diante de previsões legais relacionadas à preparação para o desligamento, a prática pode reproduzir trajetórias marcadas por baixa escolaridade, fragilidade de inserção no trabalho e insegurança habitacional. Esses elementos compõem uma forma de vulnerabilização estrutural no pós-acolhimento, frequentemente interpretada como falha individual quando, em realidade, expressa lacunas na própria política pública.

Os dados do Censo SUAS (2024 e 2025) ganham centralidade analítica, pois evidenciam o desenho predominante do acolhimento no país. No recorte apresentado, o padrão majoritário é o abrigo institucional, acompanhado por uma presença residual de modalidades como casa-lar e por uma presença muito mais restrita de serviços tipificados como República para Jovens, justamente o arranjo mais diretamente relacionado à transição para a autonomia no âmbito do SUAS. A consequência sociopolítica desse desenho é decisiva, já que tende a fortalecer a institucionalização sem assegurar, na mesma intensidade, a desinstitucionalização com suporte.

Em outras palavras, forma-se um gargalo estrutural porque o Estado reconhece e intervém quando há risco e violação, mas oferece respostas mais frágeis quando a questão se desloca para o campo da autonomia material, da moradia e da inserção social. Esse movimento reforça a hipótese de que a juventude egressa ocupa uma posição ambígua na arquitetura da proteção social, sendo reconhecida como público do cuidado enquanto menor de idade, mas tornando-se menos legível e menos priorizada enquanto jovem maior, justamente quando os riscos sociais podem se reorganizar e aprofundar.

Na análise desenvolvida por Abad (2003), as políticas de juventude são compreendidas como construções históricas e políticas atravessadas por disputas de sentido, nas quais o Estado responde de forma ambígua às demandas juvenis. Miguel Abad (2003) evidencia que tais políticas emergem menos como resultado de um reconhecimento pleno da juventude enquanto

sujeito de direitos e mais como respostas parciais a problemas socialmente produzidos, frequentemente enquadrados sob categorias como risco, vulnerabilidade ou desvio.

Seguindo tal argumentação, a atuação estatal em rede se configura como um arranjo institucional que tende a organizar intervenções fragmentadas, setoriais e pouco articuladas entre si. A rede, tal como problematizada por Abad (2003), opera muitas vezes como mecanismo de gestão da juventude, priorizando o controle, a contenção e a adaptação social em detrimento da participação política efetiva e da ampliação de direitos. Tomar as respostas do Estado no interior dessa rede como alternativa analítica permite, portanto, revelar os limites estruturais das políticas de juventude, bem como as contradições entre o discurso de inclusão e as práticas que reproduzem tutela, descontinuidade e baixa capacidade de transformação social.

> Historicamente, as políticas para a infância e para a juventude, notadamente aquelas direcionadas para grupos populares, foram (e muitos ainda são) desenvolvidas por meio de programas e/ou projetos sociais, não só no âmbito não governamental, mas, também, governamental. Essas ações não se configuram, a priori, como política social, pois são, na maioria das vezes, datadas, descontinuadas, sem propostas de sustentabilidade em longo prazo e com pouco enraizamento na esfera pública. Assim, parte-se de um conjunto de desarticulação e de pouca integração entre as ações desenvolvidas Embora existam iniciativas, estudos e algum delineamento para a constituição de uma política pública para a área, são ainda predominantes experiências fragmentadas, como fraco poder de impacto e disseminação não favorável à criação de elementos consistentes de uma nova cultura política na formulação de ações para a juventude (Malfitano; Lopes, 2014, p. 144 -145).

Segundo Malfitano e Lopes (2014, p. 144-145), embora existam iniciativas, estudos e algum delineamento para a constituição de uma política pública para a área, são ainda predominantes experiências fragmentadas, com fraco poder de impacto e disseminação não favorável à criação de elementos consistentes de uma nova cultura política na formulação de ações para a juventude.

É a partir desse enquadramento que se torna possível tomar a rede como objeto analítico privilegiado, capaz de revelar como as respostas do Estado se distribuem, se concentram ou se ausentam ao longo do percurso institucional dos jovens. A centralidade atribuída a determinados órgãos, a recorrência de fluxos tutelares e a fragilidade das dimensões formativas, territoriais e participativas não podem ser plenamente apreendidas apenas por descrições institucionais ou análises normativas. Elas exigem uma abordagem que permita visualizar padrões de conexão, posições ocupadas pelos atores e dinâmicas de circulação de demandas, responsabilidades e decisões no interior da rede de atenção. Essa chave se articula diretamente à abordagem dos arranjos institucionais como lente para compreender capacidades estatais e padrões de coordenação na produção de políticas (Gomide; Pires, 2014).

Se a rede é o modo concreto pelo qual a política se materializa, então é necessário empregar instrumentos capazes de descrever e analisar configurações relacionais quanto as centralidades, as intermediações, as dependências e as zonas de baixa conectividade. E sabíamos que raramente se tornam visíveis por meio de descrições apenas organizacionais ou normativas. A Análise de Redes Sociais (ARS) oferece esse repertório ao tratar relações como unidade analítica, permitindo observar como se estruturam padrões de conexão entre atores, como circulam encaminhamentos e informações e quais posições concentram capacidade de mediação. Em termos metodológicos, a ARS fornece tanto uma gramática conceitual quanto um conjunto de procedimentos para representar redes (nós e arestas) e interpretá-las por medidas e propriedades (densidade, grau, centralidade, intermediação, agrupamentos), consolidada na literatura clássica e contemporânea do campo (Wasserman; Faust,1994; Scott, 1992; Borgatti; Everett; Johnson, 2018).

Do ponto de vista operacional, a representação em grafo cumpre, aqui, função analítica e ao invés de servir como figura ilustrativa, torna-se um dispositivo de demonstração e interpretação da arquitetura relacional da rede. A discussão de centralidade, consagrada no campo desde Freeman (1979), é útil para sustentar a passagem do argumento qualitativo se existe a concentração/assimetria para um argumento relacional de quais posições e circuitos, em que intensidade, medem a rede, ampliando a precisão descritiva e a robustez interpretativa (Freeman, 1979).

Ao mesmo tempo, aparece a articulação com o campo das políticas sociais e da implementação, a análise relacional é lida em conjunto com marcos normativos e institucionais que estruturam a proteção no Brasil, especialmente aqueles vinculados ao acolhimento e à juventude, situando a rede entre o SUAS e o Sistema de Garantia de Direitos. No plano normativo, essa ancoragem envolve o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), além de normativas centrais da assistência social, como a PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004), a NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 130/2005) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009b) (Brasil, 1990; 2013; CNAS, 2004; 2005; 2009b).

A distribuição territorial dessa estrutura permite observar, de forma mais precisa, como a capacidade instalada de acolhimento se organiza entre as diferentes Unidades da Federação. A Tabela 2 apresenta esse panorama, articulando o número de unidades, a capacidade declarada, o número de pessoas atualmente acolhidas e a presença de adolescentes de 16 e 17 anos, faixa etária particularmente relevante para a análise da transição para a vida adulta.

Tabela 2 - Oferta de acolhimento por Unidade da Federação

UF	Unidades	Capacidade total	Acolhidos atualmente	16–17 anos
Acre	19	744	529	5
Alagoas	58	2.094	1.457	18
Amapá	10	365	321	4
Amazonas	41	1.290	801	12
Bahia	269	7.812	5.777	70
Ceará	125	3.306	2.525	65
Distrito Federal	69	2.260	2.093	24
Espírito Santo	200	3.903	2.928	49
Goiás	270	8.306	6.552	48
Maranhão	70	1.210	565	9
Mato Grosso	163	3.789	2.784	37
Mato Grosso do Sul	167	4.071	3.161	47
Minas Gerais	1.163	35.125	27.797	204
Paraná	611	14.536	11.174	184
Paraíba	65	1.762	1.179	17

Pará	138	3.497	1.816	39
Pernambuco	137	3.528	2.888	64
Piauí	29	1.116	961	10
Rio de Janeiro	349	11.656	8.961	112
Rio Grande do Norte	54	1.489	1.290	11
Rio Grande do Sul	511	13.169	10.785	241
Rondônia	67	1.393	804	24
Roraima	17	9.097	6.057	93
Santa Catarina	248	5.897	4.295	106
São Paulo	1.977	70.462	55.971	680
Sergipe	59	1.295	932	23
Tocantins	30	582	417	4
Brasil	**6.916**	**213.754**	**164.820**	**2.200**

Fonte: Censo SUAS 2025 – Unidade de Acolhimento, base de dados fornecida pela autora. Elaboração própria.

A distribuição apresentada na Tabela 2 revela diferenças expressivas entre as Unidades da Federação. São Paulo apresenta a maior quantidade de unidades, com 1.977 equipamentos, seguido de Minas Gerais, com 1.163, Paraná, com 611, Rio Grande do Sul, com 511, e Rio de Janeiro, com 349. As 6.916 unidades identificadas pelo Censo SUAS 2025, correspondentes a

uma capacidade declarada de 213.754 vagas e a 164.820 pessoas atualmente acolhidas, estas não se distribuem de maneira homogênea entre as Unidades da Federação. A concentração da oferta em determinados estados, especialmente São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, evidencia que a capacidade institucional de acolhimento está relacionada às características demográficas, urbanas, administrativas e federativas dos territórios, não podendo ser interpretada exclusivamente como expressão da magnitude da demanda social.

São Paulo apresenta a maior quantidade de unidades, com 1.977 equipamentos, seguido de Minas Gerais, com 1.163, Paraná, com 611, Rio Grande do Sul, com 511, e Rio de Janeiro, com 349. Esses cinco estados concentram parcela expressiva da estrutura nacional registrada. A concentração, entretanto, não autoriza uma interpretação direta segundo a qual os territórios que possuem maior número de unidades seriam necessariamente aqueles que apresentam maior capacidade protetiva. O número de equipamentos constitui apenas uma dimensão da capacidade institucional, que precisa ser relacionado à capacidade de atendimento, à população potencialmente demandante, às modalidades de acolhimento disponíveis, aos recursos humanos, ao financiamento e, sobretudo, à articulação desses equipamentos com os demais atores da rede.

Essa distinção é particularmente importante à luz da discussão sobre arquitetura institucional desenvolvida anteriormente. Conforme Gomide e Pires (2014), a capacidade de implementação das políticas públicas está relacionada aos arranjos institucionais nos quais diferentes atores, recursos, competências e mecanismos de coordenação se articulam.

A distribuição observada também precisa ser compreendida no contexto do federalismo brasileiro. A descentralização das políticas sociais atribui aos municípios papel fundamental na execução dos serviços, ao mesmo tempo em que mantém no âmbito federal a definição de diretrizes e mecanismos de indução e cofinanciamento. Arretche (2012) demonstra que a descentralização não produz automaticamente homogeneidade na provisão das políticas públicas, uma vez que diferentes capacidades administrativas e institucionais se articulam às condições territoriais de implementação. Nesse sentido, as diferenças observadas na Tabela 2 podem expressar não somente diferenças na demanda por acolhimento, mas também diferentes capacidades dos governos locais de estruturar, registrar e manter serviços de proteção.

Essa consideração é especialmente relevante quando se observa que São Paulo reúne 1.977 unidades de acolhimento e 55.971 pessoas atualmente acolhidas, enquanto Minas Gerais registra 1.163 unidades e 27.797 acolhidos. O Rio de Janeiro, por sua vez, apresenta 349

unidades e 8.961 pessoas acolhidas. A relação entre unidades e usuários não é, portanto, uniforme entre os estados, indicando que o simples número de equipamentos não traduz integralmente a dimensão da capacidade de atendimento. A análise da oferta requer considerar a relação entre estrutura disponível e utilização efetiva, bem como as características das modalidades e dos públicos atendidos.

Essa diferença entre capacidade instalada e utilização também pode ser relacionada à própria noção de arquitetura institucional. A existência de uma estrutura formal não significa que todos os seus componentes possuam a mesma capacidade de funcionamento ou produzam os mesmos efeitos sobre as trajetórias dos sujeitos. Como discutido anteriormente, a arquitetura institucional envolve regras, competências, fluxos decisórios, recursos e interfaces interorganizacionais (Gomide; Pires, 2014). Desse modo, a leitura da Tabela 2 deve considerar que uma unidade de acolhimento constitui apenas um nó de uma rede mais ampla, cuja efetividade depende das conexões estabelecidas com os demais serviços e instituições.

Essa dimensão relacional é particularmente importante, pois o acolhimento institucional representa uma resposta estatal diante de situações de violação de direitos, mas sua existência não encerra o processo de proteção. Ao contrário, a própria natureza provisória da medida implica a necessidade de construção de alternativas para a continuidade da trajetória dos adolescentes.

Observa-se a distribuição dos adolescentes de 16 e 17 anos. A tabela 2 registra 2.200 adolescentes nessa faixa etária, concentrados sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. O dado não deve ser interpretado como previsão direta de futuros desligamentos, uma vez que nem todos esses adolescentes necessariamente deixarão o acolhimento pela maioridade e a variável não permite acompanhar individualmente suas trajetórias. Entretanto, constitui um indicador relevante da presença, no interior da rede atual de acolhimento, de um contingente situado próximo ao limite etário estabelecido para a proteção específica da infância e adolescência.

Esse aspecto recoloca a questão discutida na seção anterior acerca da maioridade como fronteira institucional. A presença de adolescentes de 16 e 17 anos nos serviços de acolhimento significa que parte da rede atualmente mobilizada para a proteção desses sujeitos deverá lidar, em horizonte relativamente próximo, com processos de desligamento e transição. A existência de 2.200 adolescentes nessa condição, portanto, não deve ser tomada apenas como dado demográfico, mas como elemento que interpela a capacidade da rede de planejar a continuidade da proteção.

É nesse ponto que a análise da tabela 2 se articula diretamente à discussão de Castel (1998). Se a integração social depende da existência de suportes capazes de sustentar a participação dos sujeitos nas diferentes esferas da vida social, a aproximação da maioridade torna particularmente importante verificar se os suportes institucionais construídos durante o acolhimento possuem continuidade após o desligamento. A questão não consiste simplesmente em quantos adolescentes estão acolhidos, mas em quais suportes estarão disponíveis quando o suporte institucional do acolhimento deixar de existir.

A diferença entre a magnitude da estrutura de acolhimento e a quantidade de adolescentes próximos da maioridade também permite compreender que a política opera em temporalidades distintas. O acolhimento responde a uma situação de proteção no presente, a preparação para o desligamento exige antecipação, planejamento e articulação de recursos futuros. Assim, quanto mais próxima a maioridade, mais relevante se torna a capacidade da rede de articular educação, trabalho, renda, saúde, moradia, vínculos familiares e comunitários e acompanhamento socioassistencial.

A distribuição territorial dos adolescentes também permite observar a importância da dimensão federativa e das desigualdades territoriais. São Paulo concentra 680 adolescentes de 16–17 anos, Minas Gerais 204, Rio Grande do Sul 241, Rio de Janeiro 112 e Paraná 184. Esses números indicam que os estados que concentram maior quantidade de unidades e de acolhidos também concentram parcela importante dos adolescentes próximos à maioridade. Entretanto, essa correspondência não deve ser tomada como equivalência entre demanda e capacidade de transição. É justamente essa relação que será aprofundada posteriormente a partir da análise específica das ofertas destinadas aos jovens egressos.

No caso do Rio de Janeiro, os 349 serviços registrados, 11.656 vagas declaradas e 8.961 pessoas atualmente acolhidas posicionam o estado entre aqueles com maior estrutura de acolhimento no país. Ao mesmo tempo, os 112 adolescentes de 16 e 17 anos registrados indicam a presença de um contingente para o qual a preparação para o desligamento constitui questão institucionalmente relevante. O dado ganha particular importância para esta pesquisa porque o Rio de Janeiro constitui o recorte territorial no qual será posteriormente analisada a configuração relacional da rede de proteção. Entretanto, seria inadequado interpretar a posição do Rio de Janeiro na tabela 2 como evidência de maior ou menor efetividade da política.

É justamente nessa passagem que a contribuição de Pires e Lotta (2019) deve ser retomada, a implementação das políticas públicas ocorre no interior de arranjos institucionais e por meio da atuação concreta de burocracias e organizações, de modo que os resultados

produzidos não podem ser deduzidos apenas do desenho formal da política ou da existência de equipamentos. A Tabela 2, portanto, não deve ser compreendida como uma simples fotografia da quantidade de serviços existentes no território nacional. Ela constitui uma primeira aproximação da materialidade institucional da proteção, permitindo identificar onde se encontra concentrada a infraestrutura de acolhimento e, simultaneamente, colocando em evidência uma questão que será central para as etapas seguintes da análise.

Enquanto a tabela 2 permite observar a dimensão geral da capacidade instalada e a presença de adolescentes próximos da maioridade, a tabela 3 desloca a análise para os serviços destinados especificamente aos jovens egressos e às Repúblicas para Jovens. O contraste entre essas duas dimensões permite discutir de maneira mais precisa a possível assimetria entre a capacidade estatal de acolher e a capacidade estatal de sustentar a transição para a autonomia.

Tabela 3 - Serviços destinados a jovens egressos e oferta de Repúblicas para Jovens por Unidade da Federação

UF	Unidades para jovens egressos	Vagas	Jovens acolhidos	Repúblicas para jovens	Vagas em Repúblicas	Acolhidos em Repúblicas	Municípios com República
Acre	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	5	38	8	5	38	8	3
Ceará	3	18	9	3	18	9	1
Distrito Federal	1	6	4	1	6	4	1
Espírito Santo	5	28	6	5	28	6	4
Goiás	0	0	0	0	0	0	0
Maranhão	1	6	2	1	6	2	1
Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0
Minas Gerais	7	80	43	7	80	43	4
Paraná	10	34	23	10	34	23	2

Paraíba	1	40	21	1	40	21	1
Pará	0	0	0	0	0	0	0
Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	0	0	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	2	12	3	2	12	3	2
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	2	18	9	2	18	9	2
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	1	0	0	1	0	0	1
São Paulo	37	273	140	36	263	133	17
Sergipe	2	12	1	2	12	1	1
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	**77**	**565**	**269**	**76**	**555**	**262**	**40**

Fonte: Censo SUAS 2025 – Unidade de Acolhimento, base de dados fornecida pela autora. Elaboração própria.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam uma diferença expressiva entre a dimensão da estrutura geral de acolhimento e a oferta institucional especificamente destinada

aos jovens egressos. Enquanto a Tabela anterior registrou 6.916 unidades de acolhimento no país, a presente base identifica 77 unidades que declararam atender jovens egressos de serviços de acolhimento, das quais 76 estão classificadas na modalidade República para Jovens. Em termos de capacidade declarada, são 565 vagas destinadas a jovens egressos, sendo 555 localizadas em Repúblicas para Jovens, nas quais estavam registrados 262 jovens no momento da coleta. A diferença entre essas duas dimensões da oferta constitui um elemento relevante para a análise da transição para a vida adulta, pois evidencia que a existência de uma estrutura ampla de acolhimento não corresponde, necessariamente, à existência de uma estrutura de igual densidade destinada à continuidade da proteção após o desligamento.

A distribuição territorial dessa oferta também se apresenta de forma desigual. São Paulo concentra 36 das 76 Repúblicas para Jovens identificadas na base, seguido pelo Paraná, com 10, e por Minas Gerais, com 7. Entretanto, a quantidade de unidades não corresponde diretamente à capacidade de atendimento. Minas Gerais, por exemplo, registra sete Repúblicas e 80 vagas, enquanto o Paraná possui dez unidades e 34 vagas. Essa diferença evidencia que o número de equipamentos, isoladamente, não constitui medida suficiente da capacidade estatal, uma vez que é necessário considerar a capacidade instalada, os usuários atendidos e os arranjos institucionais que sustentam o funcionamento dos serviços. Posto isso, voltamos à arquitetura institucional que envolve recursos, competências, mecanismos de coordenação e relações entre os diferentes atores responsáveis pela implementação das políticas (Gomide; Pires, 2014).

As diferenças entre estados não expressam necessariamente diferenças equivalentes na magnitude da demanda, podendo estar relacionadas às distintas capacidades administrativas, financeiras e institucionais de organização e implementação das políticas públicas (Arretche, 2012). A existência de uma República, portanto, resulta de decisões políticas, capacidade de gestão, financiamento, organização dos serviços e articulação com outras políticas públicas. Da mesma forma, a ausência de uma oferta registrada não deve ser imediatamente interpretada como ausência absoluta de estratégias de acompanhamento, pois diferentes formas de atendimento podem não estar capturadas pela mesma categoria do Censo.

No estado do Rio de Janeiro, foram identificadas duas Repúblicas para Jovens, correspondentes a 12 vagas, e três jovens atualmente acolhidos nessa modalidade. Quando esse dado é relacionado à estrutura apresentada na Tabela 3 anterior, 349 unidades de acolhimento, 11.656 vagas e 8.961 pessoas atualmente acolhidas observa-se uma assimetria entre a dimensão da estrutura destinada ao acolhimento e aquela especificamente identificada para a transição de jovens egressos. Essa assimetria não permite, isoladamente, concluir pela insuficiência da

política, uma vez que os dados não capturam todas as estratégias de acompanhamento pós-acolhimento. Entretanto, constitui um indicador relevante da reduzida institucionalização da modalidade de República para Jovens no território fluminense e justifica o aprofundamento da análise sobre como a transição para a vida adulta é efetivamente organizada.

A questão recoloca, em escala territorial, a discussão desenvolvida anteriormente acerca da maioridade como fronteira institucional. Se o acolhimento constitui uma medida provisória de proteção, a existência de apenas uma pequena estrutura especificamente identificada para jovens egressos suscita a necessidade de investigar quais outros suportes institucionais, familiares e comunitários são mobilizados quando essa medida se encerra. A questão deixa, portanto, de ser apenas a existência ou inexistência de uma República e passa a envolver a capacidade da rede de produzir continuidade protetiva por meio da articulação de diferentes atores e políticas.

A partir do recorte de Nova Iguaçu o dado estadual estabelece o contexto no qual o município está inserido, mas não permite identificar, por si só, como a oferta se distribui internamente no território fluminense. A escala estadual pode ocultar desigualdades municipais importantes, especialmente em um modelo de execução descentralizada no qual as capacidades institucionais e os arranjos locais interferem diretamente na materialização das políticas. Por essa razão, a análise da oferta estadual constitui apenas uma aproximação inicial, sendo necessário deslocar o olhar para o município selecionado como campo empírico desta pesquisa.

É necessário considerar as relações que conectam os diferentes atores, as posições que ocupam na rede, os recursos institucionais de que dispõem e os mecanismos por meio dos quais responsabilidades, informações e encaminhamentos circulam entre eles. Como discutido ao longo deste capítulo, a capacidade estatal de produzir continuidade protetiva depende não apenas do desenho normativo da política, mas das condições institucionais e relacionais que possibilitam sua implementação no território.

A análise da estrutura de acolhimento e da oferta destinada aos jovens egressos permite avançar para uma dimensão fundamental da proteção, a forma como o Estado organiza normativamente os atores responsáveis pela garantia da continuidade protetiva. Apresenta-se a rede normativo-estatal, compreendida, neste estudo, como o conjunto de instituições, órgãos, políticas e competências formalmente estabelecidos para responder às demandas relacionadas à proteção de crianças, adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento. A rede normativa não constitui uma rede observada empiricamente, trata-se de uma construção analítica elaborada a partir das responsabilidades, competências e interfaces normativamente

previstas no ordenamento das políticas públicas. Não se trata, portanto, de pressupor que a existência dessas conexões normativas corresponda à sua realização efetiva no território, mas de identificar a arquitetura institucional a partir da qual essas relações são formalmente concebidas.

5 CONFIGURAÇÕES DAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS NA TRANSIÇÃO PÓS-ACOLHIMENTO: FLUXOS INSTITUCIONAIS, MEDIAÇÕES E CONTINUIDADE PROTETIVA

O último capítulo apresenta e analisa os resultados empíricos da pesquisa sobre a configuração das redes de proteção social. Para tanto, mobiliza-se uma abordagem metodológica mista, articulando análise documental e normativa, dados do Censo SUAS 2024, questionários, entrevistas com assistentes sociais e entrevistas em profundidade realizadas em instituições de acolhimento de Nova Iguaçu. A Análise de Redes Sociais (ARS) é utilizada como instrumento de representação e interpretação da estrutura relacional, por meio da construção de grafos que permitem observar centralidades, periferias, intermediações, densidade e vazios institucionais.

Para esse fim, a análise é desenvolvida em diferentes escalas e camadas. Inicialmente, examina-se a rede normativo-estatal, construída a partir dos atores e responsabilidades previstos no ordenamento das políticas públicas, posteriormente, analisa-se a rede efetivamente praticada pelos profissionais e, de forma aprofundada, a configuração relacional observada no município de Nova Iguaçu. A comparação entre essas camadas permite verificar em que medida a arquitetura normativa se aproxima ou se distancia das relações efetivamente acionadas no cotidiano institucional. A sobreposição dessas camadas permite evidenciar as distâncias entre a rede prescrita e a rede operada no cotidiano, enquanto as narrativas profissionais possibilitam compreender os mecanismos de mediação, negociação e improvisação que sustentam os percursos dos jovens.

Em conjunto, os resultados apontam para uma rede de baixa densidade relacional e configuração policêntrica, marcada pela centralidade funcional da assistência social e das instituições de acolhimento, pela forte presença de mecanismos jurídico-tutelares e pela posição

periférica de políticas estruturantes da autonomia, especialmente moradia, trabalho, renda e educação. Evidencia-se, ainda, que a continuidade da proteção depende significativamente de mediações profissionais e de conexões informais, revelando uma redistribuição precária de responsabilidades diante da ausência de uma política e um processo relacional marcado por assimetrias, descontinuidades e diferentes formas de gestão da vulnerabilidade juvenil.

5.1 Procedimentos metodológicos: Análise de Redes Sociais (ARS) e construção dos grafos

A opção metodológica pela Análise de Redes Sociais (ARS) decorre diretamente do enquadramento teórico e empírico desenvolvido nos capítulos anteriores, nos quais a rede foi compreendida como forma concreta de organização da intervenção estatal. Ao tratar a política de acolhimento e a transição para a vida adulta como processos mediados por múltiplos atores, instâncias decisórias e fluxos institucionais, torna-se necessário adotar uma estratégia metodológica capaz de apreender relações, e não apenas atributos isolados de serviços ou instituições. Assim, a ARS oferece um instrumental analítico particularmente adequado, ao permitir examinar padrões de conexão, posições ocupadas pelos atores, assimetrias de centralidade e dinâmicas de intermediação que estruturam o funcionamento efetivo da rede (Wasserman; Faust, 1994; Scott, 1992).

A escolha encontra respaldo em estudos que utilizam a Análise de Redes Sociais para examinar padrões de interação, integração e diferenciação entre atores, demonstrando a possibilidade de apreender empiricamente posições relacionais que não seriam identificadas a partir das características isoladas das instituições (Ribeiro; Peixoto; Miranda; Bastos, 2019).

Do ponto de vista epistemológico, a ARS parte do pressuposto de que fenômenos sociais são produzidos relacionalmente, isto é, que a posição de um ator em uma rede, e não apenas suas características formais, condiciona suas possibilidades de ação, influência e acesso a recursos. Essa abordagem desloca o foco da análise da instituição para como ela se relaciona, permitindo observar como se organizam circuitos de encaminhamento, produção de informação, coordenação de casos e tomada de decisão. No campo das políticas públicas, essa perspectiva tem sido mobilizada para compreender processos de implementação, governança e coordenação interorganizacional, especialmente em contextos marcados por fragmentação institucional e interdependência entre setores (Marteleto, 2001; Gomide; Pires, 2014).

Aplicada ao estudo da rede de proteção social intersetorial e intersetorial que envolve o acolhimento institucional e a transição para a vida adulta, a ARS possibilita tornar visíveis dimensões que permanecem opacas em análises exclusivamente normativas ou descritivas. A

centralidade excessiva de determinados nós, a dependência estrutural de alguns atores como mediadores quase exclusivos de acesso, bem como a baixa densidade de conexões com políticas estruturantes, como trabalho, renda, moradia e participação social, e podem ser identificadas e qualificadas por meio da leitura relacional dos grafos. Em especial, o conceito de centralidade, sistematizado por Freeman (1979), é mobilizado como ferramenta analítica para interpretar concentrações de poder relacional e sobrecarga institucional no interior da rede.

No Grafo 1, correspondente à rede normativo-estatal, a identificação dos atores e das relações decorreu dos critérios normativos estabelecidos pelas legislações e normativas que definem competências, responsabilidades e interfaces entre políticas e instituições. Nos grafos referentes à rede praticada, a identificação dos atores e das conexões foi realizada a partir dos dados produzidos no campo empírico. No plano normativo, consideraram-se as obrigações públicas derivadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e das normativas do Sistema Único de Assistência Social, em especial a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009b), que delineiam quais políticas, serviços e instâncias deveriam, em tese, compor uma rede capaz de sustentar a continuidade da proteção na transição para a vida adulta. No plano empírico, os nós e conexões foram definidos a partir da materialidade observada no território, considerando os atores que efetivamente participam dos fluxos de acolhimento, acompanhamento, desligamento e pós-acolhimento no recorte analisado.

Operacionalmente, a análise envolveu a construção de um banco relacional, no qual os nós representam atores institucionais, serviços socioassistenciais, órgãos do sistema de justiça, políticas setoriais e outros dispositivos relevantes. Enquanto as arestas representam relações de encaminhamento, articulação, pactuação, troca de informações ou acompanhamento de casos. Esse banco foi posteriormente processado em software específico de análise de redes, amplamente utilizado na literatura científica, que permite tanto a visualização gráfica quanto o cálculo de medidas estruturais da rede (Bastian; Heymann; Jacomy, 2009; Borgatti; Everett; Johnson, 2018).

Os critérios de construção do banco relacional e as medidas analíticas utilizadas são detalhados nos subitens seguintes, as medidas analíticas utilizadas e as etapas de visualização e leitura dos grafos no estudo de caso de Nova Iguaçu.

5.1.1 Fontes de dados e estratégias de construção do banco relacional

A construção do banco relacional que fundamenta a Análise de Redes Sociais realizada nesta pesquisa apoiou-se em um conjunto diversificado e articulado de fontes, combinando

marcos normativos, dados secundários e produção empírica própria. Em um primeiro momento, procedeu-se à definição de uma rede inicial de referência, elaborada a partir da leitura sistemática dos principais marcos legais e normativos que estruturam a proteção à infância, à adolescência e à juventude no Brasil.

O procedimento assumiu caráter analítico, e não meramente descritivo porque as normativas foram mobilizadas como instrumentos para identificar obrigações públicas, interfaces intersetoriais esperadas e atores que, em tese, deveriam compor uma rede capaz de sustentar a continuidade da proteção na transição do acolhimento para a vida adulta. Nesse plano, destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude e o arcabouço normativo do Sistema Único de Assistência Social, particularmente no que se refere à organização da proteção social especial e à tipificação dos serviços voltados ao acolhimento institucional e à transição para a autonomia. Essa etapa permitiu delinear um mapa normativo da rede, entendido como horizonte regulatório e parâmetro crítico para a análise posterior.

Além da análise documental e normativa, a pesquisa incorporou um aprofundamento qualitativo por meio de três entrevistas. Esse desenho normativo foi tensionado e retrabalhado à luz de dados empíricos produzidos por meio de formulário eletrônico composto por questões abertas, respondido por profissionais que atuam na rede de atendimento. Foram obtidas respostas de 17 profissionais vinculados a diferentes pontos da rede de proteção social intersetorial. O instrumento buscou identificar os serviços, programas e instituições acionados no cotidiano profissional, as formas de articulação entre políticas públicas e os principais desafios e potencialidades percebidos na consolidação da rede de proteção social.

Complementarmente, foram coletadas respostas a questionários estruturados, distribuídos a todas as unidades de acolhimento identificadas no Censo SUAS de 2024 e 2025. Essa estratégia buscou ampliar o alcance da coleta empírica, incorporando informações padronizadas sobre articulações institucionais, fluxos de comunicação, parcerias recorrentes e interfaces com outras políticas públicas. As respostas recebidas serão apresentadas e analisadas ao longo do capítulo, compondo uma camada adicional do banco relacional e permitindo observar regularidades e variações na forma como as unidades se inserem na rede. Importa destacar que os questionários não foram utilizados como instrumento estatístico representativo, mas como meio de qualificação relacional da análise, contribuindo para identificar padrões de conexão e recorrência de vínculos institucionais.

A pesquisa ainda incorporou um aprofundamento qualitativo por meio da realização de três entrevistas em profundidade em unidades de acolhimento localizadas no município de Nova

Iguaçu, selecionadas em função de sua trajetória institucional, modalidade de atendimento e posição estratégica na rede local. Essas entrevistas permitiram examinar, de forma mais detalhada, os processos cotidianos de articulação, a gestão dos casos de adolescentes próximos do desligamento, as relações com o sistema de justiça e as estratégias mobilizadas, ou ausentes. Esse material foi fundamental para compreender como as conexões representadas no grafo se traduzem em práticas concretas, decisões situadas e experiências institucionais marcadas por limites de capacidade, sobrecarga e discricionariedade profissional.

A integração dessas diferentes fontes possibilitou a construção de um banco relacional triangulado, no qual o desenho normativo da rede foi confrontado com sua materialidade empírica. As normativas ofereceram o parâmetro do que deveria estar articulado; às entrevistas e os questionários revelaram o que efetivamente se articula e o aprofundamento em Nova Iguaçu permitiu compreender como essas articulações operam no cotidiano institucional.

Desse modo, a análise relacional inscreve-se no campo da avaliação de políticas sociais, na medida em que permite examinar capacidades estatais, padrões de coordenação e efeitos institucionais da política para além de seus enunciados normativos. Ao mapear centralidades, intermediações e zonas de baixa conectividade, a Análise de Redes Sociais possibilita avaliar como a política pública se organiza concretamente no território, quais atores concentram responsabilidades e onde se produzem vazios de proteção. Tal abordagem dialoga com perspectivas contemporâneas da avaliação institucional, que compreendem a implementação como dimensão constitutiva da política, na qual se expressam limites de coordenação, fragmentação intersetorial e desigualdades na produção da proteção social (Arretche 2012; Gomide; Pires, 2014; Pires; Lotta, 2019).

A pesquisa partiu de um desenho inicial mais amplo, que buscava contemplar o conjunto do estado do Rio de Janeiro. Diante da inviabilidade de obter dados de todas as instituições de acolhimento que atendiam adolescentes até a maioridade no estado, optou-se por delimitar a investigação a um único município, escolhido a partir de possibilidades efetivas de acesso construídas por relações pessoais e profissionais preexistentes.

Antes dessa delimitação, chegou-se a iniciar um processo de seleção amostral em nove municípios do estado: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Angra dos Reis. A escolha dessas localidades considerou a variedade geográfica e socioeconômica do estado, abrangendo a capital, a região metropolitana, a Baixada Fluminense, o interior e a Costa Verde, com o objetivo de captar a diversidade das políticas de acolhimento em municípios de diferentes portes populacionais e

características urbanas ou rurais. Na maior parte dos casos, porém, o contato inicial não obteve resposta ou confirmação de abertura para a pesquisa.

Após seis meses de tentativas, por contato direto e indireto (telefone e e-mail), obteve-se resposta efetiva apenas em Campos dos Goytacazes e Mesquita, para a apresentação de um questionário preliminar. Em Nova Iguaçu, no entanto, foi possível estabelecer contato promissor com as duas instituições de acolhimento existentes no município, o que motivou a escolha final e a delimitação definitiva do caso empírico da tese.

Foram diversas as técnicas para coleta de dados e um possível cruzamento das informações e geração da rede esperada. Como descrito no grafo 1 a identificação dos órgãos e instituições que compõem a rede intersetorial de atenção aos jovens egressos do acolhimento institucional partiu da articulação entre duas bases centrais, o Censo SUAS 2024, enquanto fonte empírica e administrativa que explicita a materialidade da política de assistência social no território, e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), enquanto marco normativo que redefine a juventude como sujeito de direitos e orienta a ação estatal de forma transversal e intersetorial. A combinação dessas referências permitiu justificar teoricamente sua inclusão na rede, considerando suas atribuições formais, suas interfaces institucionais e seu potencial de incidência sobre os processos de transição.

No âmbito da política de assistência social, os Serviços de Acolhimento Institucional constituem o ponto de partida da rede, uma vez que concentram a responsabilidade direta pela proteção integral durante a infância e a adolescência e operam como instâncias centrais de mediação entre o jovem e o conjunto das demais políticas públicas. Ainda que o acolhimento seja, por definição, uma medida provisória e excepcional, sua centralidade prática decorre da permanência prolongada de muitos adolescentes nesses espaços e da fragilidade das alternativas efetivas de desinstitucionalização. Por essa razão, essas unidades foram consideradas nós estruturantes da rede, a partir dos quais se irradiam encaminhamentos, decisões técnicas e articulações intersetoriais.

A seleção dos equipamentos e serviços que compõem a análise da rede de proteção social decorreu de critérios normativos, mas também da própria realidade empírica observada nas entrevistas em profundidade realizadas no município de Nova Iguaçu, cujos resultados serão detalhados adiante. A recorrência desses equipamentos nos relatos profissionais entrevistados reforçou a pertinência de sua inclusão como nós centrais da rede analisada nesta pesquisa

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram incluídos por sua função estratégica na proteção social básica e por sua vinculação territorial direta às famílias e comunidades. Para os jovens egressos, o CRAS representa a possibilidade de reinscrição em vínculos comunitários e de acesso a benefícios e serviços continuados, sobretudo em contextos marcados por rupturas familiares, precariedade habitacional e insegurança de renda. Sua presença na rede se justifica não apenas pelo acesso a programas como o PAIF, mas por seu papel na construção de respostas territorializadas, fundamentais para trajetórias menos dependentes da tutela institucional. Já os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) foram incorporados em razão de sua atuação nos casos em que persistem violações de direitos, situações de violência ou conflitos com a lei após a saída do acolhimento. A transição para a vida adulta não elimina automaticamente as condições de vulnerabilidade que motivaram a institucionalização, e o CREAS aparece como instância de acompanhamento especializado capaz de articular proteção, responsabilização e garantia de direitos em situações complexas. As Repúblicas Jovens e demais modalidades de moradia assistida foram identificadas como equipamentos-chave na transição para a autonomia, uma vez que materializam, no campo da assistência social, a tentativa de responder à lacuna existente entre a saída do acolhimento e a plena inserção social. Sua inclusão na rede se fundamenta tanto nas diretrizes do SUAS quanto nos princípios do Estatuto da Juventude, especialmente no que se refere ao direito à moradia, à autonomia progressiva e à construção de projetos de vida.

Esses serviços operam como dispositivos intermediários, cuja eficácia depende fortemente da articulação com políticas de trabalho, educação e saúde. Ainda que esses serviços estejam inscritos em diferentes níveis de complexidade da política socioassistencial, sua inclusão na rede se justifica pelo papel que desempenham na mediação entre a institucionalização, a proteção continuada e as tentativas de construção da autonomia dos jovens, conforme orientações da Lei Orgânica da Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2004; Brasil, 2009).

A partir do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), ampliou-se o olhar para além da assistência social, incorporando instituições vinculadas às políticas de educação, trabalho e renda, saúde, habitação e justiça. O Estatuto reafirma a juventude como sujeito de direitos e estabelece que sua proteção se materializa por meio de ações articuladas entre diferentes áreas do Estado (Brasil, 2013). A inclusão dessas políticas na rede intersetorial decorre de sua responsabilidade legal e ética na sustentação dos projetos de vida dos jovens egressos. No campo da educação, foram considerados os sistemas públicos de ensino, em especial as redes

estaduais e municipais de educação básica, bem como as instituições de educação profissional e tecnológica. A justificativa para sua inclusão reside no reconhecimento de que a escolarização interrompida ou precária é um dos principais fatores de reprodução da vulnerabilidade entre jovens egressos.

O Estatuto da Juventude (2013) reforça o direito à educação em todas as etapas e modalidades, o que legitima a presença dessas instituições na rede como atores corresponsáveis pela permanência e pelo sucesso escolar. A política de trabalho e renda, incluindo serviços de intermediação de mão de obra, programas de qualificação profissional e iniciativas de aprendizagem, foi incorporada à rede em função de seu papel estruturante na construção da autonomia material. A inclusão desses órgãos se justifica pela compreensão de que a inserção laboral dos jovens egressos ocorre, em geral, de forma precoce, precarizada e desvinculada de trajetórias formativas consistentes. Assim, sua presença na rede expressa a necessidade de superar ações pontuais e promover estratégias articuladas de inclusão produtiva, conforme previsto no Estatuto da Juventude (2013).

No âmbito da saúde, foram considerados os serviços do Sistema Único de Saúde, com destaque para a atenção básica e a saúde mental. A justificativa para sua inclusão decorre do reconhecimento de que muitos jovens egressos apresentam demandas relacionadas a sofrimento psíquico, uso problemático de substâncias, saúde sexual e reprodutiva e condições crônicas não acompanhadas adequadamente durante o período de institucionalização. A articulação com o Sistema Único de Saúde, portanto, configura-se como elemento indispensável para a sustentação de trajetórias de transição menos marcadas por rupturas e recaídas (Brasil, 1990).

Os órgãos do sistema de justiça, especialmente o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, foram incluídos como atores centrais da rede em razão de seu papel normativo, fiscalizador e decisório. Embora não sejam serviços de política social stricto sensu, sua atuação influencia diretamente os tempos, os fluxos e as possibilidades de saída do acolhimento. A centralidade desses órgãos na definição dos percursos dos jovens evidencia a predominância de uma lógica jurídico-tutelar, herdeira do modelo doutrinário anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Méndez, 1994; Rizzini, 1997), que, ao mesmo tempo em que busca garantir proteção, tende a deslocar para a esfera judicial demandas que são expressão da questão social (Iamamoto, 2004).

E ainda, foram consideradas as organizações da sociedade civil, coletivos juvenis e iniciativas comunitárias, cuja inclusão se fundamenta no princípio da participação social inscrito no Estatuto da Juventude. Esses atores ampliam o escopo da rede para além das

instituições estatais, incorporando dimensões relacionais, culturais e políticas fundamentais para a construção de pertencimento e identidade. Sua presença na rede tensiona a lógica institucionalizada da proteção e aponta para possibilidades de apoio menos verticalizadas e mais próximas das experiências concretas dos jovens.

A construção do Grafo 1 teve como finalidade representar a configuração normativo-estatal de proteção relacionada ao acolhimento institucional e à transição para a vida adulta. Para sua elaboração, foram articuladas fontes de natureza distinta: o Censo SUAS, utilizado como fonte administrativa para identificação dos serviços e equipamentos socioassistenciais, e os marcos legais e normativos que estabelecem direitos, competências e responsabilidades públicas, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude e as normativas do SUAS. O Censo SUAS contribuiu para identificar a estrutura institucional registrada; os dispositivos legais e normativos fundamentaram a inclusão de atores e a definição das relações institucionalmente previstas. Portanto, as fontes não foram tratadas como equivalentes: uma informa a presença administrativa de serviços, enquanto as outras estabelecem atribuições e interfaces esperadas.

A inclusão de um ator na rede observou sua relação formal com a proteção de crianças, adolescentes e jovens em processo de desligamento do acolhimento, considerando: (a) atribuição legal ou normativa relacionada à garantia de direitos; (b) responsabilidade direta ou complementar no acolhimento, acompanhamento, desligamento ou pós-acolhimento; (c) previsão de articulação com outros atores ou políticas; e (d) pertinência para a continuidade da proteção e para as condições de transição à vida adulta. Esses critérios permitiram incluir tanto os serviços diretamente vinculados ao acolhimento quanto instituições e políticas setoriais cuja participação é prevista no ordenamento jurídico, ainda que sua articulação concreta não tenha sido confirmada empiricamente.

A inclusão não foi definida pela simples existência de um programa ou benefício, mas por sua pertinência ao recorte analítico e pela existência de uma atribuição ou interface identificável nas fontes utilizadas. Por esse motivo, programas como FIES, ProUni e Pé-de-Meia não foram representados como nós autônomos no Grafo 1. A ausência desses programas não significa que sejam irrelevantes para os jovens egressos, nem que estejam fora do campo dos direitos sociais; indica apenas que, nesta representação, não foram individualizados como atores institucionais. Caso tenham sido considerados apenas por meio das políticas de educação ou de acesso à renda, isso deve ser explicitado. A justificativa definitiva para cada exclusão

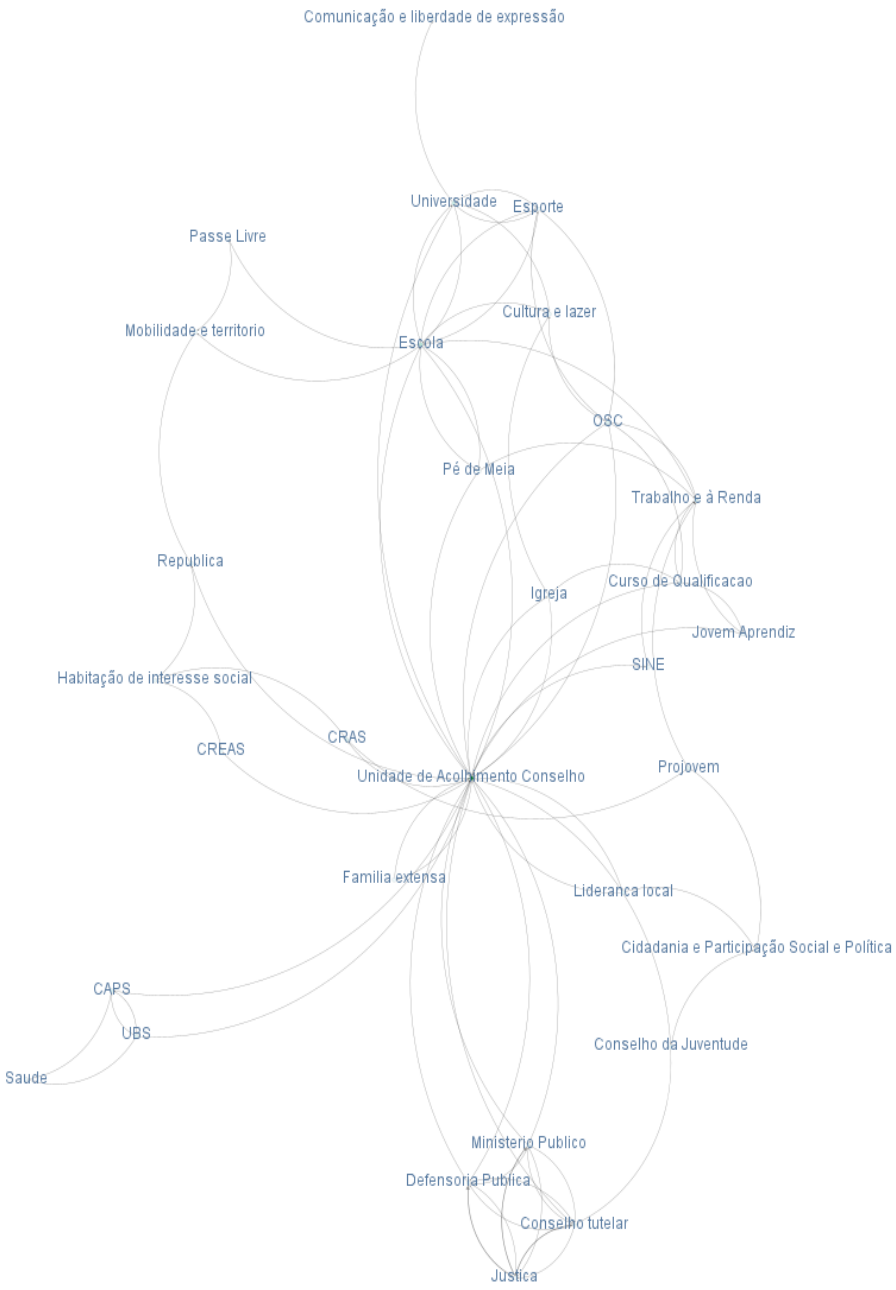
deve corresponder ao critério efetivamente utilizado, e não ser construída retrospectivamente apenas para responder ao parecer.

Para a operacionalização da rede, cada nó correspondeu a unidade, seja órgão, instituição, serviço, política ou programa identificado nas fontes. As arestas foram registradas quando os documentos consultados indicavam atribuição, encaminhamento, acompanhamento, pactuação, compartilhamento de informação ou outra entre dois atores. A existência de uma relação no grafo significa, portanto, que há uma conexão prevista ou justificável a partir das fontes normativas examinadas.

O Grafo 1 foi construído como uma rede não direcionada e não ponderada. Por se tratar de uma representação da arquitetura normativo-estatal, as arestas não indicam um fluxo de encaminhamento de um ator para outro, mas a existência de uma relação prevista ou justificável entre os atores a partir das fontes normativas examinadas. A rede não direcionada, portanto, não estabelece sentido de fluxo entre os nós. Na versão não ponderada, não houve atribuição de pesos às arestas; cada conexão foi representada de forma equivalente, sem diferenciação quantitativa da intensidade, frequência ou relevância da relação. O processamento e a visualização foram realizados no Gephi. O banco de dados foi organizado em duas tabelas, a tabela de nós, destinada à identificação dos atores e instituições representados, e a tabela de arestas, destinada ao registro das relações entre esses atores. Os campos específicos de cada tabela correspondem à estrutura do arquivo utilizado na construção do grafo.

A rede normativo-estatal constitui, assim, uma representação analítica da configuração prescrita, construída a partir de responsabilidades e relações institucionalmente previstas. Ela não equivale a um levantamento exaustivo de todos os serviços existentes no território, nem demonstra, por si só, a operacionalização dos fluxos. Sua função é estabelecer um parâmetro normativo de comparação com as redes identificadas a partir dos dados empíricos, permitindo examinar aproximações, distâncias e descontinuidades entre a arquitetura prevista e as relações efetivamente acionadas.

Grafo 1 - rede normativo-estatal



Fonte: Elaboração da autora, 2025.

O Grafo 1 sintetiza visualmente a configuração da rede normativo-estatal construída a partir do cruzamento entre o Censo SUAS 2024 e o Estatuto da Juventude. Os Serviços de Acolhimento Institucional ocupam a posição de ponto de partida da representação porque foram o ponto de ancoragem a partir do qual a pesquisa construiu analiticamente a identificação dos demais atores e instituições. É a partir do acolhimento, e das lacunas observadas na transição para a vida adulta, que a análise se desloca para mapear os demais equipamentos e políticas

potencialmente implicados na sustentação da proteção após o desligamento. Cabe ressalvar, contudo, que o Grafo 1 não representa uma rede relacional efetivamente verificada, no sentido de vínculos que se confirmam e se sustentam na prática. Trata-se, antes, de um desenho de possibilidades de direcionamento e proteção, um mapeamento dos encaminhamentos institucionalmente previstos e normativamente esperados entre os diferentes atores, sem que isso implique a certeza de sua efetivação. As conexões ali representadas expressam, portanto, um plano a ser orquestrado, e não uma rede cuja articulação e continuidade estejam empiricamente comprovadas. Essa distinção é central para a leitura do capítulo, na existência formal de um encaminhamento previsto entre o acolhimento e, por exemplo, o CREAS ou o sistema de justiça, não garante que essa conexão se realize, se sustente ao longo do tempo, ou produza os efeitos protetivos pretendidos. É justamente essa lacuna entre o desenho normativo-estatal e sua efetivação concreta que a pesquisa se propõe a investigar nas etapas seguintes, a partir das entrevistas em profundidade realizadas em Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense onde se desenvolveu a pesquisa empírica desta tese, é a quarta maior cidade do estado do Rio de Janeiro, com população estimada em 843.220 habitantes em 2025, distribuída em uma área territorial de 520,581 km², resultando em densidade demográfica de 1.509,60 hab/km². O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,713 (dado referente a 2010, ainda sem atualização oficial mais recente) e taxa de escolarização de 97,19% na faixa de 6 a 14 anos, mas registra mortalidade infantil de 14,96 óbitos por mil nascidos vivos em 2023, indicador que, embora relacionado primariamente às condições de acesso à saúde materno-infantil, funciona como proxy de vulnerabilidade social mais ampla no território, dialogando com o quadro de desigualdades que também incide sobre a rede de proteção social à infância e adolescência. Em termos econômicos, o PIB per capita municipal é de R$ 26.109,54 equivalente a pouco mais de um terço do PIB per capita do estado do Rio de Janeiro no mesmo ano (R$ 73.052,55), evidenciando uma disparidade econômica expressiva entre o município e a média estadual, ainda que Nova Iguaçu concentre aproximadamente 44,6% do PIB de toda a Baixada Fluminense, funcionando como polo econômico e administrativo regional. Historicamente, Nova Iguaçu deu origem, por sucessivos desmembramentos territoriais, a sete outros municípios da região de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, o que ajuda a explicar sua posição como referência institucional e de concentração de serviços públicos para a Baixada Fluminense como um todo. Os dados

apresentados nesta seção foram extraídos da plataforma IBGE Cidades, que consolida indicadores oficiais de diferentes fontes e anos de referência (IBGE, 2025).

O conjunto de indicadores territoriais apresentado revela um quadro heterogêneo: Nova Iguaçu apresenta indicadores educacionais relativamente satisfatórios, mas evidencia fragilidades econômicas expressivas em relação à média estadual e sinais de atenção na saúde materno-infantil, configurando um cenário de vulnerabilidade social relativa concentrada em dimensões específicas, que integra o contexto socioterritorial no qual se desenvolve a rede de proteção social.

Para compreender a dinâmica concreta de funcionamento dessa rede temos os entrevistados, 17 assistentes sociais atuantes em diferentes áreas sócio ocupacionais. A escolha desses profissionais se justifica pela posição estratégica que ocupam na mediação entre políticas, instituições e sujeitos, bem como por sua inserção cotidiana nos fluxos, encaminhamentos e disputas que estruturam a rede de proteção social intersetorial e intersetorial. A seleção dos participantes ocorreu por meio do método de amostragem em bola de neve, no qual assistentes sociais inicialmente contatados indicaram outros profissionais de suas redes de relacionamento profissional, dispostos a participar da pesquisa (Vinuto, 2014) O contato inicial foi realizado por um grupo profissional de whatsapp com aproximadamente 220 assistentes sociais.

Esse procedimento permitiu alcançar profissionais da Baixada Fluminense e ampliando o alcance territorial da análise e favorecendo a identificação de padrões, recorrências e assimetrias no funcionamento da rede. Os participantes responderam ao Formulário 1 (Apêndice B) encerrado em 25/08/2025, que buscou mapear percepções, experiências e estratégias de articulação intersetorial no atendimento a jovens egressos do acolhimento institucional.

O segundo grafo construído nesta pesquisa emerge da necessidade de ultrapassar a apreensão formal e normativa da rede intersetorial, anteriormente delineada a partir do Censo SUAS e do Estatuto da Juventude, para alcançar sua materialidade relacional, tal como operada no cotidiano das políticas públicas. Trata-se de um deslocamento metodológico fundamental, da rede enquanto arranjo institucional prescrito para a rede enquanto processo vivo, atravessado por práticas, disputas, improvisações e estratégias profissionais. Para tal, adota-se o conceito de rizoma, desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995), como chave analítica capaz de apreender a multiplicidade, a heterogeneidade e a não linearidade que caracterizam a experiência dos jovens egressos do acolhimento institucional.

Na lógica rizomática, a rede não se organiza segundo centros fixos, hierarquias estáveis ou fluxos unidirecionais. Ao contrário, ela se constitui por conexões múltiplas, reversíveis e contingentes, nas quais qualquer ponto pode se ligar a outro, produzindo trajetórias singulares e não previsíveis. Essa abordagem mostra-se particularmente fecunda para a análise das respostas do formulário aplicado aos assistentes sociais, uma vez que os dados empíricos evidenciam uma rede que se constrói menos pela coerência do desenho institucional e mais pela capacidade dos profissionais de ativar conexões possíveis em contextos marcados pela fragmentação das políticas públicas.

As respostas revelam que determinados serviços, especialmente os equipamentos da política de assistência social, assumem centralidade relacional na rede por sua função de mediação entre diferentes políticas e atores institucionais. CRAS, CREAS e serviços de acolhimento aparecem como nós recorrentes porque as entrevistas foram realizadas com Assistentes Sociais, a partir dos quais se desdobram encaminhamentos para saúde, educação, trabalho, justiça e habitação. No entanto, essa centralidade não se traduz em coordenação efetiva da rede, mas em uma sobrecarga institucional que desloca para a assistência social responsabilidades que deveriam ser compartilhadas de forma intersetorial, confirmando a tendência histórica de "assistencialização" das expressões da questão social (Iamamoto, 2008).

Ao mesmo tempo, o formulário evidencia que a intersetorialidade, embora amplamente reconhecida como diretriz, opera predominantemente por meio de encaminhamentos formais, frequentemente desprovidos de pactuação, acompanhamento compartilhado ou corresponsabilização entre os serviços. Essa lógica de baixa reciprocidade produz uma rede que existe no plano discursivo e normativo, mas que se materializa, na prática, como um conjunto de ações justapostas, marcadas por descontinuidades e sobreposições. Tal achado dialoga com as críticas de Junqueira (1997) e Inojosa (2001), que apontam que a ausência de mecanismos concretos de coordenação tende a reduzir a intersetorialidade a uma retórica administrativa.

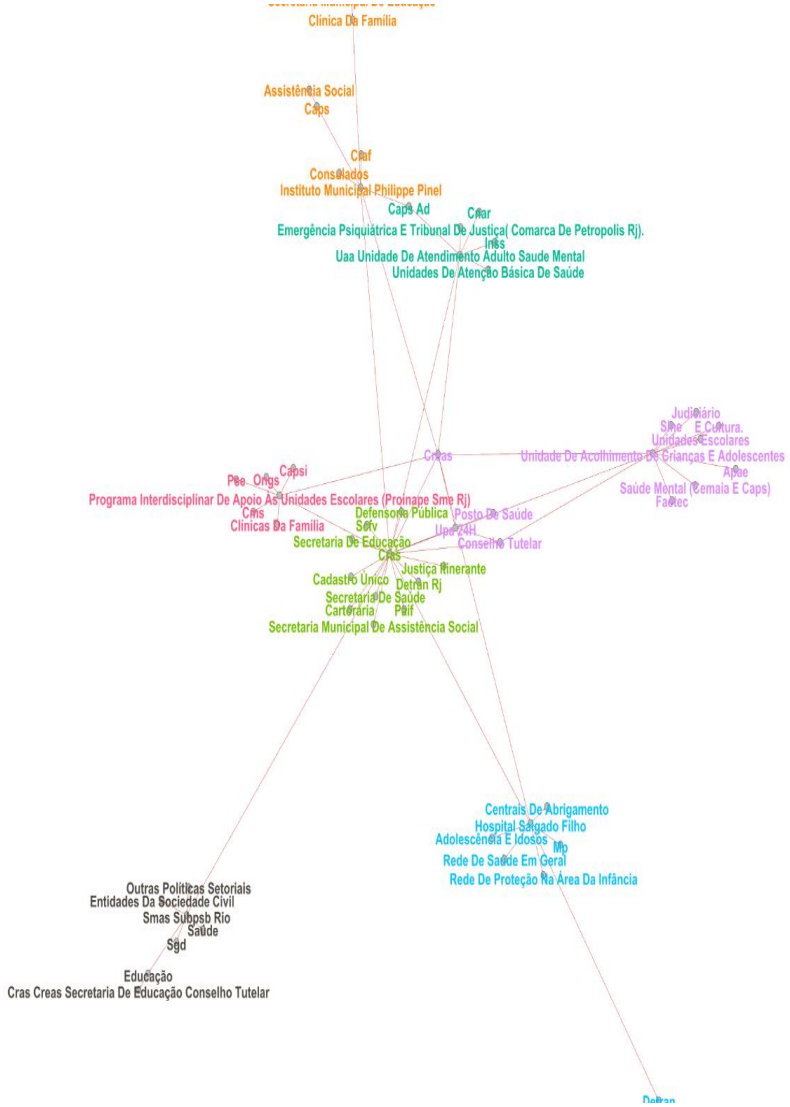
Por outro lado, as respostas dos assistentes sociais revelam a existência de conexões informais, construídas a partir de vínculos profissionais, redes pessoais e estratégias cotidianas de negociação institucional. Contatos diretos entre profissionais, uso de canais não oficiais de comunicação e acordos informais aparecem como recursos centrais para viabilizar atendimentos e garantir algum nível de continuidade nos acompanhamentos. Esses elementos evidenciam que a rede efetivamente operante se estrutura, em grande medida, fora dos fluxos institucionais formalizados, assumindo uma configuração tipicamente rizomática, sustentada por relações de confiança e pela agência profissional.

A coleta de dados com esses 17 profissionais foi realizada por meio de formulário estruturado, como já exposto, contemplando questões sobre articulação intersetorial, fluxos de encaminhamento e estratégias cotidianas de mediação institucional. Complementarmente, foram realizadas entrevistas gravadas com 3 profissionais (Apêndice A) vinculados especificamente à rede de acolhimento institucional do município, com o objetivo de aprofundar, por meio de um formato que permite maior densidade discursiva, aspectos relativos à dinâmica interna do acolhimento e às estratégias de preparação para o desligamento. A combinação desses dois instrumentos, seja o formulário estruturado e as entrevistas semiestruturadas gravadas permitiu articular um panorama mais amplo das percepções profissionais sobre a rede, com um aprofundamento qualitativo específico sobre a experiência de quem atua diretamente no cotidiano do acolhimento.

A dinâmica revela uma contradição central, quando, por um lado, as conexões informais ampliam as possibilidades de acesso a direitos e produzem respostas mais ágeis às demandas dos jovens egressos, por outro, elas expõem a fragilidade estrutural da rede, uma vez que dependem fortemente da permanência dos profissionais, de sua disposição subjetiva e de seus capitais relacionais. Em decorrência disso, a rede se mostra instável, vulnerável à rotatividade institucional e à precarização do trabalho, configurando condições relacionais que podem favorecer trajetórias marcadas por rupturas e incertezas, especialmente para os jovens que deixam o acolhimento sem vínculos familiares e comunitários consolidados.

Essa discussão também pode ser compreendida a partir da crítica às respostas fragmentadas diante das desigualdades sociais que atravessam crianças, adolescentes e jovens. Esses elementos evidenciam que a rede efetivamente operante se estrutura, em grande medida, fora dos fluxos institucionais formalizados, assumindo uma configuração que se aproxima do que Deleuze e Guattari (1995) descrevem como rizomática, uma estrutura sem centro fixo ou hierarquia única, sustentada por múltiplas conexões laterais, ao invés de fluxos verticais e institucionalmente prescritos.

Grafo 2 - Rede de proteção acionada pelos profissionais do Serviço Social



Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A configuração representada reforça que a transição para a vida adulta não se realiza por meio de um percurso linear e previamente estruturado, mas através de conexões contingentes e trajetórias institucionais descontínuas.

O segundo grafo não deve ser interpretado como representação estática e isolada da rede, mas como representação de uma configuração relacional dinâmica, na qual interessa acompanhar os movimentos, os deslocamentos e as rupturas produzidos no interior das políticas públicas, seja na dimensão que dialoga, de forma pontual, com a noção de rizoma mobilizada por Deleuze e Guattari (1995), sem que se adote, nesta pesquisa, o instrumental cartográfico mais amplo associado à perspectiva desses autores. Trata-se de um instrumento que permite visibilizar as ausências, os vazios e os pontos de ruptura que estruturam a experiência dos jovens egressos.

Ao articular as respostas do formulário com a perspectiva rizomática, a pesquisa desloca o foco da análise da eficiência institucional para as condições concretas de produção da autonomia, evidenciando o efeito de uma rede instável, com baixa reciprocidade e atravessada por desigualdades estruturais. A primeira evidência analítica do segundo grafo é a ausência de um centro único claramente dominante, ainda que alguns nós apresentem maior densidade de conexões (como CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento, Conselho Tutelar e Saúde). Diferentemente de uma rede hierárquica, organizada a partir de um polo central de coordenação, o grafo revela uma estrutura policêntrica, na qual diferentes serviços assumem centralidade conforme a demanda, o território e a trajetória específica do jovem.

De forma pontual, a configuração observada dialoga com a perspectiva rizomática (Deleuze; Guattari, 1995), na medida em que evidencia múltiplas conexões laterais e contingentes, sem que isso implique ausência de centralidades ou de assimetrias na rede. Embora não haja um centro formal, observa-se que os serviços da política de assistência social concentram grande parte das conexões do grafo.

O Grafo 3 evidencia que as instituições de acolhimento constituem os principais pontos de origem e intermediação dos fluxos relacionais registrados. Trata-se de uma centralidade funcional, e não estratégica, que revela a tendência histórica de deslocamento das expressões da questão social para o campo assistencial (Iamamoto, 2008). A assistência social opera como nó relacional privilegiado, mas sem dispor de instrumentos institucionais efetivos para organizar a rede de forma integrada.

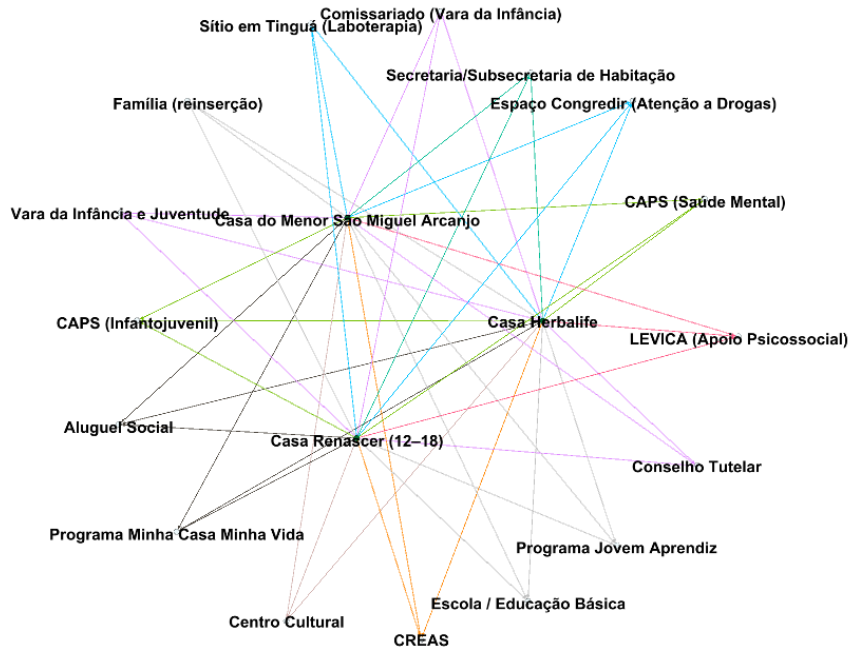
Observa-se, igualmente, uma pulverização de nós, especialmente nas áreas de saúde e educação (CAPS, clínicas da família, unidades básicas, hospitais, unidades escolares, APAE, FAETEC etc.). Essa multiplicidade, longe de indicar diversidade articulada, sugere uma fragmentação estrutural, na qual os serviços coexistem sem integração orgânica.

A presença de nós periféricos, conectados por poucas arestas, indica que muitos serviços são acionados de forma episódica, sem continuidade no acompanhamento. Isso reforça a percepção, já expressa nas respostas do formulário, de que os jovens egressos percorrem a rede de modo errático, sendo encaminhados de um serviço a outro sem que se constitua um percurso compartilhado. A configuração do grafo sugere que os jovens egressos do acolhimento transitam por trajetórias de baixa distribuição da capacidade de articulação, marcadas por entradas e saídas sucessivas de diferentes políticas. Cada novo nó acionado implica, muitas vezes, a reconstrução da narrativa do jovem, a reapresentação de documentos e a submissão a novos critérios de acesso.

A análise relacional também evidencia que a proteção social operada no pós-acolhimento possui forte caráter temporal e descontínuo. Diversos vínculos institucionais são acionados apenas em momentos de crise, sem manutenção de acompanhamento longitudinal ou construção de referências estáveis ao longo da transição para a vida adulta. A rotatividade institucional, a fragmentação dos fluxos e a inexistência de mecanismos permanentes de coordenação produzem trajetórias marcadas por sucessivos recomeços administrativos e relacionais. Nessas circunstâncias, a continuidade protetiva depende menos da estabilidade sistêmica da rede e mais da capacidade individual dos profissionais de sustentar conexões e reativar circuitos institucionais previamente interrompidos.

Esse movimento reforça a leitura de que a autonomia é produzida e frequentemente exigida como atributo individual, em um contexto de baixa continuidade institucional. A densidade de algumas conexões sugere que a efetividade da rede depende fortemente de relações interpessoais entre profissionais, e não de fluxos institucionais consolidados.

Grafo 3 - rede específica de Nova Iguaçu



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

É importante situar o estatuto do Grafo 3 antes de avançar na análise. Por decorrer de um formulário respondido exclusivamente por assistentes sociais e não de um levantamento exaustivo, validado junto aos demais atores da rede ou ponderado pela frequência e intensidade de cada conexão, o Grafo 3 deve ser compreendido como uma representação demonstrativa da rede percebida e mobilizada por essa categoria profissional, e não como uma mensuração precisa da densidade real de vínculos entre as instituições. A análise de redes é empregada aqui como instrumento interpretativo, um vocabulário conceitual que permite qualificar a forma da rede relatada, e não como uma métrica estatisticamente robusta sobre o funcionamento efetivo do sistema de proteção em Nova Iguaçu.

Para explicitar os critérios de construção e os limites analíticos da representação, o Grafo 3 foi elaborado a partir das informações declaradas em formulário eletrônico respondido por 17 profissionais atuantes em diferentes equipamentos e territórios da rede de proteção. Os nós representam instituições, serviços e demais atores mencionados pelos respondentes, enquanto as arestas correspondem às relações de articulação, encaminhamento ou acionamento institucional declaradas no material empírico. A direção das arestas indica o sentido da relação tal como registrada na base construída, distinguindo os atores que iniciam o acionamento daqueles que aparecem como destino da conexão. As relações não foram ponderadas segundo frequência, intensidade ou duração, razão pela qual o peso das arestas não expressa a força ou a regularidade dos vínculos. O objetivo do grafo é, portanto, oferecer uma representação exploratória da rede percebida e mobilizada pelos profissionais respondentes, e não reproduzir de forma exaustiva a totalidade das relações existentes entre as instituições do município.

Feita essa ressalva, alguns elementos estruturais do grafo merecem destaque interpretativo. A rede relatada constitui um único componente conectado, o que indica, ao menos no relato dos profissionais respondentes, a possibilidade de circulação entre os diferentes atores representados. Essa conectividade, contudo, não deve ser lida como evidência de coordenação intersetorial efetiva, um componente único pode conviver com poucas conexões relatadas e forte dependência de vínculos específicos para sustentar essa continuidade. A proximidade estrutural entre os nós, refletida na curta distância relatada entre a maioria dos atores, sugere menos um problema de alcance entre os serviços do que uma limitação na quantidade de relações efetivamente mobilizadas por essa categoria profissional para sustentar essas conexões.

A posição de cada ator no grafo 3 também precisa ser distinguida de sua importância normativa. Um serviço pode ser central para a garantia de determinado direito e, ainda assim,

aparecer com poucas conexões relatadas, inversamente, um ator pode concentrar relações por funcionar como porta de entrada ou mediação entre diferentes políticas. A centralidade observada no grafo 3, portanto, é uma propriedade da configuração relatada pelos respondentes, não uma hierarquia de importância entre as políticas.

As instituições de acolhimento, por exemplo, Casa do Menor São Miguel Arcanjo e Casa Renacer aparecem conectadas a diferentes dimensões da rede, sugerindo uma função de mediação entre o jovem e os demais dispositivos, inclusive o CREAS, cuja presença ganha relevância pela posição que ocupa no campo da proteção social especial. Já os dispositivos ligados à habitação (Secretaria/Subsecretaria de Habitação, Aluguel Social, Programa Minha Casa Minha Vida) e à inserção produtiva e educacional (Programa Jovem Aprendiz, Escola/Educação Básica) aparecem representados no grafo, mas sua presença não permite, por si só, afirmar que essas dimensões estejam constituídas como eixos estruturantes da transição, seria necessário demonstrar, com dados adicionais, se ocupam posição central ou periférica no conjunto relatado. O mesmo cuidado se aplica à saúde mental, a presença simultânea do CAPS Infantojuvenil e do CAPS de Saúde Mental indica que esse campo atravessa a rede e acompanha a mudança de faixa etária dos jovens, mas o grafo, isoladamente, não permite afirmar se essa transição entre serviços ocorre como fluxo institucionalizado ou depende de acionamentos pontuais.

O campo jurídico representado por Vara da Infância e Juventude, Comissariado e Conselho Tutelar também aparece no relato dos profissionais, o que confirma a permanência da dimensão jurídico-institucional no circuito de proteção. Essa presença exige, contudo, um aprofundamento crítico sobre a natureza dessa participação, entende-se que o Sistema de Garantia de Direitos pode expressar tanto mecanismos de proteção quanto formas de regulação e tutela, de modo que sua densidade no grafo 2 e presença no grafo 3 podem auxiliar para a nossa interpretação.

Essa ambiguidade entre proteção e tutela não é acidental, ela expressa a permanência, mesmo após o ECA, de traços da lógica jurídico-tutelar herdada do modelo doutrinário anterior à doutrina da proteção integral (Méndez, 1994; Rizzini, 1997), na qual a criança e o adolescente são tratados menos como sujeitos de direitos e mais como objetos de correção e disciplinamento institucional. Um exemplo concreto dessa tensão aparece na imposição de práticas religiosas em instituições de acolhimento de matriz confessional cristã na região pesquisada, nas quais o adolescente é levado a professar a fé da instituição que o acolhe. Esse tipo de exigência pode ser analisado, por analogia, à luz do conceito de mortificação do eu desenvolvido por Goffman

(1974). A imposição de referências religiosas ou de crenças institucionais sobre o sujeito pode representar uma restrição à sua autonomia identitária, especialmente quando suas próprias referências são subordinadas às exigências da rotina ou da ordem institucional. Não se pretende, com essa aproximação, caracterizar as instituições de acolhimento como instituições totais em sentido estrito, mas identificar práticas específicas que podem produzir efeitos de padronização, tutela e limitação da individualidade. Tal configuração, a proteção institucional pode conviver, contraditoriamente, com intervenções sobre dimensões da vida do adolescente que extrapolam sua finalidade protetiva declarada.

A atuação do sistema de justiça no circuito observado reforça essa leitura. Os relatos indicam que o Judiciário tende a atuar predominantemente como ordenador dos limites das ações voltadas aos adolescentes, seja autorizando, indicando prazos, decidindo desligamentos e menos como agente de promoção de direitos junto ao Estado ou às próprias instituições de acolhimento. Essa configuração é consistente com a tese de Iamamoto (2004) sobre o deslocamento da questão social para a esfera judicial, ao Judiciário cabe regular e decidir sobre os efeitos de uma proteção social insuficiente, mas não necessariamente cobrar do Estado ou das instituições a qualidade e a adequação do que é efetivamente oferecido. Essa lacuna fica particularmente evidente na baixa problematização, observada no relato dos profissionais, sobre se as condições oferecidas pelas instituições de acolhimento de fato representam uma melhoria em relação à situação familiar que motivou o afastamento, uma pergunta que, no desenho normativo-jurídico, deveria ser central, mas que, na prática relatada, permanece pouco explorada.

Essa ausência de problematização tem consequências que se prolongam para além do período de acolhimento. Se a proteção institucional não constrói, de fato, condições materiais e relacionais distintas daquelas que motivaram a retirada da família como a moradia, a renda, o suporte relacional consolidado, o jovem tende a reingressar, na vida adulta, em uma posição estrutural semelhante àquela da qual foi retirado. Essa dinâmica pode ser lida à luz de Bourdieu (1997) quando a instituição, ao não romper efetivamente as disposições e condições estruturais que produziram a situação de vulnerabilidade original, acaba por reproduzir em vez de transformar o habitus e a posição social de origem do jovem. Na mesma direção, Castel (1998) permite nomear esse resultado como uma forma de desfiliação, a ausência de suportes efetivos e continuados após o desligamento reconduz o jovem a uma condição de vulnerabilidade estruturalmente equivalente à anterior ao acolhimento, esvaziando, na prática, a promessa protetiva que justificou a intervenção estatal em primeiro lugar.

Um elemento particularmente relevante do Grafo 3 é a presença da família como nó da rede, não como política pública, mas como recurso social potencialmente acionado para sustentar a trajetória do jovem. Essa inclusão desloca parte da análise da estrutura institucional para a dimensão relacional da proteção, e permite problematizar até que ponto a rede estatal transfere à família responsabilidades de continuidade protetiva que ela própria não consegue garantir.

Por fim, a presença de atores como LEVICA, Casa Herbalife, Centro Cultural e o Sítio em Tinguá/Laboterapia revela que a rede efetivamente mobilizada pelos assistentes sociais não coincide integralmente com a arquitetura formal das políticas públicas. Diante de necessidades concretas, os profissionais acionam organizações, projetos e recursos que não ocupam posição equivalente no desenho normativo da proteção, uma evidência da rede praticada que esta tese busca investigar, e que dialoga com a chave interpretativa rizomática (Deleuze; Guattari, 1995) já mobilizada anteriormente como uma configuração que se reconfigura e se expande a partir das necessidades concretas, e não da previsão normativa.

O resultado mais expressivo encontra-se na distribuição do grau dos nós. A Casa Herbalife, a Casa do Menor São Miguel Arcanjo e a Casa Renascer apresentam, cada uma, grau 16, sendo 16 relações de saída e nenhuma relação de entrada. Em contraposição, os demais 16 atores da rede apresentam grau 3, constituído por três relações de entrada e nenhuma relação de saída. Essa distribuição não é apenas uma diferença quantitativa mostra uma configuração estrutural na qual as instituições de acolhimento constituem os pontos de origem das relações registradas, enquanto os demais serviços aparecem como destinos dos encaminhamentos ou articulações realizadas. O que não tem alteração independente do ponto no qual a saída, todos recebem as demandas e o retorno não ocorre, não se cria comunicação ou fortalecimento do nó.

A distribuição das 48 arestas reforça a concentração das relações nas instituições de acolhimento. No banco analisado, cada uma das três instituições estabelece conexões com os 16 demais atores identificados, totalizando 48 relações. Não foram registradas relações de saída dos demais atores em direção às instituições de acolhimento. Essa configuração caracteriza o Grafo 3 como uma estrutura relacional bipartida e assimétrica, organizada entre um conjunto formado pelas instituições de acolhimento e outro constituído pelos atores e serviços acionados.

Quanto à modularidade, o valor igual a zero deve ser interpretado com cautela. De acordo com o algoritmo e o critério empregados na análise, não foram identificadas comunidades ou agrupamentos estruturalmente diferenciados na rede representada. Esse resultado não permite afirmar a inexistência de segmentações institucionais ou entre políticas,

mas indica apenas que tais diferenciações não foram detectadas pela métrica de modularidade utilizada. Considerado em conjunto com os demais indicadores, o resultado sugere que os atores integram uma mesma estrutura relacional, embora ocupem posições diferenciadas e apresentem níveis distintos de centralidade e participação nas conexões observadas.

Os indicadores de centralidade e a própria distribuição das conexões registradas mostram que as três instituições de acolhimento ocupam posição diferenciada na configuração analisada. Na base construída para o Grafo 3, as relações entre o acolhimento e os demais atores passam predominantemente pelas unidades de acolhimento, que concentram a origem das conexões registradas. Esse padrão indica que, na rede percebida e mobilizada pelos respondentes, elas ocupam posição relacional de destaque.

Não há, na estrutura relatada, nós intermediários que cumpram função de ponte entre dois serviços não vinculados ao acolhimento, o que significa que toda articulação intersetorial identificada na rede depende, direta ou indiretamente, de uma dessas três instituições permanecerem ativas e funcionando como intermediárias. Essa concentração da função de ponte em apenas três nós constitui, ela própria, um indicador de fragilidade estrutural, a eventual saturação, descontinuidade ou fechamento de qualquer uma dessas instituições comprometeria, de forma desproporcional, a conectividade de toda a rede analisada.

Um dos elementos descritivos da configuração analisada é a relação entre diversidade institucional e quantidade de conexões registradas. Embora a representação reúna atores vinculados à assistência social, acolhimento, saúde, justiça, educação, trabalho, habitação, cultura, sociedade civil e família, a densidade calculada para o conjunto é de 0,14. No âmbito da rede representada, esse valor indica que apenas uma parcela das conexões possíveis entre os atores foi registrada na base relacional construída para o estudo. A medida não permite, isoladamente, avaliar a qualidade, a frequência ou a efetividade das articulações institucionais, mas contribui para descrever o padrão de conectividade da configuração analisada.

A confrontação do Grafo 3 com os dados das entrevistas em profundidade e do formulário eletrônico permite qualificar empiricamente a estrutura relacional identificada pelos indicadores de rede. Em primeiro lugar, a natureza predominantemente unidirecional das conexões evidenciada pela ausência de arestas de entrada em direção às instituições de acolhimento encontra correspondência direta nas respostas ao formulário eletrônico (Apêndice B), no qual a alternativa "apenas encaminhamento" aparece como o tipo de articulação mais frequentemente relatado pelos profissionais, em detrimento de modalidades mais recíprocas, como reuniões intersetoriais ou planos de ação conjunto.

Considerados conjuntamente, os dados do formulário e os relatos qualitativos sugerem que parte relevante das articulações da rede ocorre por meio de acionamentos e encaminhamentos pontuais, sem que se estabeleçam, necessariamente, mecanismos permanentes de retorno, acompanhamento compartilhado ou continuidade do fluxo. Essa interpretação decorre exclusivamente da triangulação entre a configuração relacional representada e os relatos dos profissionais sobre a necessidade de acionar, insistir e negociar o acesso aos diferentes serviços. Um profissional aciona outro serviço sem que se estabeleça, necessariamente, retorno, acompanhamento compartilhado ou continuidade do fluxo. Um dos respondentes do CRAS sintetiza essa fragilidade ao apontar a ausência de um cadastro atualizado que permita reconstituir, em rede, o histórico de acesso dos usuários pelos diferentes equipamentos, e outro relato aponta explicitamente a "resistência à intersetorialidade por parte de outras Secretarias" como um dos principais desafios enfrentados.

Em segundo lugar, as entrevistas em profundidade com os profissionais das unidades de acolhimento confirmam que a atividade de sustentar conexões coerente com o grau de saída concentrado nessas instituições no Grafo 3 depende de esforço contínuo e pessoal, e não de fluxos institucionalizados. Uma das entrevistadas afirma que o trabalho em rede acontece muito mais no informal do que no formal, sustentado por grupos de whatsapp entre profissionais e por reuniões presenciais, e não pela normativa prevista. A outra entrevistada reforça que, quando é necessário acionar a rede externa, isso ocorre a partir de contatos pessoais, ligações diretas e mensagens, e não de forma automática. Essas falas dão conteúdo qualitativo ao que o grafo expressa em termos estruturais, são as instituições de acolhimento por meio de seus profissionais que precisam ativar, insistir e negociar cada conexão.

Em terceiro lugar, a configuração da base relacional utilizada na construção do Grafo 3 não registrou conexões tendo os serviços de acolhimento como destino das relações declaradas. Esse padrão encontra eco nos relatos sobre o período pós-desligamento, especialmente na dificuldade de garantir acompanhamento sistemático dos egressos e na permanência apenas pontual de alguns vínculos. A interpretação da fragilidade da continuidade protetiva, portanto, resulta da articulação entre a configuração representada e os dados qualitativos, e não exclusivamente da ausência de conexões de retorno no grafo.

Cabe também destacar que a percepção dos profissionais sobre a rede não é uniformemente negativa, mais de uma resposta ao formulário eletrônico aponta o "comprometimento dos profissionais" e a "adesão dos usuários" como potencialidades, e uma das respondentes observa que, em municípios ou territórios menores, o fato de os profissionais

já se conhecerem torna o serviço menos burocrático e mais eficiente. Essa constatação reforça a leitura híbrida proposta anteriormente que a rede formal, tal como capturada pelos indicadores estruturais do Grafo 3, é frágil e assimétrica, mas essa fragilidade é parcialmente compensada e nunca resolvida por uma camada informal sustentada pelo capital social mobilizado pelos profissionais, o que corrobora tanto a leitura bourdieusiana quanto a chave rizomática já mobilizadas nesta análise, sem que uma substitua a outra.

Essa distinção aproxima-se da discussão de Alchorne e Maciel (2019), para as quais a intersetorialidade demanda a superação de formas fragmentadas e departamentalizadas de atuação e a construção de efetiva articulação entre os diferentes campos da proteção social. Para que esta última exista, seria necessário observar relações estáveis de corresponsabilização, circulação de informações, acompanhamento compartilhado e continuidade dos fluxos. O grafo 3 demonstra a existência da estrutura relacional, mas a natureza e a estabilidade dessas relações precisam ser confrontadas com as entrevistas.

A estrutura bipartida identificada no Grafo 3, com as instituições de acolhimento ocupando a posição de origem das relações e os demais atores aparecendo predominantemente como destinos dos fluxos acionados, evidencia uma forte concentração da capacidade de mobilização institucional. A ausência de arestas de entrada em direção às unidades de acolhimento sugere que, no conjunto das relações registradas, os demais serviços não aparecem como atores que retroalimentam ou reativam de forma autônoma os vínculos com essas instituições. A relação observada aproxima-se, assim, mais de uma dinâmica de encaminhamento e acionamento do que de uma estrutura caracterizada por corresponsabilização recíproca e acompanhamento compartilhado.

Considerando o caráter exploratório da representação, os indicadores de Análise de Redes Sociais mobilizados nesta etapa devem ser compreendidos como recursos descritivos da configuração construída a partir das relações declaradas pelos respondentes. As métricas de densidade, distância, centralidade e intermediação são utilizadas para qualificar padrões estruturais presentes no banco relacional, sem pretensão de mensurar de forma definitiva a intensidade, a frequência ou a efetividade das relações institucionais existentes no município. Da mesma forma, embora a base registre o sentido das conexões declaradas entre os atores, as interpretações produzidas se apoiam na articulação entre a representação gráfica, os indicadores estruturais e os dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas e do formulário. Assim, os resultados da ARS são tratados como elementos complementares de uma análise interpretativa e triangulada, e não como evidência autossuficiente sobre o funcionamento da rede de proteção.

Tal assimetria pode ser analisada, em diálogo com Bourdieu (1997), como expressão de uma distribuição desigual dos recursos relacionais mobilizados no campo da proteção social. As instituições de acolhimento concentram, no conjunto de relações registrado, maior capacidade de iniciar e direcionar acionamentos, enquanto os demais atores aparecem predominantemente como destinos dessas relações. Não se trata, necessariamente, de uma hierarquia formal entre as instituições, mas de uma assimetria relacional que concentra em determinados atores a iniciativa de mobilizar recursos e articular conexões.

A configuração observada também permite qualificar, com mais precisão, os limites da noção de suportes proposta por Castel (1998). Um suporte, para sustentar efetivamente a integração social do sujeito, precisa ser estável e relativamente independente de um único agente ativador. Nesta rede, contudo, cada vínculo depende inteiramente da iniciativa da instituição de acolhimento, se ela deixa de acionar determinado ator, a conexão simplesmente não se sustenta, porque nenhum outro nó possui grau de saída que permita reativá-la. A rede, portanto, não distribui a responsabilidade protetiva, ela a concentra em um único tipo de nó, o que fragiliza estruturalmente sua capacidade de sustentação para além do período de acolhimento.

Os resultados obtidos impõem uma revisão necessária da chave interpretativa rizomática mobilizada anteriormente (Deleuze; Guattari, 1995). Um rizoma, na formulação original dos autores, caracteriza-se justamente pela ausência de centro fixo, por múltiplas entradas e por conexões não hierárquicas entre pontos equivalentes. A estrutura bipartida e assimétrica encontrada no Grafo 3, com toda a capacidade de iniciar relações concentrada em apenas três nós, aproxima-se, na verdade, mais de uma configuração arborescente do que propriamente rizomática. Há uma raiz estrutural única (o acolhimento) da qual todos os demais ramos derivam, sem conexões laterais entre si. A leitura rizomática permanece pertinente para compreender a dimensão informal e contingente das conexões relatadas pelos assistentes sociais, contudo, os atalhos, os contatos pessoais, os acordos previstos não devem ser estendida, sem qualificação, à estrutura formal de origem e destino identificada pelos indicadores de grau. Existe portanto, duas camadas coexistentes na rede analisada, uma camada informal e horizontal, de fato mais próxima do rizoma, sustentada por relações interpessoais e capitais relacionais dos profissionais e uma camada estrutural, hierárquica e centrada no acolhimento, que a métrica de grau revela com clareza. É essa coexistência que talvez melhor descreva a rede de proteção social analisada nesta pesquisa.

Como os atores podem ser alcançados em poucos passos, não parece haver uma barreira estrutural de distância entre os diferentes serviços. O obstáculo está antes na escassez e na seletividade dos vínculos. Isso desloca a interpretação do problema são poucos vínculos e não necessariamente são suficientes para manter todos conectados. Consequentemente, a interrupção de determinados vínculos pode produzir efeitos desproporcionais sobre a circulação dos jovens.

Os resultados revelam, portanto, uma rede de baixa densidade, mas de elevada alcançabilidade estrutural, os atores não se encontram isolados, porém tampouco estão fortemente conectados entre si. A circulação entre diferentes pontos da rede ocorre em poucos passos relacionais, o que sugere que determinados vínculos exercem papel estratégico na manutenção da conectividade do conjunto. A análise do grau e da intermediação permite, nessa dinâmica, identificar quais atores sustentam essa conectividade e se essa posição representa efetiva capacidade de articulação ou concentração de demandas e responsabilidades.

A triangulação dos dados permitiu identificar regularidades, recorrências e assimetrias que dificilmente seriam captadas por um único método, fortalecendo a consistência interna e a densidade interpretativa da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003). Os dados analisados indicam que a rede efetivamente mobilizada pelos profissionais combina duas dinâmicas distintas por um lado, uma camada informal, contingente e não sequencial, sustentada por vínculos pessoais e capitais relacionais, na qual múltiplas instituições e atores se conectam de forma provisória e reconfigurável conforme as necessidades concretas dos jovens; por outro, uma camada estrutural marcada por centralidades bem definidas, na qual as instituições de acolhimento concentram a capacidade de iniciar e sustentar a maior parte das conexões identificadas. Essa coexistência evidencia que a transição para a autonomia não segue um percurso único ou previsível, mas também não se organiza de forma horizontal ou descentralizada, ela se constrói em meio a conexões instáveis e assimétricas, atravessadas por diferentes temporalidades institucionais e por desigualdades estruturais.

O estudo de caso de Nova Iguaçu não é mobilizado com pretensão de representatividade estatística, mas como generalização analítica, nos termos propostos pela literatura qualitativa. Ao permitir observar, em escala local, a articulação entre acolhimento institucional, assistência social, justiça e políticas setoriais, o caso ilumina padrões recorrentes de fragmentação, sobrecarga institucional e ausência de políticas de transição que atravessam o desenho da política social brasileira. Assim, as dinâmicas observadas são tomadas como expressão situada

de arranjos institucionais mais amplos, característicos da forma como o Estado organiza a proteção à juventude em contextos de desinstitucionalização (Yin, 2015; Flyvbjerg, 2006).

A comparação entre as duas configurações de rede permite sistematizar as principais diferenças entre a arquitetura institucional prevista no plano normativo e a forma como as relações são efetivamente produzidas no cotidiano da implementação. A Tabela 4 sintetiza essas diferenças a partir das dimensões estruturais, relacionais e institucionais identificadas na análise dos Grafos 1 e 2.

Tabela 4 - Categorias analisadas na configuração da rede de proteção

Dimensão de análise	Arquitetura normativo-estatal (Grafo 1)	Rede praticada/operada (Grafo 2)
Estrutura geral e articulação	Arquitetura normativa de responsabilidades, competências e interfaces institucionais entre políticas e órgãos do sistema de proteção. A posição dos atores decorre do desenho normativo e não demonstra, por si só, centralidade empírica ou coordenação efetivamente exercida.	Configuração relacional heterogênea e contingente. Diferentes serviços assumem posições distintas conforme as demandas, os territórios e as articulações efetivamente produzidas no cotidiano.
Lógica das conexões e fluxos	Fluxos e responsabilidades previstos normativamente, orientados por marcos legais, administrativos e institucionais. Sua efetivação, continuidade e reciprocidade não são presumidas pelo Grafo 1.	Conexões efetivamente acionadas, marcadas por mediações profissionais, contingências institucionais, interrupções e reconfigurações conforme as necessidades concretas apresentadas.
Bloco jurídico, regulação e controle institucional	Previsão de atribuições e interfaces entre atores como Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos, voltadas à garantia, fiscalização e responsabilização institucional.	Presença recorrente de atores jurídicos e de controle nas relações acionadas. A atuação concreta e os efeitos dessas conexões são analisados a partir dos dados qualitativos e relacionais, sem pressupor funcionamento homogêneo ou permanente.
Bloco de saúde e saúde mental	Previsão de articulação intersetorial com serviços de saúde e atenção psicossocial como componentes da proteção integral.	Maior acionamento em situações de sofrimento psíquico e crise. Os serviços de saúde mental assumem relevância em determinadas trajetórias e situações específicas.

Bloco de emancipação: trabalho, renda e educação	Políticas e direitos previstos como componentes relevantes para a transição à vida adulta e para a ampliação das condições de autonomia. O Grafo 1 indica sua presença na arquitetura normativa, sem demonstrar sua integração efetiva ou capacidade de produzir mobilidade social.	Rarefação e enfraquecimento relacional dessas conexões. Educação, trabalho e renda apresentam menor integração à rede efetivamente acionada, especialmente quando comparados aos setores voltados à gestão imediata da vulnerabilidade.
Papel da assistência social (CRAS/CREAS)	Previsão de responsabilidades territoriais de proteção social, acompanhamento, reinserção familiar e comunitária e acesso a benefícios, conforme as normativas do SUAS.	Forte presença nas conexões efetivamente mobilizadas. Os equipamentos da assistência social absorvem demandas provenientes de diferentes setores, frequentemente atuando como mediadores de problemas que extrapolam suas atribuições específicas.
Habitação e transição: repúblicas	Previsão normativa de modalidades de proteção e transição à vida adulta, incluindo a República como serviço socioassistencial tipificado. A presença no desenho normativo não demonstra sua disponibilidade territorial.	Vazio protetivo habitacional, evidenciado pela ausência de alternativas estruturadas de moradia para a transição dos jovens.
Mecanismos de acesso e mediação	Previsão de encaminhamentos, responsabilidades institucionais, instrumentos técnicos e mecanismos formais de articulação entre políticas. A existência desses dispositivos não permite presumir pactuação efetiva ou funcionamento integrado.	Forte dependência de mediações interpessoais e canais informais, como contatos telefônicos e WhatsApp, além dos recursos relacionais mobilizados pelos profissionais para viabilizar acessos e encaminhamentos.

Temporalidade da proteção	Previsão de acompanhamento e planejamento da trajetória, incluindo instrumentos como o Plano Individual de Atendimento. O desenho normativo estabelece diretrizes de continuidade, sem demonstrar empiricamente sua realização.	Conexões frequentemente episódicas e reativas, intensificadas diante de crises e necessidades imediatas. Observam-se interrupções, reativações e fragilidades na continuidade da proteção após o desligamento.

Fonte: elaborado pela autora (2026).

A síntese apresentada na Tabela 4 evidencia que a distância entre o desenho normativo e a implementação não se reduz à ausência de determinados serviços. O principal descompasso encontra-se na forma como os vínculos são produzidos e sustentados. Enquanto a arquitetura normativa pressupõe complementaridade entre políticas, definição de responsabilidades e continuidade dos fluxos de proteção, a rede praticada revela conexões contingentes, forte dependência da mediação profissional, acionamentos episódicos e desigualdade na participação dos diferentes setores. A implementação, portanto, não reproduz simplesmente o desenho previsto, ela o reconfigura a partir das capacidades institucionais disponíveis, das relações profissionais, das condições territoriais e das demandas concretas que chegam aos serviços.

Além da distribuição relacional dos atores, a análise das redes exige considerar a dimensão temporal da proteção social. As conexões institucionais observadas no pós-acolhimento tendem a se intensificar em momentos de crise e rarear na ausência de mecanismos permanentes de acompanhamento. Essa temporalidade descontínua produz circuitos marcados por interrupções, recomeços administrativos e sucessivas reativações de vínculos institucionais, fazendo com que a permanência dos jovens na rede dependa frequentemente da capacidade individual de determinados profissionais em sustentar mediações ao longo do tempo. A proteção social aparece, assim, menos como fluxo contínuo de garantia de direitos e mais como trajetória irregular de acessos, interrupções e recomposições institucionais.

Em determinados percursos, observa-se a constituição de redes relativamente articuladas, nas quais alguns atores conseguem sustentar fluxos contínuos de encaminhamento e acompanhamento. Em outros, predominam configurações de concentração assimétrica dos fluxos, caracterizadas por conexões descontínuas, circulação precária entre serviços e elevada dependência de mediações interpessoais para acesso a direitos. Há ainda situações em que a rede assume caráter residual, restringindo-se a respostas emergenciais e episódicas, incapazes de produzir sustentação prolongada das trajetórias juvenis.

A análise do grafo construído a partir das respostas dos profissionais permite avançar para uma leitura crítica das políticas de desinstitucionalização, considerando as relações de poder, as formas institucionais de regulação da vulnerabilidade juvenil e os recursos relacionais mobilizados na implementação das políticas. Observa-se a conformação de um núcleo relacional estável, composto majoritariamente por serviços da assistência social, da justiça e da saúde, responsável por regular, conter e administrar as situações de maior vulnerabilidade, ao lado de uma periferia de serviços acionados de modo episódico, vinculados à educação, qualificação profissional, cultura e documentação civil.

Essa diferenciação sugere que a rede opera como um arranjo desigual de funções, no qual determinados nós assumem papéis de contenção e controle, enquanto outros se apresentam como espaços pontuais de oportunidade, frequentemente acessados em momentos críticos da trajetória dos jovens. Ademais, a presença de instituições que não figuram de modo central no desenho normativo da política como serviços específicos de saúde de alta complexidade ou órgãos voltados à regularização documental, indica que a experiência concreta da desinstitucionalização é atravessada por circuitos não antecipados pelas normativas, mas decisivos para a viabilização da cidadania.

Ainda sobre o segundo grafo, este evidencia que a transição para a autonomia ocorre em um campo relacional marcado por temporalidades institucionais descompassadas, no qual respostas emergenciais coexistem com políticas de médio e longo prazo sem articulação efetiva, produzindo percursos descontínuos e exigindo dos jovens e dos profissionais constantes recomeços. Ao revelar essas camadas, funções e tempos sobrepostos, o grafo aprofunda a compreensão da rede como dispositivo social que produz trajetórias desiguais de acesso, reconhecimento e pertencimento.

A leitura dos dados à luz do conceito de rizoma permitiu compreender que as políticas sociais envolvidas nesse processo operam como campos relacionais abertos, nos quais diferentes instituições são acionadas de maneira contingente. A análise das redes evidencia que a circulação dos jovens entre serviços ocorre por meio de múltiplas entradas e saídas, sem que se constitua um percurso previsível ou estabilizado. Nessa direção, a desinstitucionalização se apresenta menos como etapa final de um ciclo de proteção e mais como um processo relacional instável, atravessado por conexões temporárias, interrupções e recomposições constantes.

Os dados analisados evidenciam uma rede sem um centro único de coordenação, embora determinados atores apresentam maior centralidade e concentração de fluxos. Essa configuração indica que a rede opera e pode ser caracterizada como horizontal ou simétrica.

Essa configuração reforça a compreensão de que o funcionamento da rede não pode ser apreendido exclusivamente a partir de sua arquitetura normativa, sendo necessário considerar as práticas cotidianas, os vínculos profissionais e os arranjos informais que sustentam a circulação entre políticas.

A utilização da Análise de Redes Sociais (ARS) possibilitou mapear essas conexões e visualizar como bens simbólicos, informações, encaminhamentos e responsabilidades circulam entre instituições. Os dados revelam que a natureza relacional do poder se expressa na capacidade de determinados atores e serviços de operar como mediadores entre diferentes campos institucionais, conectando políticas que, formalmente, permanecem pouco integradas. Tal achado dialoga com a literatura que compreende as redes como estruturas fundamentais para a organização da vida social contemporânea, nas quais a ação coletiva se constrói a partir de vínculos, interdependências e fluxos (Scott, 1992; Freeman, 2002; Knoke, 1990).

A análise empírica também evidencia que parte significativa da rede acionada não corresponde diretamente aos dispositivos previstos como centrais nas normativas de juventude e assistência social. Instituições voltadas à regularização documental, à saúde de alta complexidade ou a respostas emergenciais surgem como elementos decisivos para a viabilização da vida adulta, ainda que ocupem posição periférica nos desenhos formais das políticas.

Os dados analisados permitem afirmar que a rede que sustenta a desinstitucionalização se configura como um arranjo relacional heterogêneo, marcado pela multiplicidade de atores, pela fluidez das articulações e pela concentração desigual da capacidade de acionamento e mediação. A perspectiva rizomática contribui, nesse contexto, para compreender a produção contingente e não linear das conexões, sem pressupor equivalência entre as posições ocupadas pelos diferentes atores. Na rede analisada, coexistem práticas de proteção, controle, improvisação e reinvenção, enquanto determinadas instituições concentram a capacidade de mobilizar recursos pertencentes a diferentes campos da política social. Essa configuração reforça a compreensão de que a autonomia dos jovens egressos é resultado de uma trama relacional continuamente reconfigurada no encontro entre políticas públicas, territórios, profissionais e sujeitos.

5.1.2 Configuração relacional da rede de proteção em Nova Iguaçu

A etapa seguinte da análise desloca o foco da identificação das conexões mencionadas pelos profissionais para a configuração estrutural da rede de proteção no município de Nova Iguaçu. O objetivo é examinar como os atores identificados se posicionam no conjunto das

relações, considerando não apenas sua presença na rede, mas a quantidade, a direção e a intermediação das conexões estabelecidas.

O banco relacional analisado no Grafo 3 é constituído por 19 nós e 48 arestas. Os nós representam os serviços, órgãos, instituições e demais atores mobilizados no processo de proteção e transição para a vida adulta, enquanto as arestas representam as relações de articulação, encaminhamento, acompanhamento, comunicação ou acionamento institucional identificadas no material empírico. A utilização de métricas de Análise de Redes Sociais permite, nesse nível de análise, distinguir a presença de um ator de sua posição estrutural na rede.

Essa distinção é fundamental porque a existência de determinado serviço na rede não significa que ele possua capacidade equivalente de articulação. No Grafo 3, a distribuição das conexões registradas revela uma assimetria particularmente acentuada. Na base relacional construída para a análise, as três instituições de acolhimento aparecem como origem de 16 conexões cada, enquanto os demais atores aparecem predominantemente como destino dessas conexões. As 48 arestas correspondem, portanto, às relações registradas a partir das três instituições de acolhimento em direção aos demais atores identificados no material empírico. Esse padrão evidencia, no recorte analisado, uma concentração das relações declaradas nas unidades de acolhimento.

A medida de intermediação também diferencia as instituições de acolhimento dos demais atores na configuração analisada. Casa Herbalife, Casa do Menor São Miguel Arcanjo e Casa Renascer apresentam os maiores valores de betweennesscentrality, enquanto os demais atores não apresentam posição equivalente de intermediação na estrutura representada. Esse resultado é compatível com a configuração da base relacional, na qual as instituições de acolhimento concentram as conexões registradas com os demais serviços. A métrica é utilizada, neste estudo, como indicador complementar da posição estrutural diferenciada dessas instituições, e não como demonstração isolada de capacidade efetiva de coordenação da rede.

Outras medidas estruturais calculadas para a representação também diferenciam as instituições de acolhimento dos demais atores. Os valores de closeness e eigenvectorcentrality apresentam maior concentração nas três unidades de acolhimento, enquanto os demais serviços ocupam posições menos centrais na configuração analisada. Esses indicadores são utilizados de forma complementar e exploratória, como elementos de descrição da estrutura representada, devendo ser interpretados em conjunto com a distribuição das conexões e com os dados

qualitativos, e não como medidas isoladas da capacidade efetiva de circulação, influência ou coordenação institucional.

Considerando as alterações realizadas no roteiro de entrevistas ao longo do processo de investigação e a forma como os conteúdos foram mobilizados pelos participantes, procedeu-se à correspondência temática entre as questões originalmente previstas e os conteúdos efetivamente identificados nas transcrições. Essa correspondência é apresentada na Tabela 5, com o objetivo de explicitar quais dimensões do roteiro encontram correspondência direta no material empírico e quais foram abordadas transversalmente, evitando a atribuição de perguntas ou respostas que não aparecem de forma literal nas entrevistas.

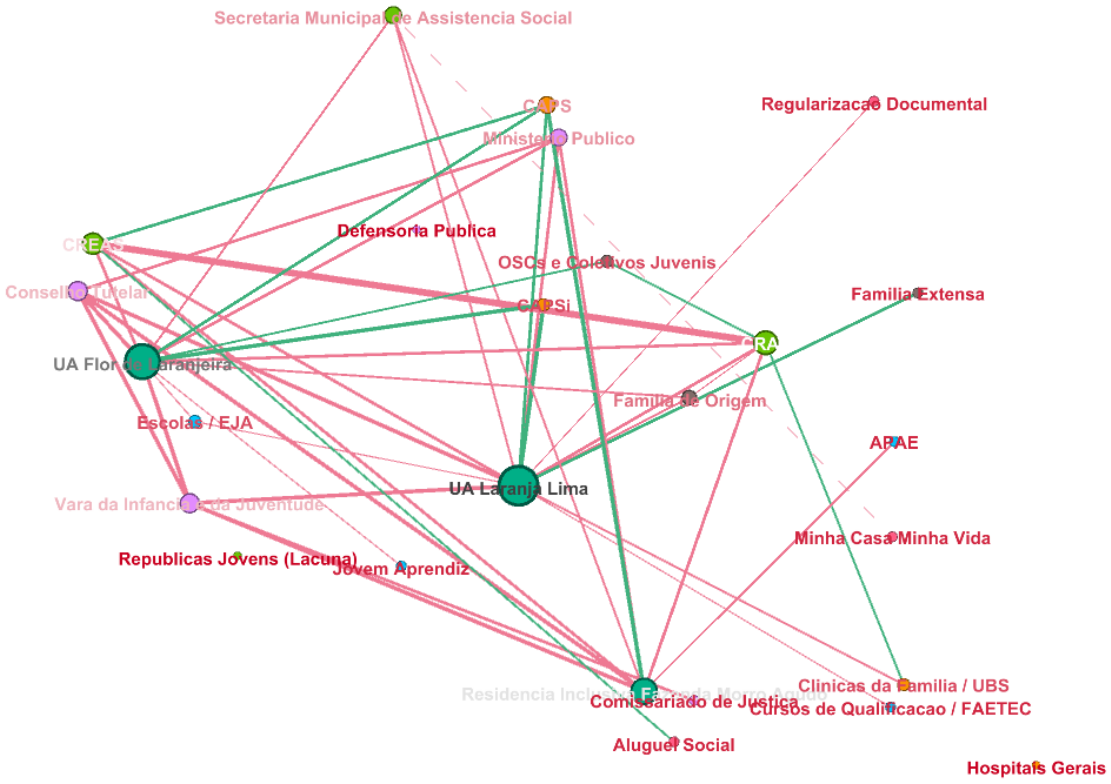
Tabela 5 – Correspondência entre as questões do roteiro de entrevistas e os conteúdos identificados nas transcrições

Questões	Correspondência
1–4	Identificação, função, unidade e tempo de trabalho. Não aparecem como bloco nas transcrições por sigilo.
5	Encaminhamentos após os 18 anos. Correspondente à pergunta sobre o processo de desligamento por maioridade e articulação com a rede.
6	Planejamento/preparação para a saída. Correspondente à pergunta sobre como ocorre o desligamento e seus desafios.
7	Acompanhamento após a saída. Abordado pela pergunta sobre quais políticas/serviços permanecem acessíveis após o desligamento.
8	Políticas públicas antes dos 18 anos. O roteiro privilegia a rede de apoio e os atores/serviços do território.
9	Política específica para a transição à vida adulta. Abordado transversalmente nas questões sobre desligamento, continuidade da proteção e autonomia.
10	Suficiência das políticas públicas. Correspondente à reflexão final sobre mudanças necessárias nas políticas sociais e na rede.
11–15	Parcerias, educação/trabalho, moradia, saúde mental e avaliação da rede. Não aparecem separadamente com esses cinco recortes; são incorporados à discussão mais ampla sobre atores, serviços, acessibilidade, lacunas, continuidade e autonomia.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

O grafo 4 apresentado a seguir constitui, portanto, uma representação da rede efetivamente mobilizada no recorte de Nova Iguaçu e deve ser interpretado conjuntamente com as informações qualitativas produzidas ao longo da pesquisa. Sua função não é apenas ilustrar os serviços existentes, mas tornar visíveis padrões de concentração, periferização, conexão e fragmentação que posteriormente serão confrontados com as narrativas dos profissionais das instituições de acolhimento.

Grafo 4 - Rede de articulação interinstitucional



Fonte: Elaboração da autora, 2026.

A configuração apresentada no Grafo 4 evidencia uma rede heterogênea, composta por atores pertencentes a diferentes campos institucionais. Observa-se a presença simultânea de serviços de acolhimento, assistência social, saúde, justiça, educação, moradia, família e organizações da sociedade civil, indicando que a continuidade da proteção após o acolhimento depende da articulação entre diferentes políticas e dispositivos.

A rede apresenta 26 nós e 44 arestas, configurando uma estrutura relativamente pouco densa. Esse dado é relevante porque demonstra que a existência de múltiplos atores não corresponde necessariamente a uma rede densamente articulada. Ao contrário, parte significativa das possibilidades de conexão entre os atores permanece não realizada. A

configuração observada indica, portanto, que a questão central reside na capacidade de produzir e sustentar relações de articulação entre eles.

A distribuição espacial dos nós também evidencia diferenças importantes de conectividade. Alguns atores ocupam posições mais centrais e concentram maior número de relações, enquanto outros aparecem nas margens da estrutura, conectados por poucas arestas. Essa diferenciação permite identificar uma característica fundamental da rede analisada, a capacidade de articulação não está distribuída de maneira homogênea entre os diferentes campos da proteção social.

Nessa configuração, é possível observar uma rede que articula diferentes políticas, mas cuja articulação ocorre de maneira desigual. A presença de atores periféricos não significa necessariamente ausência institucional indica, antes, que determinados serviços participam de forma menos frequente ou menos integrada dos circuitos relacionais identificados. Para a análise da transição para a vida adulta, essa distinção é particularmente importante, pois políticas relacionadas à moradia, educação, trabalho, documentação e inserção comunitária possuem papel decisivo na construção da autonomia, ainda que possam ocupar posições menos conectadas na rede.

Embora o grafo evidencie posições, concentrações e periferias, as entrevistas permitem compreender os processos profissionais e institucionais que produzem essas configurações. Por essa razão, a análise da rede é aprofundada, no item seguinte, a partir das narrativas dos profissionais das instituições de acolhimento de Nova Iguaçu, buscando compreender como os fluxos identificados no grafo 4 são efetivamente mobilizados no processo de preparação para a maioridade e desligamento institucional.

A contribuição de Foucault (2007; 2008) permite compreender o poder não apenas como atributo de uma instituição ou de um agente, mas como algo que se exerce por meio de práticas, saberes, procedimentos e relações. No campo das políticas de proteção, essa perspectiva orienta a atenção para os modos pelos quais as instituições definem prioridades, estabelecem critérios de acesso, organizam encaminhamentos e delimitam responsabilidades. O poder também se manifesta na capacidade desigual de produzir registros, fazer circular informações, reconhecer demandas e determinar quais necessidades serão incorporadas às respostas institucionais. Assim, a análise das redes não se restringe à identificação dos atores e dos vínculos existentes: considera também as relações de poder que atravessam a produção, a manutenção e a interrupção dessas conexões. Essa contribuição é mobilizada em escala relacional e institucional, sem substituir a explicação histórico-estrutural das desigualdades.

O deslocamento analítico aqui proposto consiste em aproximar o olhar da materialidade cotidiana da política, examinando como as diretrizes normativas, os arranjos institucionais e as articulações intersetoriais se traduzem, ou se tensionam, no interior dos serviços responsáveis pelo acompanhamento direto de adolescentes em processo de transição para a vida adulta.

O roteiro de entrevista foi construído com o objetivo de identificar três dimensões analíticas centrais, são eles, os fluxos institucionais efetivamente acionados no momento da maioridade, os mecanismos de preparação e acompanhamento pós-acolhimento e a avaliação crítica das políticas públicas existentes, especialmente no que se refere à moradia, trabalho, renda e saúde mental. As respostas evidenciam que, embora haja esforços institucionais sistemáticos de preparação prévia com inserção em cursos profissionalizantes, escolarização regular e programas de aprendizagem, o momento do desligamento permanece marcado por elevada incerteza e fragilidade de suporte continuado. Conforme questionário na íntegra em anexo II.

De modo recorrente, os profissionais entrevistados afirmam que não existe uma política pública estruturada e específica para a transição pós-18 anos, sendo a chamada “república” apontada como principal lacuna institucional. A ausência desse dispositivo faz com que a saída do acolhimento dependa de soluções provisórias, frequentemente construídas por meio de articulações informais com secretarias municipais, programas habitacionais generalistas, aluguel social ou, em alguns casos, retorno familiar fragilizado. Por tal razão, a rede acionada no pós-acolhimento corresponde a um conjunto de arranjos contingentes, fortemente dependentes da capacidade relacional das equipes técnicas.

Outro aspecto central evidenciado pelas entrevistas diz respeito à temporalidade da proteção. Enquanto o período anterior à maioridade é descrito como intensamente normatizado e respaldado por marcos legais e institucionais, o pós-18 anos surge nas narrativas como um "vazio protetivo", no qual o jovem passa a ser responsabilizado individualmente por sua subsistência, moradia e continuidade de cuidados, inclusive em saúde mental. A interrupção ou fragilização de acompanhamentos psicológicos e terapêuticos após a saída do acolhimento aparece como um dos principais entraves à consolidação de trajetórias autônomas, evidenciando a descontinuidade entre políticas da infância/adolescência e políticas voltadas à juventude e à vida adulta.

Esse achado dialoga com um fenômeno amplamente documentado pela literatura internacional sobre desligamento do acolhimento, aquilo que Stein (2006) descreve como transições aceleradas e comprimidas. Diferentemente de jovens que não passaram pelo sistema

de proteção para os quais a transição à vida adulta costuma ocorrer de forma gradual, escalonada ao longo de vários anos e sustentada por suporte familiar contínuo, jovens egressos do acolhimento são levados a completar, num intervalo de tempo comprimido e frequentemente marcado por um único evento administrativo (o aniversário de 18 anos), um conjunto de transições que, para a maioria da população, se distribui ao longo de quase uma década, o ato de sair de casa, tornar-se financeiramente independente, assumir plena responsabilidade por sua própria saúde e sustentar vínculos afetivos e comunitários sem mediação institucional. O que para a generalidade dos jovens brasileiros é processo, para os egressos do acolhimento é marco, uma diferença de temporalidade que a própria arquitetura normativa da proteção, centrada no corte etário, contribui para produzir e não para mitigar.

Esse contraste se torna ainda mais evidente quando comparado ao padrão observado na população jovem brasileira em geral. Dados do IBGE (2016) mostram que a saída da casa dos pais no Brasil vem sendo sistematicamente adiada, e não antecipada, a proporção de jovens de 25 a 34 anos que ainda residem com a família é um fenômeno descrito na literatura como "geração canguru" e passou de aproximadamente 20% para 24% entre 2002 e 2012, sustentada por fatores como prolongamento dos estudos, dificuldades no mercado de trabalho e o alto custo de vida nas grandes cidades. Enquanto a maioria dos jovens brasileiros, portanto, dispõe da possibilidade de protelar sua autonomia residencial até bem depois dos 25 anos, amparados por suporte familiar contínuo, o jovem egresso do acolhimento é compelido a completar sua transição para a vida adulta de forma comprimida e compulsória, precisamente na idade em que a maior parte de seus pares ainda não iniciou esse processo.

Essa descontinuidade temporal pode ser lida, ainda, a partir da noção de suportes proposta por Castel (1998), a integração social depende da existência de suportes estáveis e continuados, e não de sua mera disponibilidade até um marco cronológico predeterminado. Ao interromper abruptamente o acompanhamento em saúde mental, a mediação institucional e o suporte material exatamente no momento em que o jovem mais precisaria de gradualismo e não de ruptura para consolidar sua trajetória, o desenho da política de proteção brasileira produz aquilo que se poderia nomear como uma desfiliação programada. Que não é um efeito colateral imprevisto do sistema, mas uma consequência estrutural do modo como a proteção foi normativamente concebida, com prazo de validade fixado pela idade, e não pela efetiva capacidade de autonomia do sujeito. Essa temporalidade também reforça a crítica já discutida sobre o deslocamento da questão social para a esfera judicial (Iamamoto, 2004), onde cabe ao Judiciário decretar o fim formal da medida protetiva aos 18 anos, mas não existe instância

equivalente com o mandato e os recursos necessários para decretar, e sobretudo para garantir, a continuidade da proteção depois desse marco.

As respostas do formulário (anexo II) também permitem identificar a existência de uma rede paralela de sustentação, composta por práticas institucionais não formalizadas, como campanhas solidárias, doações, “chás de panela”, acolhimento simbólico e, em alguns casos, reinserção dos jovens no próprio serviço como trabalhadores. Esses elementos, embora não previstos nas normativas da política socioassistencial, surgem como estratégias concretas de enfrentamento das lacunas do Estado, revelando uma dimensão ética e relacional do cuidado que extrapola o escopo institucional, mas que, paradoxalmente, reforça a precariedade estrutural da proteção social no pós-acolhimento.

Do ponto de vista analítico, o material empírico produzido pelas entrevistas permite deslocar a compreensão da rede enquanto estrutura formal e arranjo interinstitucional para uma leitura centrada nas dinâmicas concretas de mediação, negociação e sustentação da proteção social no cotidiano do acolhimento. A construção do grafo 4 derivado das narrativas profissionais possibilita visualizar os fluxos efetivamente mobilizados no momento da maioridade, os vínculos que concentram funções de intermediação, os tempos de acompanhamento, as zonas de rarefação institucional e os dispositivos estruturalmente ausentes, como as repúblicas juvenis. Mais do que representar conexões formais, o grafo 4 torna visível a arquitetura relacional da desinstitucionalização, evidenciando como a continuidade da proteção depende de articulações instáveis, frequentemente sustentadas por mediações profissionais e arranjos contingentes diante das lacunas das políticas públicas.

As instituições de acolhimento emergem, nas narrativas profissionais e no Grafo 4 construído a partir das entrevistas, como nós centrais de articulação da rede de proteção social intersetorial. Para além do cuidado direto e da proteção especial de alta complexidade, esses serviços passam a operar como mediadores entre a assistência social, o sistema de justiça, a saúde mental, as políticas educacionais e alternativas frequentemente precárias de moradia e inserção laboral. Essa centralidade evidencia um paradoxo constitutivo da desinstitucionalização: ao mesmo tempo em que o jovem deixa de ser reconhecido como sujeito prioritário da proteção infanto-juvenil, amplia-se sobre ele a exigência de autonomia individual em um contexto marcado por escassez material, fragilidade relacional e descontinuidade institucional. A ausência de políticas estruturadas de transição, especialmente no campo da moradia, desloca para as instituições de acolhimento e suas equipes técnicas a responsabilidade de construir soluções contingentes capazes de evitar rupturas abruptas nas trajetórias juvenis.

Do ponto de vista sociológico, o grafo 4 revela uma rede marcada pela persistência da lógica jurídico-tutelar, mesmo após a maioridade formal. A presença recorrente da Vara da Infância e Juventude, do Comissariado e do Conselho Tutelar indica que o desligamento institucional reinscreve em novas configurações. A transição, assim, não representa a passagem para um regime de direitos universais próprios da vida adulta, mas a continuidade de uma governamentalidade tutelar, agora sustentada pela ausência de políticas públicas capazes de garantir condições materiais e simbólicas de autonomia. O jovem deixa de ser "caso da infância", mas não se torna plenamente sujeito das políticas de juventude.

As entrevistas trazem que esse prolongamento da tutela convive com uma transferência progressiva de responsabilidades para o próprio jovem, configurando um paradoxo central do processo de desinstitucionalização, como dito, exige-se autonomia em um contexto de escassez material, fragilidade relacional e descontinuidade institucional. Tal dinâmica se expressa na forma como a moradia aparece no grafo 4, reconhecida como condição fundamental para a autonomia, mas acessada apenas por meio de dispositivos emergenciais, como o aluguel social, ou por políticas generalistas, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que não foram concebidas para responder às especificidades dos egressos do acolhimento. A ausência de uma política estruturada de repúblicas juvenis constitui, nesse sentido, uma lacuna organizadora do grafo 4, um nó ausente que tenciona toda a rede.

A saúde mental está presente na rede acionada a partir do acolhimento, representada por CAPS, CAPS Infantojuvenil, serviços de apoio psicossocial e outros dispositivos de cuidado. Sua presença evidencia que a dimensão do cuidado integra os circuitos institucionais mobilizados nas trajetórias analisadas. As políticas de educação, cultura e trabalho, por sua vez, apresentam menor integração aos circuitos relacionais identificados, com conexões mais pontuais. Essa diferença de posição significa, no recorte empírico analisado, que sua articulação ocorre de forma menos frequente ou menos integrada. Em conjunto com os relatos dos profissionais, esses resultados permitem interpretar que a rede acionada responde de maneira mais consistente às demandas imediatas de proteção e vulnerabilidade do que à construção de condições institucionais continuadas para a autonomia e a inserção social dos jovens.

As políticas de educação, cultura e trabalho, frequentemente associadas à emancipação e à inclusão social, aparecem no grafo 4 de forma periférica e pouco densa. Escola, programas de aprendizagem e equipamentos culturais são acionados de maneira pontual, sem articulação orgânica com os demais serviços. Essa posição periférica indica que as políticas relacionadas à educação, ao trabalho e à inserção comunitária ocupam posição menos integrada na rede

praticada, enquanto os serviços relacionados à proteção, ao cuidado e ao controle apresentam maior conectividade. Em articulação com os relatos dos profissionais, essa configuração permite interpretar que a rede acionada responde de forma mais consistente às situações imediatas de proteção e vulnerabilidade do que à construção de condições institucionais continuadas para a autonomia e a inserção social dos jovens.

Outro aspecto diz respeito à família, que surge no grafo 4 como alternativa recorrente de saída do acolhimento, mas sem articulação consistente com uma rede de suporte continuado. O retorno familiar aparece, nas narrativas profissionais, como solução administrativa frequentemente adotada diante da inexistência de outras alternativas, mesmo quando os vínculos são frágeis ou atravessados por conflitos. Essa centralidade ambígua da família evidencia a transferência implícita da responsabilidade estatal para o âmbito privado, sem que se construam condições efetivas de acompanhamento e proteção no território.

A análise do grafo 4 construído a partir das entrevistas com profissionais das instituições de acolhimento em Nova Iguaçu permite avançar para uma leitura crítica das políticas de desinstitucionalização à luz dos conceitos de biopoder e capital social. A configuração relacional evidenciada não pode ser compreendida apenas como resultado de falhas administrativas ou insuficiência de recursos, mas como expressão de modos específicos de gestão da vida e da vulnerabilidade juvenil no interior do Estado contemporâneo.

Sob essa perspectiva, a configuração relacional observada pode ser interpretada, à luz de Foucault (2007), a partir das formas pelas quais instituições, práticas e dispositivos participam da regulação das trajetórias juvenis. No caso analisado, os dados não permitem afirmar a existência de um sistema de gestão estatística da população egressa ou de tecnologias específicas de classificação e mensuração de riscos. Permitem, contudo, problematizar a persistência de práticas institucionais de acompanhamento, encaminhamento, regulação e intervenção sobre trajetórias marcadas pela vulnerabilidade. Diante desse quadro, mais do que caracterizar a rede como expressão direta de um regime de biopoder em sentido estrito, a análise permite discutir formas de governamentalidade e de administração institucional das vulnerabilidades, nas quais proteção, cuidado, regulação e responsabilização individual se articulam de maneira contraditória.

A saída do acolhimento, portanto, não representa necessariamente uma ruptura imediata com as formas institucionais de tutela e acompanhamento que marcaram a trajetória anterior dos jovens. Os dados indicam a permanência de diferentes mecanismos de regulação e mediação institucional, ao mesmo tempo em que se intensifica a expectativa de que o próprio

jovem assuma responsabilidades relativas à sua moradia, renda, trabalho e inserção social. Configura-se, assim, uma tensão fundamental: exige-se autonomia em condições nas quais a continuidade da proteção é fragmentada e as condições materiais para sua construção permanecem insuficientes.

Somam-se a esse processo a ausência de políticas estruturadas de moradia, trabalho e renda, evidenciada no grafo 4 como “nós frágeis” ou ausentes revela que determinados jovens são empurrados para zonas de vida precarizada, nas quais o Estado não assegura condições mínimas de existência digna, limitando-se a intervenções emergenciais ou paliativas. Nesse contexto, a desinstitucionalização pode expor os jovens a trajetórias marcadas pela insegurança habitacional, pela instabilidade econômica e pela fragilidade dos suportes institucionais e relacionais, especialmente quando a saída do acolhimento não é acompanhada pela garantia de condições materiais continuadas de proteção.

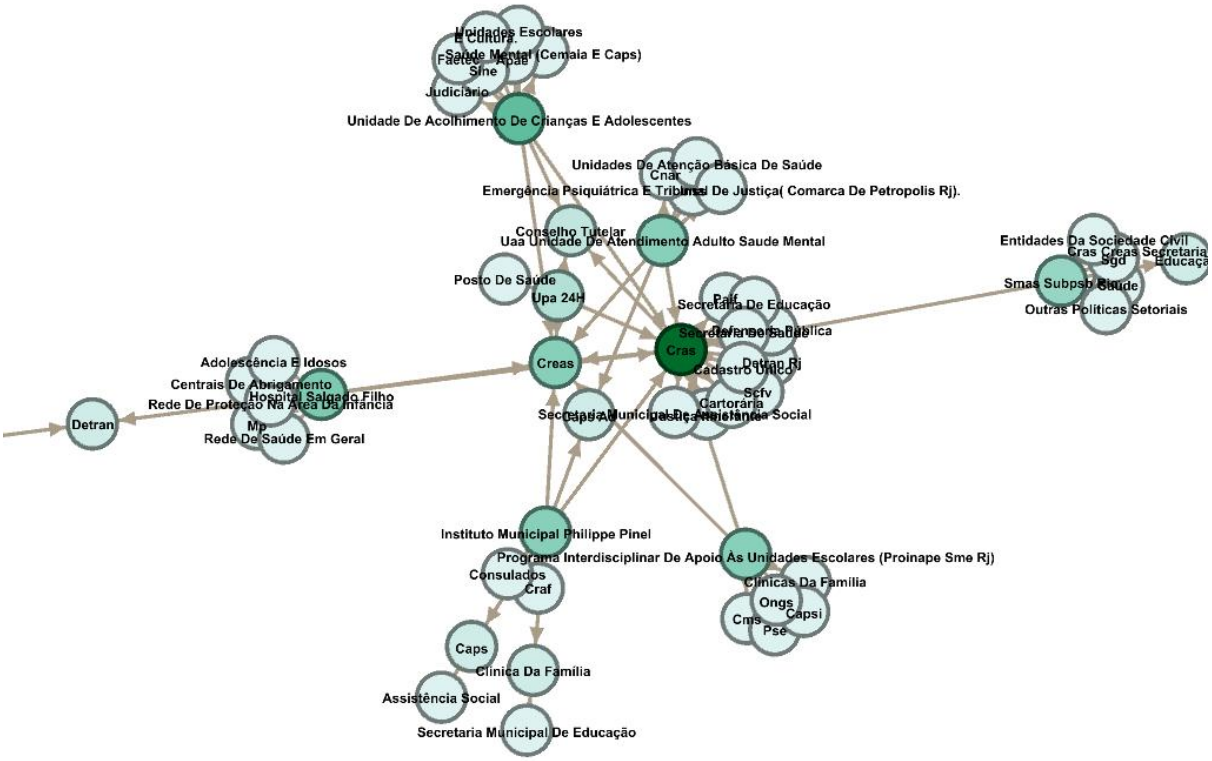
A articulação entre a análise das formas institucionais de regulação das trajetórias, em diálogo com a perspectiva da governamentalidade em Foucault (2008), e a discussão sobre os recursos relacionais mobilizados pelos profissionais, conforme a contribuição de Bourdieu (2015), permite compreender que a rede praticada no processo de desinstitucionalização não opera exclusivamente por meio de políticas estruturadas e continuadas. A proteção depende, em grande medida, de mediações institucionais, recursos relacionais e estratégias contingentes acionadas diante das lacunas existentes entre diferentes políticas públicas. Visto que a autonomia juvenil corre o risco de ser deslocada para o plano da responsabilização individual, sem que sejam asseguradas, de forma equivalente, as condições materiais e institucionais necessárias à sua construção, particularmente aquelas relacionadas à moradia, à renda, ao trabalho, à educação e à continuidade da proteção social (Fraser, 2007; Castel, 1998).

Até este ponto, a análise evidenciou diferenças importantes entre a arquitetura normativa da proteção social, as relações formalmente previstas e as conexões efetivamente mobilizadas no cotidiano institucional. O debate a partir dos grafos e a triangulação com os formulários e as entrevistas indicam que a rede praticada se organiza a partir de centralidades específicas, mediações profissionais e articulações contingentes, especialmente diante das lacunas existentes nas políticas voltadas à transição para a vida adulta.

Apresentamos como grafo 5, abaixo, a sobreposição das duas camadas, como a política social direcionada à juventude egressa do acolhimento opera de forma segmentada, produzindo redes que coexistem, mas não se integram plenamente. Enquanto a rede mais ampla se organiza a partir de dispositivos administrativos e normativos, a rede acionada a partir do acolhimento

revela uma lógica emergencial, centrada na mediação profissional e na gestão de crises. A assistência social aparece como zona de tradução entre essas camadas, assumindo a sobrecarga decorrente da ausência de articulação sistêmica. A comparação entre as camadas evidencia que as políticas de educação, trabalho, cultura e moradia apresentam menor presença ou menor conectividade na rede efetivamente acionada em comparação com sua previsão na arquitetura normativa.

Grafo 5 - Sobreposição da rede normativo-estatal e da rede acionada pelas instituições de acolhimento



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A representação conjunta das duas camadas permite uma leitura comparativa da rede normativo-estatal e da rede acionada pelas instituições de acolhimento. No Grafo 5, a comparação é realizada em caráter analítico e visual, considerando a presença dos atores e vínculos representados em cada camada e os contrastes de configuração que a representação torna observáveis. Não foi calculada uma medida de sobreposição ou de distância entre as redes;

por isso, a figura não permite quantificar o grau de coincidência entre nós e arestas, nem estimar estatisticamente a magnitude das diferenças identificadas.

A leitura comparativa sugere que determinados atores e conexões previstos na arquitetura normativo-estatal têm presença menos visível na rede acionada no cotidiano institucional, especialmente nos campos da educação, do trabalho, da cultura e da moradia. Essa interpretação deve ser compreendida nos limites dos dados e da representação gráfica. Apontam-se diferenças de composição e de articulação entre as camadas, mas não constitui uma mensuração formal de sua sobreposição. O Grafo 5, portanto, funciona como síntese visual e instrumento de interpretação conjunta dos resultados, a ser lido em articulação com os demais grafos, os formulários e as entrevistas.

A sobreposição das duas camadas de análise, a rede de proteção social intersetorial mais ampla e a rede acionada a partir das instituições de acolhimento, constitui um avanço metodológico e analítico fundamental para a compreensão das políticas sociais direcionadas aos jovens egressos do acolhimento institucional. Diferentemente da leitura isolada de cada grafo 5, a comparação visual entre as duas camadas permite observar deslocamentos de centralidade, fraturas intersetoriais e dissociações entre planejamento normativo e prática institucional, revelando que a política social opera de forma estratificada e segmentada, mesmo quando orientada por princípios formais de integração.

Nessa perspectiva comparativa, o Grafo 5 evidencia configurações relacionais distintas nos níveis da formulação normativa e da operação institucional. A comparação entre as duas camadas permite observar uma sobreposição limitada entre os atores e vínculos representados na rede normativo-estatal e aqueles que aparecem na rede efetivamente acionada a partir das instituições de acolhimento. Essa sobreposição é compreendida, neste estudo, de forma analítica e visual, a partir da comparação das duas camadas representadas, não correspondendo a uma medida quantitativa específica de coincidência entre vínculos. Enquanto a camada mais ampla apresenta uma configuração orientada por dispositivos administrativos e normativos, como secretarias, serviços tipificados e interfaces institucionais previstas, a camada construída a partir do acolhimento evidencia uma rede de caráter eminentemente operativo, marcada pela mediação direta, pelo acionamento contingente de serviços e pela resposta a situações concretas de vulnerabilidade.

Essa distinção entre a arquitetura formalmente prevista e as mediações efetivamente mobilizadas permite problematizar os limites da institucionalização da proteção social e a distância entre a garantia formal de direitos e suas condições concretas de efetivação,

especialmente em contextos marcados pela fragmentação das políticas públicas e pelas desigualdades de acesso aos recursos sociais (Iamamoto, 2008; Yazbek, 2012). Essa dissociação reforça críticas já consolidadas na literatura acerca da intersetorialidade como diretriz mais retórica do que efetiva no âmbito das políticas sociais brasileiras (Junqueira, 1997; Inojosa, 2001).

Como consequência dessa configuração, a centralidade assumida pela assistência social no grafo sobreposto se traduz em sobrecarga funcional, uma vez que CRAS, CREAS e as secretarias de assistência aparecem como zonas de tradução entre camadas que não se comunicam plenamente. Tal achado dialoga com a análise de Iamamoto (2008), ao evidenciar a tendência histórica de deslocamento das expressões da questão social para o campo assistencial, atribuindo-lhe responsabilidades que extrapolam sua capacidade institucional e seu mandato político. A assistência social passa a operar como mediadora das lacunas do Estado, assumindo o ônus da fragmentação intersetorial.

O acolhimento institucional, por sua vez, revela uma mudança significativa de estatuto quando analisado no grafo 5. Se na rede mais ampla aparece como um serviço entre outros, na rede acionada a partir da prática cotidiana ele se configura como nó central de articulação, absorvendo e redistribuindo demandas provenientes de diferentes políticas. A sobreposição dos grafos torna visível que o acolhimento funciona como dispositivo compensatório das falhas sistêmicas da política social, e não como etapa articulada de uma política estruturada de transição para a vida adulta. Essa centralidade informal evidencia que a desinstitucionalização ocorre em um campo marcado por responsabilização institucional difusa, sem definição clara de atribuições na pós-maioridade.

Outro aspecto relevante evidenciado pela análise comparativa por sobreposição de redes diz respeito à persistência da lógica jurídico-tutelar no processo de transição. A presença reiterada de dispositivos da justiça e do sistema de garantia de direitos em ambas as camadas indica que o desligamento institucional os reinscreve em novas configurações. Tal dinâmica pode ser compreendida, à luz do conceito de biopoder, como expressão de formas institucionais de administração de riscos, regulação de condutas e contenção de vulnerabilidades, especialmente quando articulada aos relatos dos profissionais sobre os mecanismos de acompanhamento e proteção.

As políticas associadas à emancipação material e simbólica, educação, trabalho, cultura e moradia, aparecem enfraquecidas na interseção das camadas, ocupando posições periféricas e pouco densas no grafo sobreposto. Esse achado empírico é particularmente relevante, pois

demonstra que quanto mais a análise se aproxima do jovem egresso concreto, menor é a presença efetiva dessas políticas na rede praticada. Tal evidência confirma que a autonomia juvenil é frequentemente exigida em contextos nos quais as condições materiais e institucionais para sua construção são insuficientes, reforçando processos de exclusão e vulnerabilização.

O conjunto dessas relações problematiza o papel dos recursos relacionais mobilizados pelos profissionais na mediação da política social. Esse uso de recursos relacionais pode ser compreendido, em diálogo com Bourdieu (2007), como expressão de desigualdades no acesso e na mobilização de recursos inscritos nas relações sociais. Putnam (2007) é mobilizado de maneira complementar para discutir a dimensão cooperativa e a capacidade de articulação produzida pelos vínculos sociais.

Assim, a análise do grafo 5 constitui uma contribuição para o campo da política social ao demonstrar que a desinstitucionalização de jovens egressos do acolhimento ao tornar visíveis as fraturas, sobrecargas e ausências que estruturam a rede praticada, o grafo 5 desloca o debate da eficácia normativa das políticas para a análise crítica de seus efeitos concretos, evidenciando que a proteção social, tal como operacionalizada, regula a precariedade mais do que promove a autonomia.

Ao evidenciar as diferenças entre redes prescritas, redes praticadas e redes efetivamente acionadas no cotidiano do acolhimento, o debate contribui para o campo da política social ao demonstrar que a intersetorialidade deve ser analisada a partir de suas materializações concretas e de seus efeitos sobre os sujeitos.

O conjunto de análises desenvolvidas neste capítulo permite afirmar que a desinstitucionalização de jovens oriundos de instituições de acolhimento, tal como vem sendo praticada no contexto brasileiro, não pode ser compreendida apenas como etapa administrativa de desligamento nem como simples transição etária entre as políticas destinadas à infância e aquelas voltadas à vida adulta. Tratam-se, antes, de um processo social complexo, atravessado por disputas institucionais, assimetrias de poder e profundas lacunas na arquitetura da política social, que produzem trajetórias marcadas pela precariedade, pela descontinuidade e pela responsabilização individual em contextos de escassez estrutural.

Do ponto de vista analítico, a construção e a leitura articulada dos Grafos 1, 2, 3, 4 e 5 permitiram examinar as diferenças entre a arquitetura normativa da proteção social e as relações efetivamente mobilizadas no cotidiano institucional. Os resultados evidenciam que a rede de proteção acionada no pós-acolhimento se organiza como um arranjo relacional marcado por centralidades específicas, mediações profissionais, conexões contingentes e respostas

construídas diante das lacunas existentes entre diferentes políticas. A análise comparativa evidencia, ainda, que a intersetorialidade, embora amplamente enunciada como diretriz da política social, se materializa de forma fragmentada e desigual.

Outro elemento relevante diz respeito à permanência de formas institucionais de regulação das trajetórias juvenis no período posterior à maioridade. A presença recorrente de dispositivos vinculados ao sistema de justiça na rede construída a partir das entrevistas indica que o desligamento institucional não representa uma ruptura imediata com as mediações e regulações que atravessaram a trajetória dos jovens durante o acolhimento. A transição para a vida adulta ocorre, assim, em meio à permanência de diferentes circuitos institucionais de acompanhamento e intervenção, ao mesmo tempo em que se amplia a expectativa de responsabilização individual. Esse achado tensiona concepções normativas de autonomia, ao evidenciar que sua exigência não é necessariamente acompanhada pela garantia das condições materiais, institucionais e relacionais necessárias à sua efetivação.

Do ponto de vista das contribuições analíticas para o campo da Política Social e do Serviço Social, os resultados evidenciam que a desinstitucionalização, tal como vem sendo operacionalizada configura um processo marcado pela transferência fragmentada e desigual de responsabilidades entre instituições, profissionais, famílias e os próprios jovens. Ao revelar as centralidades, periferias e ausências que conformam a rede praticada, o capítulo desloca o debate da eficácia normativa das políticas para a análise crítica de seus efeitos concretos, abrindo caminho para repensar estratégias de proteção social que articulem de forma integrada, condições materiais, vínculos sociais e reconhecimento como fundamentos da autonomia juvenil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu da inquietação, situada no campo da Política Social e do Serviço Social, de compreender como se materializam, na prática, as políticas destinadas aos jovens que deixam instituições de acolhimento ao atingirem a maioridade. Ao longo da investigação, evidenciou-se que a questão central diz respeito à forma pela qual o Estado organiza a continuidade, e também produz descontinuidades da proteção social no momento em que esses jovens transitam de uma condição institucionalizada para uma autonomia formalmente exigida, porém frequentemente desprovida dos suportes materiais e institucionais necessários à sua construção.

A partir desse percurso investigativo, foi possível deslocar o foco de uma leitura predominantemente descritiva das redes de proteção para uma análise crítica de seus modos concretos de funcionamento, de suas assimetrias internas e de suas descontinuidades estruturais. Essa heterogeneidade adquire contornos particularmente nítidos quando a temporalidade da proteção é tomada como categoria analítica. Enquanto o período anterior à maioridade se caracteriza por intensa normatização e respaldo institucional, o momento do desligamento inaugura, nas trajetórias investigadas, um vazio protetivo no qual o jovem passa a ser responsabilizado individualmente por dimensões da vida que, para a maior parte da juventude brasileira, permanecem sustentadas pela família por muito mais tempo.

O contraste entre a compressão temporal imposta aos egressos do acolhimento obrigados a completar num único marco administrativo, transições que a literatura internacional descreve como aceleradas e comprimidas (Stein, 2006). A transição para a vida adulta no Brasil ocorre em um contexto de persistentes dificuldades para a construção da autonomia material. Embora a saída do domicílio familiar não possa ser reduzida à inserção no mercado de trabalho, dados do IBGE evidenciam as condições desiguais que atravessam as trajetórias juvenis. No terceiro trimestre de 2024, o nível de ocupação da população entre 25 e 39 anos foi de 76,7%, o mais elevado entre os grupos etários analisados. Esse dado indica que a inserção laboral, por si só, não assegura necessariamente condições suficientes para a constituição de uma vida independente. Em levantamento anterior do próprio IBGE (2016), a proporção de pessoas entre 25 e 34 anos que permaneciam na condição de filhos no arranjo familiar alcançou 25,3% em 2015, mesmo apresentando nível de ocupação de 71,7%. A permanência no domicílio familiar, portanto, não pode ser interpretada exclusivamente como consequência da ausência de trabalho, mas deve ser relacionada às condições mais amplas de acesso à renda, à moradia e às redes familiares de suporte (IBGE, 2016; IBGE, 2024).

Os achados também permitem problematizar a própria noção de autonomia mobilizada no processo de desligamento institucional. A autonomia não pode ser compreendida como resultado exclusivo do reconhecimento da capacidade individual do jovem para conduzir a própria vida, pois sua construção depende de condições concretas de existência. O acesso à moradia, à renda, ao trabalho, à educação e à continuidade da proteção social constitui dimensão material indispensável para que a autonomia possa ser efetivamente exercida. Nessa perspectiva, o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos mostra-se insuficiente quando não acompanhado de condições redistributivas capazes de reduzir as desigualdades que atravessam suas trajetórias.

Nesse processo, a articulação entre políticas sociais e redes de proteção interfere diretamente nos processos de proteção e desproteção dos jovens egressos porque a existência formal de políticas e serviços não assegura, por si só, a continuidade da proteção. Quando a articulação intersetorial é fragmentada, descontínua e dependente de mediações contingentes, o acesso aos direitos torna-se desigual e a trajetória juvenil passa a depender da capacidade dos profissionais e das instituições de construir conexões que deveriam estar asseguradas como responsabilidade pública. A desproteção, portanto, não decorre apenas da ausência de políticas, mas também dos limites concretos de sua articulação e de sua capacidade de produzir continuidade protetiva.

Ao reconstruir historicamente a constituição das políticas de proteção à infância e juventude no Brasil, demonstra-se que os avanços normativos produzidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Sistema Único de Assistência Social e pelo Estatuto da Juventude coexistem com permanências históricas vinculadas à seletividade, à fragmentação e à focalização da proteção social. A institucionalização, embora redefinida juridicamente sob a perspectiva da proteção integral, permanece atravessada por práticas de gestão da pobreza e por formas descontínuas de acompanhamento dos sujeitos após o desligamento institucional. Nesse cenário, as inflexões neoliberais aprofundam a responsabilização individual e reduzem a capacidade estatal de produzir continuidade protetiva, transferindo para redes locais, instituições específicas e profissionais a sustentação concreta do cuidado. A proteção social destinada às juventudes egressas passa, assim, a operar de maneira contraditória porque ao mesmo tempo em que reconhece formalmente direitos, mantém mecanismos fragmentados de acesso e reduz a capacidade de sustentação material da autonomia juvenil.

Os resultados indicam que a desinstitucionalização juvenil, longe de constituir uma política de transição estruturada a desinstitucionalização juvenil, longe de constituir uma

política de transição articulada, opera como mecanismo de redistribuição precária da proteção social. O jovem egresso é progressivamente deslocado de uma rede institucional relativamente densa para arranjos nos quais a continuidade da proteção depende menos de políticas estruturantes e mais da capacidade de mediação de instituições específicas e de profissionais, especialmente assistentes sociais. Esse movimento tensiona o próprio sentido de autonomia, revelando que ela é frequentemente mobilizada como imperativo normativo dissociado das condições objetivas necessárias à sua efetivação. A desinstitucionalização, nesse sentido, não pode ser reduzida ao desligamento administrativo, ele trata-se de uma transição que exige continuidade de vínculos, acesso a direitos e sustentação material e relacional para que a autonomia não seja convertida em responsabilização individual.

No plano metodológico, a Análise de Redes Sociais constituiu o eixo relacional da investigação, permitindo apreender a distribuição das conexões, das mediações e das assimetrias que estruturam a rede de proteção. O grau dos nós, a intermediação, a densidade, a modularidade e as demais medidas utilizadas foram interpretadas, nesta pesquisa, não como fins em si mesmos, mas como instrumentos para compreender a distribuição relacional dos fluxos e das responsabilidades institucionais. Os resultados revelaram que a existência formal de múltiplos serviços não corresponde necessariamente a uma distribuição horizontal da capacidade de articulação. No caso de Nova Iguaçu, as instituições de acolhimento concentram os fluxos de acionamento e as posições de intermediação, evidenciando que a diversidade de atores presentes na rede não significa, por si só, compartilhamento efetivo da responsabilidade pela continuidade protetiva.

A concentração da capacidade de acionamento em determinados atores permite problematizar a existência de sobrecargas institucionais. A sobrecarga não é tomada como resultado direto de uma métrica específica, mas como interpretação sociopolítica da concentração de funções de articulação identificada na rede e corroborada pelos dados qualitativos. As instituições de acolhimento passam a mobilizar recursos pertencentes a diferentes campos da política social, saúde, saúde mental, assistência social, educação, trabalho, habitação, justiça, cultura e vínculos familiares, sempre para sustentar a trajetória dos jovens no processo de desligamento. A centralidade relacional assume, assim, caráter ambivalente, ao mesmo tempo em que demonstra capacidade institucional de articulação, revela a dependência da rede em relação às unidades de acolhimento para produzir os encaminhamentos necessários à continuidade da proteção. A mediação profissional, nesse contexto, mostra-se estratégica, mas não deve ser convertida em substituição das responsabilidades estatais.

Por outro lado, a análise dos vazios institucionais permitiu deslocar a compreensão da desproteção social da simples ausência normativa de direitos para a análise das descontinuidades, desconexões e fragilidades relacionais que limitam sua efetivação concreta. Os vazios identificados manifestam-se especialmente nos momentos de transição entre serviços, no encerramento abrupto dos acompanhamentos institucionais, na inexistência de fluxos consolidados entre políticas setoriais e na fragilidade dos mecanismos de continuidade da proteção social. Desse modo, os vazios institucionais configuram-se como categoria analítica fundamental para compreender como redes formalmente existentes podem produzir experiências concretas de desproteção social. A vulnerabilidade pós-acolhimento é expressão das próprias descontinuidades que atravessam a organização da proteção social.

Consideradas em suas diferentes camadas e escalas, as redes socioassistenciais demonstraram que a intersetorialidade permanece mais como diretriz discursiva do que como prática plenamente consolidada. As redes se apresentam como campos relacionais heterogêneos, nos quais coexistem práticas de proteção, controle, improvisação e reinvenção. A perspectiva rizomática contribui, nesse contexto, como chave de leitura da multiplicidade e da contingência das conexões produzidas no cotidiano, sem pressupor equivalência entre as posições ocupadas pelos diferentes atores. A rede pode ser empiricamente assimétrica e, simultaneamente, apresentar conexões múltiplas, contingentes e reconfiguráveis. Essa tensão é particularmente relevante para compreender a distância entre a arquitetura normativa das políticas e as formas concretas pelas quais os profissionais constroem respostas diante das necessidades dos jovens.

Ao articular os achados empíricos aos referenciais mobilizados ao longo da tese, a pesquisa traz à luz a proteção destinada às juventudes egressas se inscreve em um regime de gestão que combina cuidado, controle e abandono relativo. O Estado não se ausenta, mas se faz presente de forma seletiva e fragmentada, em uma configuração institucional associada à instabilidade das trajetórias e à crescente responsabilização individual. Nesse contexto, os recursos relacionais mobilizados pelos profissionais podem funcionar como estratégias para mitigar lacunas institucionais, mas também destacam que o acesso à proteção pode depender de articulações contingentes e desigualmente disponíveis. A produção da proteção ocorre também pela capacidade concreta de conectá-las às trajetórias dos sujeitos.

Ao longo da tese foi possível situar a produção de desproteção para além de uma leitura exclusivamente distributiva ou exclusivamente relacional. Se a perspectiva de Fraser (2007; 2010) preserva a dimensão material e redistributiva como condição necessária à autonomia, a

garantia de moradia, renda e continuidade de cuidados que, como demonstrado, permanecem estruturalmente ausentes ou periféricas na rede efetivamente acionada, a contribuição de Honneth (2009) permite compreender que essa mesma autonomia depende também de experiências de reconhecimento que sustentem a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima dos jovens egressos, dimensões que se fragilizam justamente no momento em que os vínculos construídos durante o acolhimento são rompidos.

Do mesmo modo, a leitura foucaultiana da rede como dispositivo de administração de riscos e a chave interpretativa rizomática (Deleuze; Guattari, 1995) não substituem, mas qualificam essa dupla exigência, evidenciam que o Estado brasileiro, ao gerir a transição para a vida adulta por meio de mecanismos de controle difuso e de conexões contingentes, não fracassa por ausência de dispositivos, mas por operar uma governamentalidade que regula a precariedade em vez de produzir as condições materiais e relacionais de reconhecimento necessárias à sua superação. A autonomia juvenil exige a articulação de ambas às dimensões, hoje ausente do desenho da política de proteção social brasileira voltada aos egressos do acolhimento institucional.

A principal contribuição desta tese para o campo da Política Social e do Serviço Social reside em demonstrar que a análise da proteção social destinada aos jovens egressos do acolhimento não pode se limitar à existência formal de políticas, instituições e serviços. Ao articular a análise documental e normativa, os dados produzidos por meio dos formulários e das entrevistas e a Análise de Redes Sociais, a pesquisa evidenciou a distância entre a arquitetura normativa da proteção e as relações efetivamente acionadas no cotidiano institucional. A investigação demonstrou, assim, que a desproteção social também decorre da fragmentação, da descontinuidade e das dificuldades de articulação entre os serviços responsáveis pela garantia dos direitos.

Do ponto de vista analítico, a utilização da Análise de Redes Sociais permitiu tornar visíveis centralidades, conexões, assimetrias e lacunas que não seriam integralmente apreendidas apenas pela análise normativa das políticas ou pelas narrativas dos profissionais. A articulação entre diferentes fontes e procedimentos possibilitou examinar a rede como relações concretamente mobilizadas no processo de proteção e transição para a vida adulta.

Os resultados da pesquisa indicam que o enfrentamento da desproteção no período posterior ao desligamento institucional exige superar uma lógica centrada exclusivamente no encerramento administrativo do acolhimento. A transição para a vida adulta demanda continuidade protetiva e articulação entre políticas capazes de responder às condições concretas

que atravessam as trajetórias dos jovens. Sob essa perspectiva, moradia, renda, educação, trabalho, saúde e manutenção de vínculos sociais constituem condições materiais e relacionais necessárias à sua construção.

A formulação de estratégias de transição exige, portanto, que a autonomia não seja tratada como requisito individual a ser alcançado imediatamente com a maioridade. Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de políticas capazes de oferecer alternativas habitacionais, condições de acesso à renda, oportunidades de inserção educacional e laboral e formas continuadas de acompanhamento após o desligamento. A responsabilidade pela construção dessas condições não pode permanecer concentrada nas instituições de acolhimento ou depender exclusivamente das mediações construídas pelos profissionais, devendo constituir uma responsabilidade compartilhada no âmbito da proteção social.

Mais do que oferecer respostas fechadas, aponta-se aqui a necessidade de repensar a política social destinada às juventudes a partir de uma perspectiva que reconheça a transição para a vida adulta como processo prolongado, relacional e profundamente desigual. Isso implica conceber políticas que não se limitem ao desligamento administrativo, mas que assegurem condições materiais, simbólicas e territoriais para a construção da autonomia, reconhecendo os jovens egressos como sujeitos de direitos e não como problemas a serem geridos. As rupturas institucionais incidem sobre as possibilidades de pertencimento, continuidade dos vínculos sociais e construção de projetos de vida, dimensões constitutivas da experiência juvenil na transição para a vida adulta.

Ao evidenciar que a desproteção pode ser produzida no interior de redes formalmente constituídas, a tese demonstra que a crise contemporânea da proteção social se expressa pela produção seletiva de continuidades e descontinuidades institucionais que regulam desigualmente as possibilidades de vida, pertencimento e autonomia das juventudes das classes populares.

Também é necessário reconhecer os limites da pesquisa. O estudo foi desenvolvido a partir de um contexto territorial específico e, portanto, seus resultados não pretendem produzir generalizações estatísticas para o conjunto dos municípios brasileiros. As configurações institucionais, as capacidades de articulação entre as políticas públicas e os recursos disponíveis variam entre os territórios. Ainda assim, o estudo de Nova Iguaçu permitiu analisar empiricamente processos e relações que podem contribuir para a compreensão mais ampla dos desafios envolvidos na transição para a vida adulta de jovens egressos do acolhimento institucional.

Do mesmo modo, a Análise de Redes Sociais aqui empregadas apoiou-se predominantemente nos relatos de profissionais da assistência social, o que privilegia a perspectiva de quem aciona e recebe encaminhamentos, mas não captura diretamente a experiência subjetiva dos próprios jovens egressos sobre a rede que os atravessa. Pesquisas futuras poderiam, assim, aprofundar a escuta direta dos jovens egressos sobre suas trajetórias relacionais pós-desligamento, comparar a configuração de redes de proteção entre municípios com diferentes capacidades institucionais, e investigar, de forma longitudinal, os efeitos de políticas específicas de transição como o Programa Pé-de-meia e a retomada do Projovem, ambos analisados nesta tese sobre a continuidade da proteção social na passagem para a vida adulta.

A desinstitucionalização juvenil, a partir dessa compreensão, não fracassa apenas quando faltam políticas públicas, ela produz desproteção quando redes formalmente existentes distribuem de forma desigual a capacidade de articular direitos, fazendo com que a continuidade da proteção dependa de mediações institucionais contingentes em vez de constituir responsabilidade efetivamente compartilhada pelo Estado.

7 REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). *Políticas públicas: juventude em pauta.* São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

ALCHORNE, SindelyChahim de Avellar; MACIEL, Heloisa Helena Mesquita. Proteção social e intersetorialidade: desafios em muitas faces. In: MACIEL, Heloisa Helena Mesquita; ALCHORNE, SindelyChahim de Avellar (org.). *Tópicos em política e serviço social*. Belo Horizonte: Poisson, 2019. v. 1, p. 7-13. Disponível em: https://livros.poisson.com.br/servico_social/volume1/Servico_Social1.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 1999.

ARGENTINA. Lei Nacional nº 27.364, de 31 de maio de 2017. *Programa de Acompañamiento para El Egreso de Jóveness in Cuidados Parentales*. Buenos Aires, 2017. Disponível em:https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27364-276156/texto. Acesso em: 8 mar. 2024.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/download/61354/64288/0. Acesso em 31 jan. 2025.

ARRETCHE, Marta. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora FGV, 2012.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006. Acesso em: 8 jan. 2026.

BAPTISTA, Myrian Veras. Um olhar para a história. In: BAPTISTA, Myrian Veras (org.). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 25-37. Disponível em: https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf. Acesso em: 25 jan. 2026.

BARNES, John Arundel; BARNES, James Allen. *Social networks*. Reading, MA: Addison-Wesley Publishing Company, 1972. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Social_Networks.html?id=T5LZAAAAMAAJ&redir_esc=y. Acesso em 27 jan. 2026.

BARROS, Adriana Alice Gomes de; SANTOS, Ebe Campinha dos. Redução da maioridade penal, práticas punitivas e sistema socioeducativo: caminhos de regressão de direitos. *Serviço Social & Debate*, Ituiutaba, v. 4, n. 1, p. 1-17, jul./dez. 2021. Disponível em: https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/download/5732/3707. Acesso em: 7 set. 2026.

BASTIAN, Mathieu; HEYMANN, Sébastien; JACOMY, Mathieu. *Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks*. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, [S. l.], v. 3, p. 361-362, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1609/icwsm.v3i1.13937. Acesso em 22 jan. 2026.

BESSON, C. *Parcoursméthodologique*. In: SANICOLA, Linda (dir.). *L'intervention de réseaux*. Paris: Bayard Éditions, 1994. p. 155-274.

BOCCACIN, Lucia. Le retifamiliari e sociali. In: ROSSI, G. (org.). *Lezionidi sociologia dellafamiglia*. Roma: Carocci, 2001. *Apud* SANICOLA, Linda. *As relações de ajuda: redes de solidariedade e serviços sociais*. São Paulo: Paulus, 2008.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; JOHNSON, Jeffrey C. *Analyzing social networks*. 2. ed. London: SAGE, 2018. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=XD1ADwAAQBAJ. Acesso em: 21 jan. 2026.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento.* Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 151-161.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 65-69. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001323390. Acesso: em 14 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRANDÃO, André Augusto. Conceitos e coisas: Robert Castel, a "desfiliação" e a pobreza urbana no Brasil. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 141-157, 2002. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/pt_BR/article/view/34/31. Acesso: em 14 out. 2025.

BRANDÃO, André Augusto Pereira; SANTOS, Nilton Cesar. Capital social e dilemas da ação coletiva: avaliando os resultados de um Centro Comunitário de Produção voltado para agricultores familiares assentados no Mato Grosso do Sul. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 21, n. 1, p. 384-409, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p384. Acesso em 10 out. 2025.

BRANDÃO, André; SILVA, Anderson Paulino da. Educação: raça e educação: os elos nas Ciências Sociais Brasileiras. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 421-445. Disponível em: https://portal.abant.org.br/publicacoes/publicacao/121. Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos ao trabalho do menor e à aprendizagem. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção e altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 14 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 110, 25 jul. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 38, 28 out. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 2009b.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 jul. 2009c.

BRASIL. Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada e estabelecer os procedimentos para a Identidade Jovem. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2005a.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jul. 2005b.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013a.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui o Programa Pé-de-Meia, destinado à promoção da permanência e da conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Dados sobre orçamento das universidades federais: 2021*. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em:Ministério da Educação. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. Brasília, DF: MDS, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Financiamento da assistência social no Brasil*. Brasília, DF: MDS, 2008. (Caderno SUAS).

BRASIL. Presidência da República. *Juventude negra, juventude viva: plano federal de prevenção à violência contra a juventude negra*. Brasília, DF: Secretaria-Geral; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Pesquisa com jovens egressos de acolhimento institucional*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Política Nacional de Juventude*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2005.

BRASIL. Senado Federal. *Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013b.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 4, número especial, p. 1011-1042, dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642270. Acessoem 2 ago. 2025.

CHERVEN, Ken. *Network graph analysis and visualization with Gephi: visualize and analyze your data swiftly using dynamic network graphs built with Gephi*. Birmingham: Packt Publishing, 2013. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Network-graph-analysis-and-visualization-with-Gephi-Cherven/db65773d0022f03f7a0d728f6112113c1ac19296. Acessoem 5 jan. 2026.

CHIESI, Antonio M. Network analysis. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (ed.). *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*. [S. l.]: Elsevier, 2001. p. 10487-10492. Disponível em: https://philpapers.org/rec/SMEIEO-2. Acesso: em 5 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Painel do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)*. Brasília, DF: CNJ, [s. d.]. Disponível em:Painel do SNA — CNJ. Acesso em: 27 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA): painel de dados estatísticos*. Brasília, DF: CNJ, jun. 2024. Disponível em:Conselho Nacional de Justiça. Acesso em: 7 set. 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Relatório anual de fiscalizações dos serviços de acolhimento familiar e institucional de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: CNMP, 2025. Disponível em:Conselho Nacional do Ministério Público. Acesso em: 19 dez. 2025

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJJLy/?lang=pt. Acesso em: 12 jul. 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. DOI:https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. v. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o pacto federativo. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 34-48, 1993. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/pt_BR/article/view/25959. Acesso: 8 fev. 2025.

DUBET, François. *O declínio da instituição: profissões, sujeitos e indivíduos perante a reforma do Estado*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. *Apud WAUTIER, Anne Marie. Para uma sociologia da experiência: uma leitura contemporânea: François Dubet. Sociologias, Porto Alegre, n. 9, p. 174-214, jan./jun. 2003. Disponível em:* https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100007. *Acesso em: 1 mar. 2025.*

FEIXA PÀMPOLS, Carles. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel, 1998. Disponível em:https://www.upf.edu/web/carlesfeixa/books. Acesso em: 26 mar. 2025.

FEIXA PÀMPOLS, Carles. Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pàmpols. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.58145 . Acesso em: 26 mar. 2025.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva; CAMPOS, Herculano Ricardo. Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 31, n. 72, p. 113-125, jan./mar. 2013. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20315. Acesso em: 5 abr. 2026.

FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. *QualitativeInquiry*, v. 12, n. 2, p. 219-245, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1077800405284363. Acessoem 19 jan. 2026.

FOLGHERAITER, Fabio. *Relational social work: toward networking and societal practices*. London; New York: Jessica Kingsley Publishers, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Relational_Social_Work.html?id=bGR6LOb8h0QC&redir_esc=y. Acesso em 16 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: https://cochabambahotel.noblogs.org/files/2017/09/Vigiar-e-Punir-Michel-Foucault.pdf. Acesso em 5 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em:

https://www.academia.edu/74497187/FOUCAULT_Michel_Nascimento_da_biopolitica. Acesso em 25 jan. 2025.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJnvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 12 fev 2025.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. *Enfoques: Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ*, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: https://doceru.com/doc/nn1058x8. Acesso em 4 out. 2025.

FREEMAN, Linton C. Centrality in social networks: conceptual clarification. *Social Networks*, v. 1, n. 3, p. 215-239, 1979. Disponível em: https://www.cin.ufpe.br/~rbcp/taia/Freeman1979-centrality.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

FREEMAN, Linton C. *The development of social network analysis: a study in the sociology of science*. North Charleston: BookSurge, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239228599_The_Development_of_Social_Network_Analysis. Acesso em: 11 nov. 2025.

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio. *Derecho de lainfancia-adolescenciaen América Latina: de lasituación irregular a laprotección integral*. Santa Fé de Bogotá: Forum Pacis, 1994. Disponível em: https://descubridor.banrepcultural.org/discovery/fulldisplay/alma991000700699707486/57BDLRDC_INST:57BDLRDC_INST. Acesso em 16 abr. 2025.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODOY, Manoella Rocha de. *Tempos de precarização no trabalho: desvendando as condições e relações de trabalho de assistentes sociais no âmbito do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Porto Alegre-RS*. 2023. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/290815. Acesso em 14 mar. 2025.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312874385_GOFFMAN_Erving_Manicomios_Prisoes_e_Conventos_Traducao_de_Dante_Moreira_Leite_7_edicao_Sao_Paulo_Editora_Perspectiva_2001. Acesso em: 19 mar. 2025.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/f9e8dceb-1255-4c06-9e9f-5d87dd4b04ae. Acesso em: 2 fev. 2025.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/mod/resource/view.php?id=170654&forceview=1. Acesso em: 2 fev. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos. Acesso em: 7 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: terceiro trimestre de 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nova Iguaçu*. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:IBGE — Nova Iguaçu. Acesso em: 5 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:IBGE. Acesso em: 21 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua, primeiro trimestre de 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da vulnerabilidade social e redes de assistência*. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em:Ipea. Acesso em: 21 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, DF: Ipea, n. 31, 2024. Disponível em:Repositório do Ipea. Acesso em: 7 set. 2026.

JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André Augusto Pereira. Juventude e sexualidade: uma análise sobre os jovens moradores de regiões periféricas da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. In: JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André Augusto Pereira; SOUZA, Sidimara Cristina de (org.). *Juventude e periferia no século XXI*. Niterói: Syal Letras e Livros, 2022. v. 1, p. 15-50. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/1058847571/E-book-juventude-e-Periferia-No-Sec-Xxi-ago2022-2. Acesso em 18 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-46, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12901997000200005.Acesso em: 19 abr. 2025.

KNOKE, David. *Political networks: the structural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9djTlBLaOccC&oi=fnd&pg=PR8&dq=KNOKE,+David.+Political+networks:+the+structural+perspective.+Cambridge:+Cambridge+University+Press,+1990.&ots=gTs7X_NnNm&sig=dOs14FqPhh0JfqM5uM7BXAq7NlM. Acesso em: 26 jun. 2026.

LÉPORE, Paulo. A proteção constitucional e integral da infância e da juventude. *Consulex: Revista Jurídica*, Brasília, v. 18, n. 426, p. 42-44, out. 2014.

LOIOLA, Elizabeth (org.). *Análise das redes sociais em contextos organizacionais*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 505-520.

LOPES, Paulo Roberto. *O processo de desligamento de jovens do acolhimento institucional: desafios e perspectivas no pós-acolhimento*. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023. Disponível: https://www.ser.puc-rio.br/Catalogo_das_disserta%C3%A7%C3%A3o_defendidas_Servi%C3%A7o_Social.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

LOTTA, Gabriela (org.). *Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162?locale=pt_BR. Acesso em: 2 mai. 2025.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. *Políticas públicas de juventude no Brasil: das propostas às práticas na assistência social*. São Carlos: EDUFSCar, 2014. Disponível em: http://diretoriodepesquisasnjlattes.ibict.br/lattes/grupos/NEEPSP/membro-1462870858750395.html. Acesso em: 15 nov. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009. Acesso em: 8 mai. 2026.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira de; SANTOS, Raquel Souza dos. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022). *Tempo Social*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 137-160, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.215306. Acesso em: 13 jun. 2024.

NUNES, Edgilson Tavares de; TEIXEIRA, Elenaldo de Souza. Orçamento público e políticas sociais. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 112-125, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/download/38031/26809/178244. Acesso em: 24 ago. 2025.

OCDE. *OECD Employment Outlook 2020: worker security and the COVID-19 crisis*. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-employment-outlook-2020_1686c758-en.html. Acesso em: 16 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ana Lúcia de. Acolhimento institucional e práticas de controle social: os desafios da individualização do cuidado. *Revista de Psicologia e Assistência Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 115-128, jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/download/194917/190623/602712. Acesso em: 5 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs. *World Youth Report: youth mental health and well-being*. New York: United Nations, 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Tendências globais de emprego para a juventude 2022*. Genebra: OIT, 2022.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

PAIS, José Machado. *Jóvenes y creatividad: entre futuros sombríos y tiempos de conquista*. Barcelona: NED Ediciones, 2020.

PAIS, José Machado; BENDIT, René; FERREIRA, Vítor Sérgio (org.). *Jovens e rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

PAIS, José Machado; CASTILHO, Rosane. Como cartografar a condição juvenil e o futuro dos jovens? In: DUARTE, Aldimar Jacinto; VALENTE, Cláudia Duarte; GUIMARÃES, Vinícius Oliveira Seabra (ed.). *Juventude e educação na América Latina*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 309-319. Disponível em: https://www.caf.com/pt/cursos/inclus%C3%A3o-e-juventudes-na-america-latina-e-caribe/. Acesso em: 29 jul. 2025.

PARENTE, André. Pensar em rede: do livro às redes de comunicação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 23, n. 1, p. 167-174, 2000. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/download/2011/1789/5049. Acesso em 6 mai. 2025.

PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves; RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim; BRITO, Fernanda de Souza. A diversidade nos grupos sob o enfoque da análise de redes sociais. In: BASTOS, A. V. B.; REGIS, H. P.; LOIOLA, E. (Org.). *Análise de redes sociais em contextos organizacionais*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 505-520 Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/yJ7zn4vmGdYVM6wjKysh8Hj/?lang=en. Acesso em: 12 abr. 2026.

PERONDI, Maurício. As juventudes e a socioeducação. In: CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine (org.). *Socioeducação: fundamentos e práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 49-62. Disponível em: 10.18316/dilogo.v1i57.12795. Acesso em: 19 set. 2024.

PIRES, Roberto Rocha C.; LOTTA, Gabriela. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Brasília, DF: Ipea, 2019. p. 127-152. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8108. Acesso em: 13 nov. 2024.

PIRES, Roberto Rocha C.; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília, DF: Ipea; Enap, 2018.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RAINERI, Maria Luisa. *Il metododi rete in pratica: studidi caso nelserviziosociale*. Trento: Erickson, 2004. Disponível em: https://publicatt.unicatt.it/handle/10807/36979. Acesso em: 4 dez. 2024.

RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Redes sociais interorganizacionais na efetivação de projetos sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 282-292, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200009. Acesso em: 24 mai. 2026.

RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves; MIRANDA, José Garcia Vivas; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. O uso de análise de redes sociais no estudo das relações intergrupais entre cotistas e não cotistas de uma universidade pública. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 36, e170167, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e170167. Acesso em: 15 mai. 2026.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: https://pergamum.ufms.br/acervo/102055. Acesso em: 1 jul. 2025.

SANICOLA, Lia. *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. 2. ed. ampl. São Paulo: Veras Editora, 2015.

SANTOS, Ebe Campinha dos. O trabalho infantil no Brasil e os desafios da educação crítica na perspectiva de uma nova realidade. *Revista Pedagogia Social UFF*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22409/3e8z3418.Acesso em: 19 jan. 2025.

SCOTT, John. *Social network analysis*. London: SAGE, 1992. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Social_Network_Analysis.html?id=MJoIGBfYDGEC. Acesso em: 6 mar. 2026.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 57., 2005, Fortaleza, CE. *Anais [...]*. Fortaleza: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2005. Disponível em: https://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/1466?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 13 fev. 2024.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, DF: MDS; UNESCO, 2009. p. 13-55. Disponível: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183075. Acesso em: 25 mar. 2024.

STEIN, Mike. Research review: young people leaving care. Child & Family Social Work, v. 11, n. 3, p. 273-279, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00439.x. Acesso em: 18 abr. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões sobre as relações entre juventude, escola e ação coletiva. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. Revista de Estudios sobre Juventud, México, v. 9, n. 22, p. 220-267, jan./jun. 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001504354. Acesso em: 21 jun. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16–39, set./dez. 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003. Acesso em: 09 jun. 2025.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6887. Acesso em: 8 mai. 2025.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. World Youth Report: Youth Mental Health and Well-being. New York: United Nations, 2025. Disponível em: https://desapublications.un.org/publications/world-youth-report-youth-mental-health-and-well-being. Acesso em: 4 abr. 2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977.Acesso em: 9 set. 2025.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. Social network analysis: methods and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=CAm2DpIqRUIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR. Acesso em: 30 jul. 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005. Acesso em: 10 jun. 2025.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

APÊNDICE A - Questionário para entrevistas em aprofundamento

Qual é o nome oficial da instituição e qual órgão é responsável pela sua gestão? (sigilo)

Qual é o perfil da população acolhida em termos de idade, gênero, situação de vulnerabilidade e origem da demanda?

Quais critérios orientam a admissão de pessoas na instituição? Quem encaminha os acolhidos?

Quais são os principais motivos que levam ao acolhimento das pessoas nesta unidade?

Qual a capacidade máxima da unidade e o número atual de acolhidos?

Existe um tempo médio de permanência? Há limite de idade ou critérios para permanência?

Há fluxo regular de entrada e saída ou predominam acolhimentos de longa duração?

Há algum tipo de planejamento individual para cada acolhido? Como ele é construído e acompanhado?

A equipe técnica é composta por quais profissionais? Há equipe multidisciplinar?

Existem ações ou atividades voltadas à promoção da autonomia dos acolhidos?

A instituição realiza ou facilita o acesso a ações de educação, formação profissional ou geração de renda?

Os acolhidos têm acesso à rede pública de saúde, educação, cultura e assistência social? Como isso é viabilizado?

Quais políticas públicas são mais acessadas pelos acolhidos durante o período de acolhimento?

Existem parcerias com outras instituições, órgãos públicos ou organizações da sociedade civil?

A instituição participa de espaços de articulação intersetorial no município, como fóruns, comissões ou reuniões de rede?

Há articulação direta com CRAS, CREAS, CAPS, escolas, postos de saúde ou outras unidades da rede?

Os acolhidos recebem apoio para acesso a benefícios sociais, documentação civil ou programas públicos?

Há estratégias para fortalecimento de vínculos familiares ou comunitários, quando cabível?

Quando ocorre a saída de um acolhido, por quais motivos geralmente acontece? Como esse processo é conduzido?

Existe algum tipo de apoio, articulação ou encaminhamento quando há desligamento?

A instituição mantém algum contato com pessoas que já foram acolhidas anteriormente?

Quais são os principais desafios enfrentados pelas pessoas acolhidas durante e após o acolhimento?

Há relatos ou conhecimento sobre situações de vulnerabilidade recorrente após a saída?

Como a equipe avalia a rede de proteção social intersetorial do município em termos de apoio à população atendida?

Há lacunas ou dificuldades de acesso a serviços públicos percebidas pela equipe? Quais?

Os acolhidos têm conhecimento sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis na rede pública?

A instituição realiza ações informativas ou educativas nesse sentido?

Que tipo de suporte seria necessário para melhorar a articulação entre esta unidade e a rede de proteção social intersetorial?

Quais são os pontos fortes do trabalho da instituição com a população acolhida?

Que propostas ou sugestões a equipe considera importantes para fortalecer o cuidado e a rede de apoio ao público acolhido?

Se eu abrir o mapa do bairro você consegue me mostrar nele o máximo de serviços que os acolhidos acessam num raio de 2KM (30 minutos de caminhada)*?

Tipo de vínculo	Exemplos
Institucional (formal)	CRAS, CREAS, escolas, UBS, CAPS, Centro POP
Comunitário (informal)	Associações de bairro, grupos culturais, times de futebol, coletivos religiosos
Afetivo/pessoal	Família extensa, vizinhos, amigos antigos, mentores
Econômico	Empregos, bicos, cursos profissionalizantes
Espaços de exclusão/rejeição	Locais onde enfrentam preconceito, violência ou abandono institucional

Entrevista 1

Período: Segundo semestre de 2025
Duração: 1h15min

Pesquisadora: Quando você pensa nos apoios que os jovens utilizam ou poderiam utilizar após o acolhimento, quais atores, serviços ou instituições você identifica no território?

Entrevistada: Então… quando a gente pensa nisso, a primeira coisa que vem mesmo são os serviços da assistência, né, principalmente o CRAS e o CREAS. A escola também acaba sendo um apoio importante, assim como alguns cursos profissionalizantes, quando a gente consegue vaga. E tem outros equipamentos que vão se aproximando conforme a demanda aparece, a gente aproveita as oportunidades. Essa rede não é algo pronto, ela vai sendo construída no dia a dia, muito a partir dos vínculos que a gente consegue estabelecer com outros profissionais.

Pesquisadora: Quais desses atores ou serviços se mostram mais acessíveis no cotidiano da unidade e quais aparecem mais distantes ou difíceis de acionar no território? Por quais razões?

Entrevistada: Os serviços da própria assistência acabam sendo mais acessíveis, principalmente quando já existe uma relação construída, quando a gente já se conhece. Agora, tem outros serviços que, apesar de estarem funcionando ou regulamentados, são bem difíceis de acionar. Às vezes é por burocracia, às vezes é falta de vaga mesmo, ou falta de retorno. Não é só uma distância física, não, é uma distância institucional também, de comunicação, de prioridade.

Pesquisadora: Como se dá, na prática, o trabalho em rede no cotidiano da unidade? Poderia relatar situações concretas?

Entrevistada: Na prática, o trabalho em rede acontece muito mais no informal do que no formal, vou ser bem sincera. Existe o que está previsto na normativa, claro, mas o que sustenta mesmo são as articulações do dia a dia. Por exemplo, profissionais da assistência aqui de Nova Iguaçu têm um grupo de WhatsApp, onde trocam informação sobre vaga, sobre encaminhamento, pede-se ajuda quando surge alguma situação urgente. E além disso, acontecem algumas reuniões presenciais da rede. Teve uma recentemente em Cabuçu, aqui em Nova Iguaçu, que foi importante justamente pra gente se ver, trocar pessoalmente, alinhar algumas coisas.

Pesquisadora: Na sua experiência, o trabalho em rede contribui para identificar problemas coletivos do território vividos pelos jovens? De que forma isso acontece?

Entrevistada: Contribui muito. Porque, assim, quando a gente começa a conversar com outros profissionais, percebe que o problema não é só daquele jovem específico. Muitas situações se repetem, né. Falta de oportunidade, dificuldade de acesso a serviço, precariedade da baixada. A rede ajuda a ampliar esse olhar, a entender que não é uma questão individual, mas coletiva, estrutural mesmo.

Pesquisadora: Existem conflitos, tensões ou disputas entre os atores da rede? Como eles aparecem e como são manejados?

Entrevistada: Ah, existem, sim. A cidade não é esse lugar harmonioso que às vezes parece no papel. Tem conflito, tem disputa, principalmente sobre quem é responsável por quê. Às vezes o encaminhamento não anda, às vezes o serviço entende que não é atribuição dele. O manejo disso passa muito pelo diálogo e, muitas vezes, por alguém assumir esse papel de mediação, de insistir, de negociar.

Pesquisadora: De que forma a trajetória institucional dos jovens, desde a infância, impacta suas relações, expectativas e projetos de vida?

Entrevistada: Impacta demais. Muitos desses jovens passaram anos em acolhimento, com várias mudanças, várias rupturas. Isso mexe muito com a forma como eles se relacionam, como confiam nas pessoas e até como enxergam o futuro. A gente percebe muita insegurança quando a maioridade vai se aproximando, dificuldade de planejar, de acreditar que algo pode dar certo.

Pesquisadora: Quais estratégias os jovens constroem para lidar com as marcas da institucionalização ao longo da vida, especialmente no momento da saída do acolhimento?

Entrevistada: Alguns jovens tentam se vincular mais ao bairro, procuram um curso, um trabalho, às vezes uma igreja, algum espaço onde se sintam acolhidos. Outros ficam mais fechados, mais inseguros. Essas estratégias não surgem do nada, né, elas precisam ser estimuladas, acompanhadas pela equipe, senão o jovem acaba se sentindo muito sozinho nesse processo.

Pesquisadora: Como ocorre, na prática, o processo de desligamento dos jovens por maioridade na unidade e na articulação com a rede? Quais são os principais desafios?

Entrevistada: O desligamento é sempre um momento muito delicado. Existe planejamento, conversa, acompanhamento do CRAS, do CREAS, a gente tenta preparar o jovem, mas mesmo assim é uma ruptura grande. Muitos têm medo de completar 18 anos, porque sabem que boa parte da proteção que existia até ali deixa de existir.

Pesquisadora: Após o desligamento, quais políticas ou serviços permanecem acessíveis aos jovens? Quais deixam de existir?

Entrevistada: Algumas políticas permanecem, como a assistência social básica, e em alguns casos programas de trabalho. Mas muita coisa se perde ou fica muito mais difícil de acessar. A proteção diminui bastante, e quem não consegue se inserir rápido no trabalho ou garantir moradia acaba ficando muito vulnerável.

Pesquisadora: Na sua avaliação, o que significa “autonomia” para esses jovens e como ela se constrói nas condições concretas encontradas após a saída do acolhimento?

Entrevistada: Autonomia, pra mim, não é algo imediato pra esses jovens. Ela vai sendo construída aos poucos, conforme eles conseguem acessar oportunidades, se manter sozinho. Nas condições concretas que encontram ao sair do acolhimento, essa autonomia é bem limitada. Exigir que eles deem conta de tudo sozinhos acaba sendo injusto.

Pesquisadora: Quando você precisa acionar a rede para um jovem, como escolhe para quem ligar, encaminhar ou pedir apoio?

Entrevistada: A gente acaba recorrendo muito a quem já respondeu antes, a quem a gente sabe que se compromete. Vai muito da confiança construída, mas também deixa claro que nem todos os jovens acabam tendo acesso às mesmas oportunidades.

Pesquisadora: Existem atores ou serviços que ficam fora da rede ou são pouco acessados? Por quais motivos?

Entrevistada: Existem, sim. Às vezes é por falta de diálogo, às vezes por desconhecimento do trabalho da unidade, ou por limites institucionais mesmo. Isso cria uma exclusão dentro do próprio local, que dificultam muito o trabalho. Tem preconceito, tem julgamentos e poucas oportunidades reais.

Pesquisadora: Ao longo do tempo, você percebe mudanças na rede de apoio aos jovens no território? O que mudou, o que permanece e como essas mudanças são lembradas pelos atores da rede?

Entrevistada: Eu percebo alguns avanços, principalmente na articulação entre os serviços e no reconhecimento da importância do trabalho em rede. Mas a fragmentação ainda é muito forte. Essas mudanças vão sendo lembradas e comentadas entre os profissionais, fazem parte da história do território e influenciam como a gente atua hoje.

Pesquisadora: Na sua opinião, o que precisaria mudar nas políticas sociais, especialmente após o Estatuto da Juventude e na forma de trabalhar em rede para que os jovens egressos tivessem maior pertencimento e autonomia?

Entrevistada: Eu acho que precisa fortalecer muito mais as políticas voltadas à juventude, garantir continuidade da proteção depois do acolhimento e investir de verdade na articulação em rede. Não dá pra esperar que o jovem resolva tudo sozinho. É preciso ampliar oportunidades, assegurar direitos e valorizar o trabalho de quem está na ponta.

Entrevista 2

Período: Segundo semestre de 2025
Duração: 1h05min

Pesquisadora: Poderia descrever sua trajetória profissional e o papel que exerce atualmente nesta unidade de acolhimento?

Entrevistada: Eu venho de uma trajetória muito ligada à educação e ao trabalho com crianças e adolescentes. Antes de estar no acolhimento, eu já atuava em projetos socioeducativos, então minha entrada aqui foi muito marcada por essa preocupação com o cotidiano, com a rotina, com o processo formativo mesmo. Hoje eu exerço uma função de coordenação, mas é difícil separar isso do resto, porque no acolhimento tudo se mistura: gestão, cuidado, escuta, conflito, vínculo.

Eu acompanho de perto o dia a dia dos meninos e também a equipe, principalmente no que diz respeito à formação e à condução das situações mais delicadas.

Pesquisadora: Quando você pensa nos apoios que os jovens utilizam ou poderiam utilizar após o acolhimento, quais atores, serviços ou instituições você identifica no território?

Entrevistada: Eu penso primeiro no que eles já conhecem, sabe? Escola, algum curso que já tenham iniciado, às vezes um espaço religioso, alguém da comunidade. Os serviços da assistência entram, claro, mas muitas vezes o jovem não se reconhece nesses espaços. Então, quando eu penso em apoio, eu penso muito no que faz sentido pra eles, no que eles conseguem acessar sem se sentirem deslocados.

Pesquisadora: Quais desses atores ou serviços se mostram mais acessíveis no cotidiano da unidade e quais aparecem mais distantes ou difíceis de acionar no território? Por quais razões?

Entrevistada: Os serviços formais, muitas vezes, são os mais difíceis. Não por falta de boa vontade, mas por funcionamento mesmo. Horário, burocracia, exigência de documentação… tudo isso pesa muito. Às vezes o jovem até tem o direito, mas não consegue acessar. Já os apoios mais informais, do território, acabam sendo mais próximos, porque o vínculo já existe.

Pesquisadora: Como se dá, na prática, o trabalho em rede no cotidiano da unidade? Poderia relatar situações concretas?

Entrevistada: O trabalho em rede, pra mim, acontece muito mais dentro da unidade do que fora, no sentido de preparar o jovem. A gente conversa muito, orienta, explica, repete. Quando precisa acionar a rede externa, é sempre um desafio. Muitas articulações acontecem a partir de contatos pessoais, ligações diretas, mensagens. Não é algo automático. E quando a gente consegue se encontrar presencialmente com outros profissionais, como em reuniões de rede aqui em Nova Iguaçu, isso facilita muito, porque cria um reconhecimento mútuo.

Pesquisadora: Na sua experiência, o trabalho em rede contribui para identificar problemas coletivos do território vividos pelos jovens? De que forma isso acontece?

Entrevistada: Contribui, sim, mas eu diria que isso aparece mais quando a gente começa a comparar histórias. Quando você percebe que vários jovens têm trajetórias muito parecidas, passam pelas mesmas dificuldades, aí fica claro que não é algo individual. A rede ajuda a dar nome a isso, a entender que são problemas das políticas, não escolhas pessoais.

Pesquisadora: Existem conflitos, tensões ou disputas entre os atores da rede? Como eles aparecem e como são manejados?

Entrevistada: Existem, e muitas vezes são silenciosos. Não é sempre um conflito aberto. Às vezes é um encaminhamento que não anda, um retorno que não vem, uma responsabilidade que fica jogada de um lado pro outro. Isso desgasta muito a equipe e acaba refletindo no jovem, que sente essa falta de continuidade.

Pesquisadora: De que forma a trajetória institucional dos jovens, desde a infância, impacta suas relações, expectativas e projetos de vida?

Entrevistada: Impacta profundamente. O jovem que cresce em acolhimento aprende a viver muito no presente, porque tudo muda o tempo todo. Isso dificulta pensar no futuro, fazer planos. Muitos têm dificuldade de confiar, de se vincular, porque já passaram por muitas rupturas. Isso aparece no comportamento, nas relações, em tudo.

Pesquisadora: Quais estratégias os jovens constroem para lidar com as marcas da institucionalização ao longo da vida, especialmente no momento da saída do acolhimento?

Entrevistada: Alguns tentam se antecipar, querem trabalhar logo, sair logo, como se precisassem provar que dão conta. Outros travam, ficam inseguros, com medo de errar. Tem jovem que se agarra muito à rotina do acolhimento, porque ali ele sabe como as coisas funcionam. A saída desorganiza muito.

Pesquisadora: Como ocorre, na prática, o processo de desligamento dos jovens por maioridade na unidade e na articulação com a rede? Quais são os principais desafios?

Entrevistada: O desligamento é um processo que a gente tenta construir aos poucos, mas o tempo institucional nem sempre acompanha o tempo do jovem. Existe um marco legal, que é a maioridade, e isso pesa muito. O desafio maior é não transformar esse momento em uma ruptura brusca, mas nem sempre a rede consegue absorver essa continuidade.

Pesquisadora: Após o desligamento, quais políticas ou serviços permanecem acessíveis aos jovens? Quais deixam de existir?

Entrevistada: Alguns serviços permanecem, mas de forma muito frágil. O jovem sai do acolhimento e passa a ser mais um usuário na fila. Aquela atenção mais próxima desaparece. Isso gera uma sensação de abandono muito grande, principalmente pra quem passou a vida inteira institucionalizado.

Pesquisadora: Na sua avaliação, o que significa “autonomia” para esses jovens e como ela se constrói nas condições concretas encontradas após a saída do acolhimento?

Entrevistada: Autonomia, do jeito que muitas vezes é colocada, parece mais cobrança do que direito. Pra esses jovens, autonomia deveria significar ter apoio pra fazer escolhas, errar, aprender. Do jeito que é hoje, eles saem muito sozinhos, com pouca margem pra falhar.

Pesquisadora: Quando você precisa acionar a rede para um jovem, como escolhe para quem ligar, encaminhar ou pedir apoio?

Entrevistada: Eu escolho muito a partir de quem já conhece o trabalho do acolhimento. Quem entende a trajetória desses jovens. Porque quando o serviço não entende isso, acaba julgando, cobrando coisas que o jovem ainda não consegue oferecer.

Pesquisadora: Existem atores ou serviços que ficam fora da rede ou são pouco acessados? Por quais motivos?

Entrevistada: Sim, existem. Às vezes por desconhecimento, às vezes por falta de diálogo, às vezes porque o serviço não se sente responsável por esse público. Isso cria vazios enormes no território.

Pesquisadora: Ao longo do tempo, você percebe mudanças na rede de apoio aos jovens no território? O que mudou, o que permanece e como essas mudanças são lembradas pelos atores da rede?

Entrevistada: Eu percebo mudanças pontuais, principalmente quando pessoas novas chegam aos serviços e trazem outra postura. Mas estruturalmente ainda é muito parecido. Essas mudanças vão ficando na memória dos profissionais, como tentativas, como experiências que deram certo ou não.

Pesquisadora: Na sua opinião, o que precisaria mudar nas políticas sociais e na forma de trabalhar em rede para que os jovens egressos tivessem maior pertencimento e autonomia?

Entrevistada: Eu acho que falta reconhecer que esses jovens precisam de tempo. Tempo de transição, tempo de apoio. As políticas ainda trabalham muito com corte etário e pouco com processo. Se a gente quer falar de autonomia e pertencimento, precisa garantir continuidade, acompanhamento e escuta real.

Entrevista 3

Período: Segundo semestre de 2025
Duração: 1h10

1. Qual é o nome oficial da instituição e qual órgão é responsável pela sua gestão?

Eu trabalho em uma unidade de acolhimento para adolescentes. A instituição é vinculada à política de assistência social e o trabalho é realizado em articulação com a rede de proteção social intersetorial do município. A gestão envolve a coordenação da unidade e a articulação com os demais serviços responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes.

2. Qual é o perfil da população acolhida em termos de idade, gênero, situação de vulnerabilidade e origem da demanda?

Nós trabalhamos principalmente com adolescentes que estão em situação de acolhimento e que, em muitos casos, já passaram por diferentes situações de ruptura familiar e institucional. São jovens que chegam com histórias bastante complexas, muitas vezes com vínculos familiares fragilizados e com dificuldades para pensar o futuro. O que mais pesa é justamente essa trajetória de rupturas e a situação de vulnerabilidade social em que muitos se encontram.

3. Quais critérios orientam a admissão de pessoas na instituição? Quem encaminha os acolhidos?

A admissão acontece a partir das situações que chegam pela rede de proteção. Existe uma articulação com os serviços responsáveis pelo acompanhamento desses adolescentes e com o sistema de garantia de direitos. Não seria correto dizer que a unidade simplesmente escolhe quem vai acolher, porque existem encaminhamentos e determinações que precisam ser respeitados.

4. Quais são os principais motivos que levam ao acolhimento das pessoas nesta unidade?

São situações relacionadas principalmente à fragilização ou ruptura dos vínculos familiares e à impossibilidade de permanência segura junto à família. Muitos adolescentes chegam depois de vivenciarem situações de vulnerabilidade e diferentes rupturas. É importante não tratar isso como uma questão individual do adolescente, porque geralmente existe uma trajetória social e familiar muito mais ampla por trás do acolhimento.

5. Qual a capacidade máxima da unidade e o número atual de acolhidos?

Esse número varia conforme a unidade e o momento. O que eu posso dizer é que trabalhamos com adolescentes acolhidos e que existe uma organização da unidade para atender às necessidades desse público. Não tenho como informar aqui um número exato sem consultar os registros institucionais.

6. Existe um tempo médio de permanência? Há limite de idade ou critérios para permanência?

A maioridade é um marco muito importante. Quando o jovem chega aos 18 anos, existe uma pressão institucional para o desligamento, mas o problema é que o tempo institucional nem sempre acompanha o tempo necessário para que aquele jovem esteja preparado. Alguns passaram muitos anos no acolhimento e chegam à maioridade ainda bastante inseguros.

7. Há fluxo regular de entrada e saída ou predominam acolhimentos de longa duração?

Existem entradas e saídas, mas temos situações de jovens que permanecem durante bastante tempo no acolhimento. Isso é particularmente importante porque, quanto maior o tempo de institucionalização, mais complexa pode ser a preparação para uma saída com autonomia e segurança.

8. Há algum tipo de planejamento individual para cada acolhido? Como ele é construído e acompanhado?

Sim. O trabalho precisa considerar a história de cada jovem. A preparação acontece por meio de conversas, orientação e acompanhamento cotidiano. Quando a maioridade se aproxima, procuramos trabalhar questões relacionadas à escola, trabalho, cursos, vínculos e possibilidades

de moradia. Esse planejamento não pode acontecer somente quando faltam poucos dias para o desligamento; precisa ser construído progressivamente.

9. A equipe técnica é composta por quais profissionais? Há equipe multidisciplinar?

Existe uma equipe que acompanha os adolescentes e trabalha de maneira articulada. O acolhimento envolve diferentes dimensões, então não é possível trabalhar apenas com uma área profissional. A equipe precisa lidar com cuidado, acompanhamento, orientação, conflitos, vínculos e preparação para a vida adulta.

10. Existem ações ou atividades voltadas à promoção da autonomia dos acolhidos?

Sim. Para nós, autonomia começa antes dos 18 anos. Trabalhamos para que o jovem desenvolva condições de fazer escolhas, estudar, buscar uma formação, trabalhar e construir seus próprios vínculos. Mas eu não vejo autonomia como "agora você tem 18 anos e precisa se virar". Autonomia precisa ser construída com apoio. Se simplesmente retirarmos a proteção, isso não significa que o jovem ficou autônomo.

11. A instituição realiza ou facilita o acesso a ações de educação, formação profissional ou geração de renda?

Sim. A escola é muito importante e também buscamos cursos profissionalizantes e oportunidades de inserção no trabalho. Quando conseguimos, procuramos inserir os jovens em programas de aprendizagem ou outras possibilidades de trabalho. Isso é fundamental porque a saída precisa envolver alguma perspectiva concreta de sustento.

12. Os acolhidos têm acesso à rede pública de saúde, educação, cultura e assistência social? Como isso é viabilizado?

Eles acessam principalmente por meio da articulação da unidade com a rede. A assistência social tem um papel importante, especialmente CRAS e CREAS. A escola também é uma referência importante. Outros serviços são acionados conforme a necessidade. O problema é que ter direito ao serviço não significa necessariamente conseguir acessá-lo com facilidade. Muitas vezes existem burocracias, falta de vagas ou dificuldades de comunicação.

13. Quais políticas públicas são mais acessadas pelos acolhidos durante o período de acolhimento?

A assistência social e a educação aparecem bastante. Também existem as ações voltadas à profissionalização e inserção no trabalho. Dependendo da situação do jovem, outros serviços são acionados. O que percebemos é que a rede vai sendo construída de acordo com as necessidades concretas de cada situação.

14. Existem parcerias com outras instituições, órgãos públicos ou organizações da sociedade civil?

Sim. O trabalho em rede depende dessas parcerias. Nós precisamos dialogar com outros serviços, escolas, equipamentos da assistência e outros atores do território. Algumas relações são mais formais, mas muitas vezes aquilo que realmente faz a articulação funcionar é o contato construído entre os profissionais.

15. A instituição participa de espaços de articulação intersetorial no município, como fóruns, comissões ou reuniões de rede?

Sim. Existem reuniões e espaços de articulação da rede. Também existem contatos mais informais entre os profissionais, inclusive por mensagens e grupos de comunicação. Esses espaços são importantes porque permitem trocar informações, discutir situações e tentar encontrar soluções quando o encaminhamento não funciona.

16. Há articulação direta com CRAS, CREAS, CAPS, escolas, postos de saúde ou outras unidades da rede?

Temos articulação direta principalmente com CRAS, CREAS e escolas. Outros serviços são acionados conforme a necessidade. O importante é que essa articulação nem sempre acontece de maneira automática. Muitas vezes depende de alguém conhecer o serviço, saber com quem falar e insistir para que o encaminhamento aconteça.

17. Os acolhidos recebem apoio para acesso a benefícios sociais, documentação civil ou programas públicos?

A equipe procura orientar e encaminhar os jovens para os serviços e programas aos quais eles possam ter acesso. Mas eu não diria que todos esses procedimentos acontecem de maneira simples. Existem situações em que documentação, burocracia ou falta de informação acabam dificultando o acesso.

18. Há estratégias para fortalecimento de vínculos familiares ou comunitários, quando cabível?

Sim. O fortalecimento de vínculos é muito importante. Nem sempre o jovem consegue retornar à família, mas precisamos trabalhar os vínculos que podem ser preservados e também construir outras referências. O território pode ter um papel importante: vizinhos, amigos, escola, igreja, cursos, trabalho e outros espaços de convivência podem se tornar referências para o jovem.

19. Quando ocorre a saída de um acolhido, por quais motivos geralmente acontece? Como esse processo é conduzido?

A maioridade é um dos principais momentos de desligamento que trabalhamos. A saída precisa ser preparada. Conversamos com o jovem, avaliamos as possibilidades de escola, trabalho, formação, vínculos familiares e moradia e procuramos articular a rede. O grande desafio é evitar que os 18 anos representem uma ruptura brusca de toda a proteção que existia anteriormente.

20. Existe algum tipo de apoio, articulação ou encaminhamento quando há desligamento?

Sim. Procuramos articular CRAS, CREAS e outros serviços, além de encaminhamentos relacionados à educação, trabalho e outras necessidades. O problema é que, depois da saída, a intensidade desse acompanhamento diminui. O jovem deixa de ter aquela referência cotidiana que existia dentro da unidade.

21. A instituição mantém algum contato com pessoas que já foram acolhidas anteriormente?

Existe uma preocupação com o que acontece com esses jovens depois da saída, mas não posso afirmar que exista um acompanhamento sistemático de todos os egressos. O que percebemos é

que alguns vínculos permanecem e que alguns jovens continuam procurando ou mantendo relação com pessoas da instituição.

22. Quais são os principais desafios enfrentados pelas pessoas acolhidas durante e após o acolhimento?

Um dos principais desafios é a passagem para a vida adulta. O jovem precisa estudar, trabalhar, conseguir renda, pensar em moradia e construir sua vida praticamente ao mesmo tempo em que perde uma parte importante da proteção institucional. Muitos têm dificuldade de confiar, de fazer planos e de acreditar que conseguirão dar conta. Existe também a dificuldade concreta de acesso aos serviços.

23. Há relatos ou conhecimento sobre situações de vulnerabilidade recorrente após a saída?

Sim. Quando o jovem sai sem trabalho, sem renda, sem moradia ou sem uma rede de apoio, ele fica muito vulnerável. A proteção diminui bastante. É justamente por isso que a gente entende que não basta preparar o jovem para sair; é preciso garantir condições para que ele consiga permanecer fora da instituição com segurança.

24. Como a equipe avalia a rede de proteção social intersetorial do município em termos de apoio à população atendida?

Eu considero que a rede é necessária e que existem profissionais comprometidos, mas ela ainda é bastante fragmentada. Quando existe um vínculo construído entre os profissionais, o acesso fica mais fácil. Quando não existe, aparecem burocracia, demora, falta de vaga e dificuldade de comunicação. Então não é simplesmente dizer que a rede funciona ou não funciona; ela funciona de maneira desigual.

25. Há lacunas ou dificuldades de acesso a serviços públicos percebidas pela equipe? Quais?

Sim. Uma das maiores lacunas é justamente a continuidade da proteção depois dos 18 anos. Existe uma ruptura muito grande. Também existem dificuldades de moradia, trabalho, saúde mental e acesso a serviços. O jovem pode ter direito a determinada política, mas encontrar barreiras para efetivamente acessá-la.

26. Os acolhidos têm conhecimento sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis na rede pública?

Esse conhecimento é bastante desigual. Por isso a equipe precisa conversar, orientar e explicar muitas vezes. Não basta entregar uma informação uma vez. É necessário acompanhar o jovem para que ele compreenda quais serviços existem, como acessá-los e quais direitos possui.

27. A instituição realiza ações informativas ou educativas nesse sentido?

Sim. A orientação acontece no cotidiano. Conversamos com os jovens, explicamos as possibilidades, orientamos sobre escola, trabalho, cursos e serviços. A preparação para a saída também tem esse caráter educativo, porque o jovem precisa conhecer a rede e aprender a utilizá-la.

28. Que tipo de suporte seria necessário para melhorar a articulação entre esta unidade e a rede de proteção social intersetorial?

Eu acho que precisamos de uma rede mais integrada e menos fragmentada. É necessário melhorar a comunicação entre os serviços, reduzir burocracias e ampliar vagas e oportunidades. Também seria fundamental existir uma política específica de transição para esses jovens, principalmente para aqueles que completam 18 anos sem possibilidade de retorno familiar.

29. Quais são os pontos fortes do trabalho da instituição com a população acolhida?

Eu considero como ponto forte o acompanhamento cotidiano. A gente conhece a história dos jovens, acompanha suas dificuldades e procura construir possibilidades. Também considero importante a preparação para a vida adulta, buscando escola, cursos, trabalho e vínculos comunitários. O vínculo construído dentro da unidade é muito importante.

30. Que propostas ou sugestões a equipe considera importantes para fortalecer o cuidado e a rede de apoio ao público acolhido?

Eu acho que precisamos principalmente garantir continuidade. Não podemos considerar que o jovem deixou de precisar de proteção simplesmente porque completou 18 anos. Precisamos de políticas de transição, de moradia, trabalho, educação e acompanhamento. Uma alternativa importante seria a existência de uma modalidade como a república para jovens que não têm família ou não têm condições de retornar para ela.

Também precisamos fortalecer a articulação entre os serviços. A autonomia não pode ser entendida como abandono. O jovem precisa ter espaço para fazer escolhas, errar, aprender e construir sua própria trajetória, mas precisa ter uma rede que sustente esse processo. Para mim, esse é o principal desafio: transformar a saída do acolhimento em uma transição para a vida adulta, e não simplesmente em uma ruptura da proteção.

APÊNDICE B - Respostas ao formulário eletrônico aplicado aos profissionais

Os 17 relatos abaixo foram organizados sem identificação de nome ou local. As entrevistas foram agendadas a partir de grupos de whatsapp de profissionais de Nova Iguaçu.

Disponível no link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1wIOztCq0AiWhYOsmCE1hpfgPglc5BzGE2QD_if4LC-4/edit?usp=sharing

Ou na descrição detalhada abaixo:

Data/Hora	Equipamento	Serviços/programas/instituições acionados	Articulação com outras políticas públicas	Desafios e potencialidades
21/08/2025 09:03	CEAM	Sub secretaria de Habitação social, Secretaria de Assistência social (Aluguel social e cadastro único)	Contato formal com algum profissional na outra instituição	Encaminhamentos pactuados formalmente independente da gestão governamental.
21/08/2025 09:05	UPA 24H	CREAS, CRAS, conselho tutelar, posto de saúde	Apenas encaminhamento	Desafios: falta de comunicação e inter locução. Potencialidades: promover o acesso e garantia de direitos aos usuários aos serviços e benefícios
21/08/2025 09:13	Cras	Creas, conselho tutelar, Detran RJ, Justiça itinerante, Defensoria Pública	Apenas encaminhamento	Os assistidos caminham por vários equipamentos e não há um cadastro global do estado para saber em rede um histórico por onde esse usuário passou pelo menos no últimо.ano. o cadastro único deveria ou poderia ser atualizado anualmente uma vez q estando atualizado a cada dois anos há evidências de manobras de usuário a utilizar os recursos de outros equipamentos sem que os profissionais de fato identifiquem q faça parte daqueterritório em questão. Espero ter ajudado.
21/08/2025 11:26	Educação	Cras/Creas/Secretaria de educação/conselho tutelar	Apenas encaminhamento	O principal desafio é o usuário mesmo com encaminhamento conseguir ser atendido, terem empatia para entender a situação, resolver. Ao invés de mandar voltar depois, dizer q estão sem sistema.
21/08/2025 19:19	Unidade de acolhimento de crianças e adolescentes	Saúde mental (CEMAIA e CAPS), CREAS, CRAS, APAE, Judiciário, Sine, Conselho Tutelar, Unidades escolares, Faetec, e Cultura.	Contato formal com algum profissional na outra instituição	Os principais desafios são ligados a efetividade da intersetorialidade, e do envolvimento das outras políticas no acompanhamento das demandas dos acolhidos e da família, não entendendo seu papel de corresponsabilidade neste processo. As potencialidades está fundamentada na existência dentro da rede, de profissionais específicos proativos e interesados que compreende a importância do seu trabalho e contribuem neste processo.
22/08/2025 19:12	Instituto Municipal Philippe Pinel	Caps, caps AD, clínica da família, Craf, Consulados, creas, cras,	Contato formal com algum profissional na outra instituição	Desafio seria existir um canal de contato direto com o serviço que funcionasse, sem necessitar do uso de nossos telefones pessoais. Reuniões de alinhamento dos serviços de forma mensal da rede territorial. Potencializar a participação dos profissionais nos fóruns de rede.
23/08/2025 09:17	CRAS	PAIF, SCFV, Secretaria Municipal de Assistência Social, Defensoria Pública, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, cartorária, Cadastro Único,	Apenas encaminhamento	Fragmentação da rede (saúde, habitação, educação, etc); comunicação precária entre os equipamentos de diferentes secretarias; recursos humanos (equipes reduzidas, alta rotatividade, capacitação profissional); resistência à intersetorialidade por parte de outras Secretarias.
24/08/2025 07:34	Unidade hospitalar	Serviços de saúde, de assistência social (CREAS) e previdência social.	Reuniões intersetoriais e planos de ação conjunto	Gestores que desconhecem a política de assistência social, falta de recursos humanos e de serviços como ILPI, Centro-dia e Casa de passagem para adultos.
26/08/2025 18:42	Cmdca rio	Instituições da sociedade civil	Reuniões intersetoriais e planos de ação conjunto	Desafios - articulação dos órgãos municipais Potencialidade- aplicação do acesso aos recursos públicos

26/08/2025 19:04	Hospital Salgado Filho	Cras, Creas, MP, Rede de saúde em geral, DETRAN, centrais de abrigamento, Rede de proteção na área da infância, adolescência e idosos	Contato formal com algum profissional na outra instituição	A falta de apoio e investimentos por parte dos órgãos responsáveis
26/08/2025 19:28	Secretaria municipal de educação	Clínica da família	Contato formal com algum profissional na outra instituição	Atuação coordenada por instituição destinada a este fim. A articulação se torna um desafio no território visto que cada equipamento tem a sua dinâmica e por sua característica própria acaba por ser.consumida por seus processos internos.
26/08/2025 19:33	Programa Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (PROINAPE/SME-RJ)	Clínicas da Família, CMS, PSE, CRAS, CREAS, CAPSi, ONGs	Reuniões intersetoriais e planos de ação conjunto	Percebo que um dos principais desafios seria estimular a participação dos serviços nos espaços de articulação promovidos pela assistência social, de modo a fortalecer o trabalho em rede no território.
26/08/2025 21:54	SMAS/SUBPSB – Rio	CRAS, saúde, educação, outras políticas setoriais, SGD, entidades da sociedade civil	Reuniões intersetoriais e planos de ação conjunto	Atuação em rede integrada é indispensável para a consolidação da proteção social. Para o cidadão estar efetivamente protegido, é necessário o acesso a direitos sociais de diferentes políticas públicas.
27/08/2025 10:19	CENTRO POP BELFORD ROXO	DETRAN, CARTÓRIO, CONSULTORIO NA RUA, HABITAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR	Contato informal com algum profissional na outra instituição	DESAFIOS: AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO DE FLUXOS INTERSETORIAIS ENTRE GESTORES,, FALTA DE EFETIVIDADE DE DIRETRIZES DA POL.POP RUA QUANTO A UNIDADES DE ACOLHIMENTO. POTENCIALIDADES: COMPROMETIMENTO DOS PROFISSIONAIS E ADESÃO DOS USUÁRIOS AOS SERVIÇOS
01/09/2025 13:05	Caps	Assistência Social	Contato informal com algum profissional na outra instituição	Desafios: falta de tempo e transporte para articulação de rede e reuniões de estudo de caso. Potencialidades: por ser município pequeno, conhecemos os profissionais o que torna o serviço menos burocrático e mais eficiente.
02/09/2025 18:59	Ong	Internação saúde e assistência social	Apenas encaminhamento	Ser mais presente a assistência social
07/09/2025 15:31	UAA - Unidade de Atendimento Adulto/ Saude Mental	CAPS AD, CRAS, CREAS, INSS, CNAR , Unidades de Atenção Básica de Saúde, Emergência Psiquiátrica e Tribunal de Justiça(Comarca de Petropolis-RJ).	Contato formal com algum profissional na outra instituição	O principal desafio é fazer acontecer na prática a intersetorialidade e o matriciamento especificamente na rede de saúde. Como potencialidade são as reuniões intersetoriais que, mesmo com dificuldades administrativas (disponibilidade de horário das equipes, transporte disponível para o deslocamento das equipes,entre outros) conseguimos mensalmente com participação cada vez mais representativa dos setores no território.O que tem proporcionado um olhar mais próximo da realidade do usuário e consequentemente, um Projeto Terapêutico mais subjetivo e dentro de suas necessidades, em se tratando de pacientes em uso abusivo de substância. Nosso trabalho na UAA é voltado para a reinserção social, familiar, empregatícia e precisamos sempre trabalhar/acionar toda a rede de aAtenção Psicossocial-RAPS.

ANEXO

Tabela matriz do grafo 1

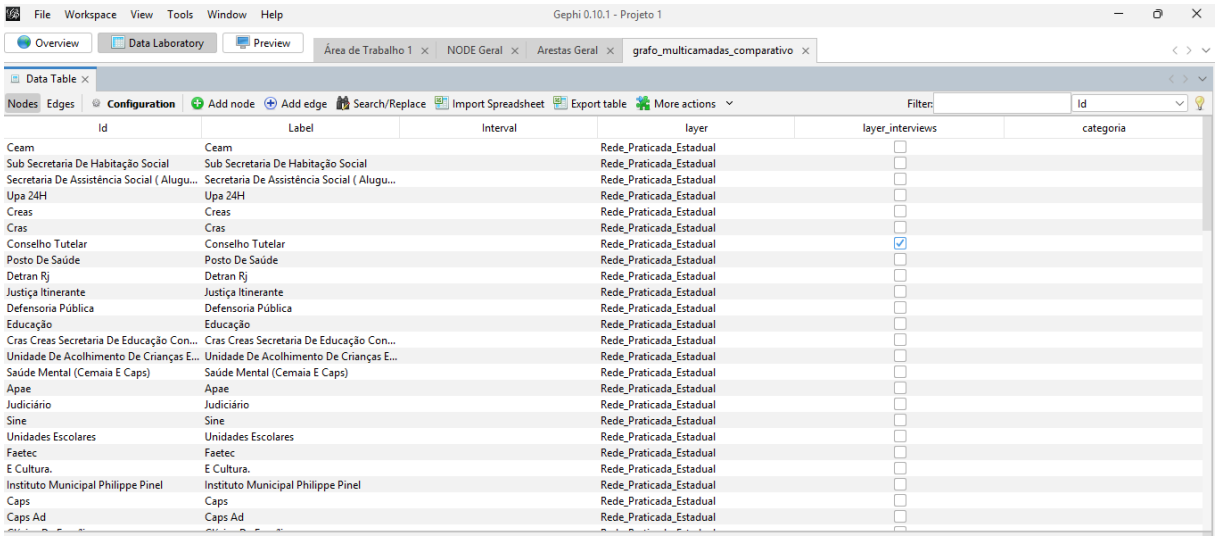
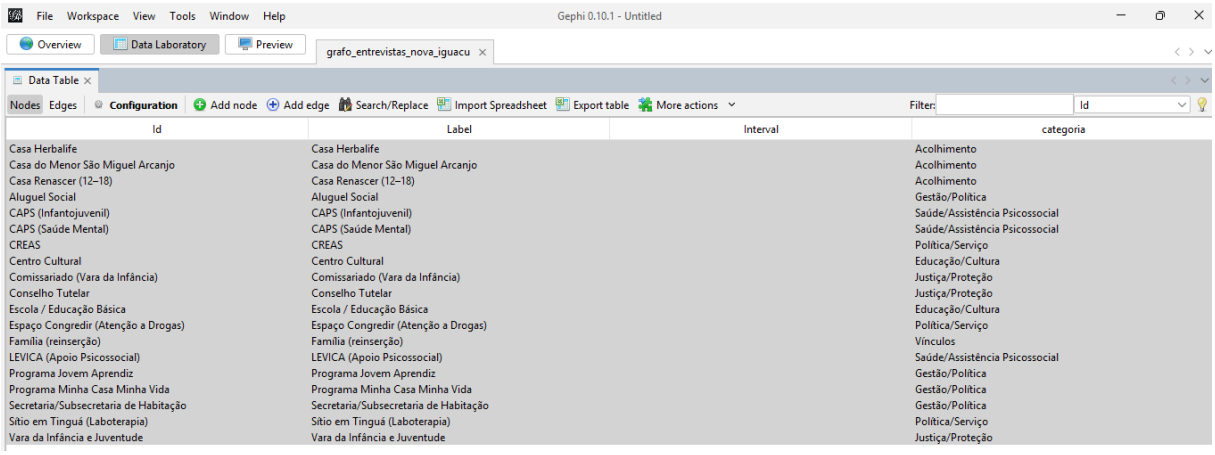
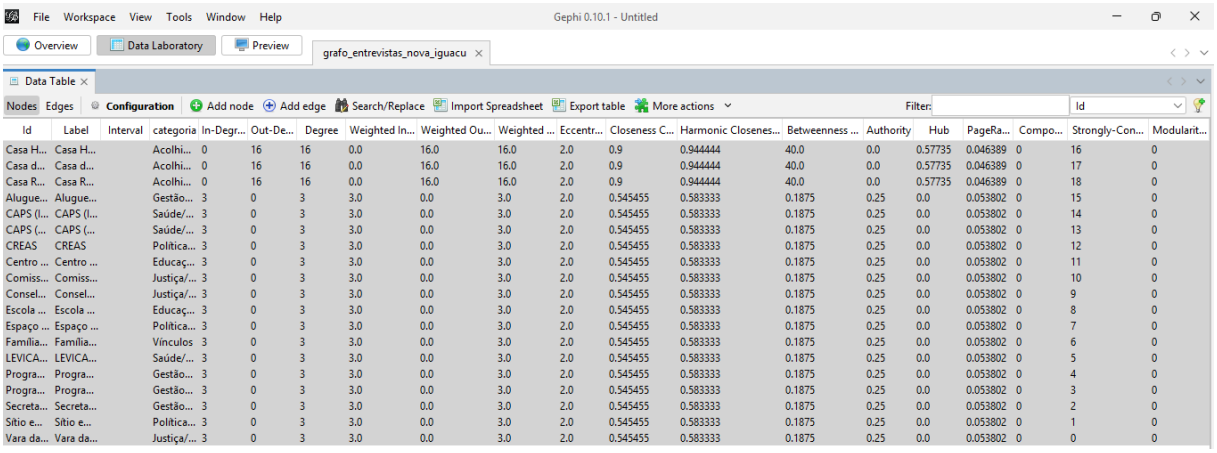


Tabela matriz do grafo 3



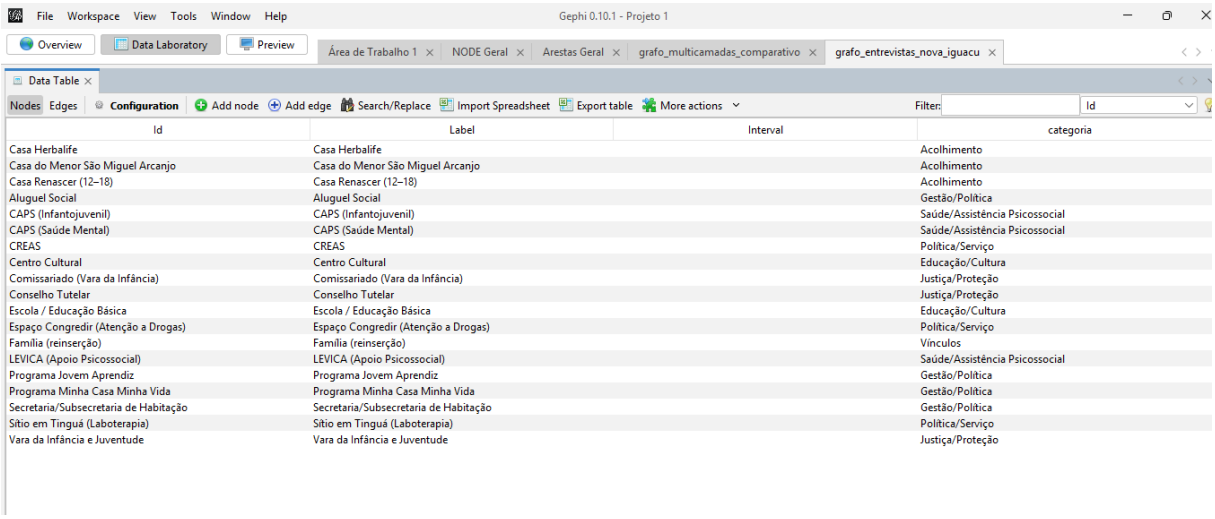
Id	Label	Interval	categoria
Casa Herbalife	Casa Herbalife		Acolhimento
Casa do Menor São Miguel Arcanjo	Casa do Menor São Miguel Arcanjo		Acolhimento
Casa Renascer (12–18)	Casa Renascer (12–18)		Acolhimento
Aluguel Social	Aluguel Social		Gestão/Política
CAPS (Infantojuvenil)	CAPS (Infantojuvenil)		Saúde/Assistência Psicossocial
CAPS (Saúde Mental)	CAPS (Saúde Mental)		Saúde/Assistência Psicossocial
CREAS	CREAS		Política/Serviço
Centro Cultural	Centro Cultural		Educação/Cultura
Comissariado (Vara da Infância)	Comissariado (Vara da Infância)		Justiça/Proteção
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar		Justiça/Proteção
Escola / Educação Básica	Escola / Educação Básica		Educação/Cultura
Espaço Congredir (Atenção a Drogas)	Espaço Congredir (Atenção a Drogas)		Política/Serviço
Família (reinserção)	Família (reinserção)		Vínculos
LEVICA (Apoio Psicossocial)	LEVICA (Apoio Psicossocial)		Saúde/Assistência Psicossocial
Programa Jovem Aprendiz	Programa Jovem Aprendiz		Gestão/Política
Programa Minha Casa Minha Vida	Programa Minha Casa Minha Vida		Gestão/Política
Secretaria/Subsecretaria de Habitação	Secretaria/Subsecretaria de Habitação		Gestão/Política
Sítio em Tinguá (Laboterapia)	Sítio em Tinguá (Laboterapia)		Política/Serviço
Vara da Infância e Juventude	Vara da Infância e Juventude		Justiça/Proteção

Tabela matriz do grafo 3



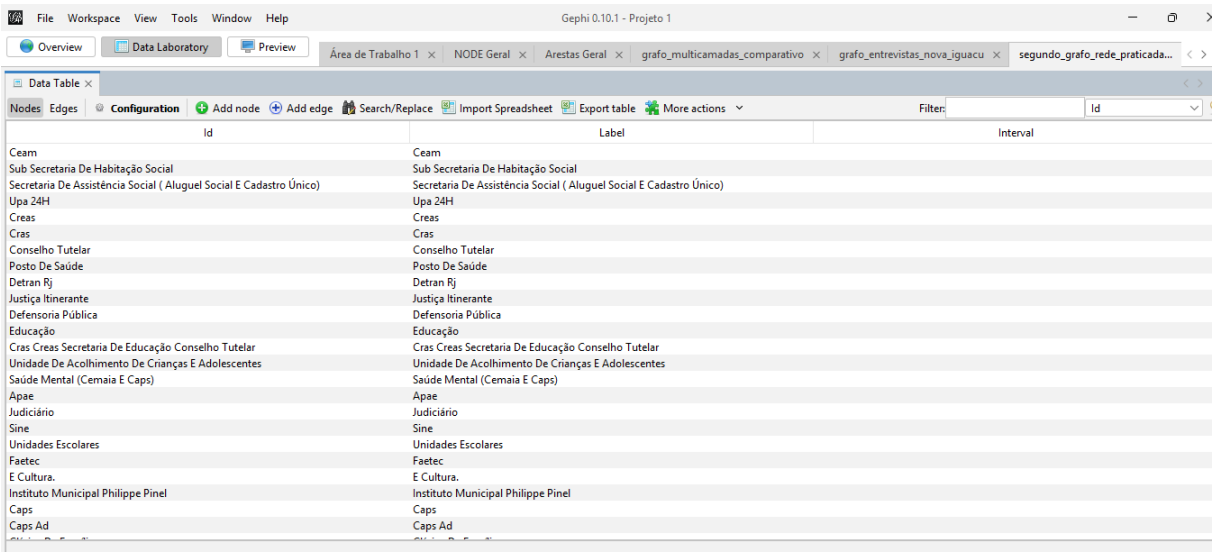
Id	Label	Interval	categoria	In-Degr...	Out-De...	Degree	Weighted In...	Weighted Ou...	Weighted ...	Eccentr...	Closeness C...	Harmonic Closenes...	Betweenness ...	Authority	Hub	PageRa...	Compo...	Strongly-Con...	Modularit...
Casa H...	Casa H...		Acolhi...	0	16	16	0.0	16.0	16.0	2.0	0.9	0.944444	40.0	0.0	0.57735	0.046389	0	16	0
Casa d...	Casa d...		Acolhi...	0	16	16	0.0	16.0	16.0	2.0	0.9	0.944444	40.0	0.0	0.57735	0.046389	0	17	0
Casa R...	Casa R...		Acolhi...	0	16	16	0.0	16.0	16.0	2.0	0.9	0.944444	40.0	0.0	0.57735	0.046389	0	18	0
Alugue...	Alugue...		Gestão...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	15	0
CAPS (I...	CAPS (I...		Saúde/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	14	0
CAPS (...	CAPS (...		Saúde/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	13	0
CREAS	CREAS		Política...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	12	0
Centro ...	Centro ...		Educaç...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	11	0
Comiss...	Comiss...		Justiça/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	10	0
Consel...	Consel...		Justiça/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	9	0
Escola ...	Escola ...		Educaç...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	8	0
Espaço ...	Espaço ...		Política...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	7	0
Família...	Família...		Vínculos	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	6	0
LEVICA...	LEVICA...		Saúde/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	5	0
Progra...	Progra...		Gestão...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	4	0
Progra...	Progra...		Gestão...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	3	0
Secreta...	Secreta...		Gestão...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	2	0
Sítio e...	Sítio e...		Política...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	1	0
Vara da...	Vara da...		Justiça/...	3	0	3	3.0	0.0	3.0	2.0	0.545455	0.583333	0.1875	0.25	0.0	0.053802	0	0	0

Tabela matriz do grafo 3



Id	Label	Interval	categoria
Casa Herbalife	Casa Herbalife		Acolhimento
Casa do Menor São Miguel Arcanjo	Casa do Menor São Miguel Arcanjo		Acolhimento
Casa Renascer (12–18)	Casa Renascer (12–18)		Acolhimento
Aluguel Social	Aluguel Social		Gestão/Política
CAPS (Infantojuvenil)	CAPS (Infantojuvenil)		Saúde/Assistência Psicossocial
CAPS (Saúde Mental)	CAPS (Saúde Mental)		Saúde/Assistência Psicossocial
CREAS	CREAS		Política/Serviço
Centro Cultural	Centro Cultural		Educação/Cultura
Comissariado (Vara da Infância)	Comissariado (Vara da Infância)		Justiça/Proteção
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar		Justiça/Proteção
Escola / Educação Básica	Escola / Educação Básica		Educação/Cultura
Espaço Congredir (Atenção a Drogas)	Espaço Congredir (Atenção a Drogas)		Política/Serviço
Família (reinserção)	Família (reinserção)		Vínculos
LEVICA (Apoio Psicossocial)	LEVICA (Apoio Psicossocial)		Saúde/Assistência Psicossocial
Programa Jovem Aprendiz	Programa Jovem Aprendiz		Gestão/Política
Programa Minha Casa Minha Vida	Programa Minha Casa Minha Vida		Gestão/Política
Secretaria/Subsecretaria de Habitação	Secretaria/Subsecretaria de Habitação		Gestão/Política
Sítio em Tinguá (Laboterapia)	Sítio em Tinguá (Laboterapia)		Política/Serviço
Vara da Infância e Juventude	Vara da Infância e Juventude		Justiça/Proteção

Tabela matriz do grafo 5



Id	Label	Interval
Ceam	Ceam	
Sub Secretaria De Habitação Social	Sub Secretaria De Habitação Social	
Secretaria De Assistência Social (Aluguel Social E Cadastro Único)	Secretaria De Assistência Social (Aluguel Social E Cadastro Único)	
Upa 24H	Upa 24H	
Creas	Creas	
Cras	Cras	
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	
Posto De Saúde	Posto De Saúde	
Detran Rj	Detran Rj	
Justiça Itinerante	Justiça Itinerante	
Defensoria Pública	Defensoria Pública	
Educação	Educação	
Cras Creas Secretaria De Educação Conselho Tutelar	Cras Creas Secretaria De Educação Conselho Tutelar	
Unidade De Acolhimento De Crianças E Adolescentes	Unidade De Acolhimento De Crianças E Adolescentes	
Saúde Mental (Cemaia E Caps)	Saúde Mental (Cemaia E Caps)	
Apae	Apae	
Judiciário	Judiciário	
Sine	Sine	
Unidades Escolares	Unidades Escolares	
Faetec	Faetec	
E Cultura.	E Cultura.	
Instituto Municipal Philippe Pinel	Instituto Municipal Philippe Pinel	
Caps	Caps	
Caps Ad	Caps Ad	